

PPC

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

GRADUAÇÃO LICENCIATURA
EM HISTÓRIA



SÃO PAULO/SP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM
HISTÓRIA**

FACULDADE EDUCA MAIS

**São Paulo/SP
2020**

SUMÁRIO

| | | |
|--------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL..... | 8 |
| 2.1 | Sobre a Mantenedora – Dados Cadastrais..... | 8 |
| 2.2 | Sobre a Mantida – Dados Cadastrais..... | 8 |
| 2.3 | Quadro Histórico dos Atos Legais da Mantida | 9 |
| 2.4 | Condição Jurídica e Fiscal..... | 10 |
| 2.4.1 | Natureza jurídica | 10 |
| 2.5 | Condições fiscais e parafiscais..... | 10 |
| 2.5.1 | Finalidades..... | 11 |
| 2.6 | Capacidade Financeira e Patrimonial | 11 |
| 2.7 | Dirigentes atuais | 11 |
| 2.8 | Perfil, Objetivos, Missão e Visão de Futuro..... | 11 |
| 2.9 | Breve Histórico..... | 13 |
| 2.10 | Inserção Regional | 15 |
| 2.10.1 | Contextualização socioeconômica..... | 16 |
| 2.11 | Responsabilidade Social..... | 21 |
| 2.12 | Direito do Aluno com TEA — Transtorno do Espectro Autismo à Educação ..23 | |
| 2.13 | Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida 24 | |
| 2.13.1 | Sobre a Educação Inclusiva..... | 24 |
| 2.14 | PNEA — Políticas Nacionais de Educação Ambiental..... | 26 |
| 2.15 | Política Nacional de Educação em Direitos Humanos | 27 |
| 3 | EaD – Educação a Distância..... | 28 |
| 3.1 | Histórico | 28 |
| 3.2 | Principais tecnologias..... | 30 |
| 3.3 | A Legislação da EaD no Brasil | 31 |
| 3.3.1 | Comparativo com outros países..... | 34 |
| 3.4 | A expansão da IES EDUCA+ no EaD | 35 |
| 3.4.1 | Missão da EDUCA+ Virtual | 35 |
| 3.4.2 | Metas EDUCA+ Virtual..... | 36 |
| 3.4.3 | O perfil do aluno da EDUCA+ Virtual..... | 37 |
| 3.5 | Processos de avaliação no EAD | 38 |
| 3.6 | Corpo docente e corpo técnico-administrativo..... | 40 |
| 3.7 | TA – Tutoria Acadêmica: concepções, características e responsabilidades do tutor online..... | 41 |
| 3.7.1 | Atividades de tutoria..... | 42 |
| 3.7.2 | Serviços de apoio..... | 43 |

| | | |
|---------|--|----|
| 3.7.3 | Gestão acadêmico-administrativa..... | 44 |
| 3.8 | Construção dos materiais didáticos | 44 |
| 3.8.1 | Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes | 46 |
| 3.9 | AVA EDUCA+ | 47 |
| 4 | DADOS DO CURSO | 48 |
| 4.1 | Atos Legais do curso | 48 |
| 4.1.1 | Base Legal do Curso..... | 49 |
| 4.2 | Totais de Vagas Autorizadas..... | 51 |
| 4.2.1 | Turnos de Funcionamento / Presencial e EaD..... | 52 |
| 4.2.2 | Regime de Matrícula | 52 |
| 4.3 | Formas de Acesso ao Curso | 52 |
| 4.3.1 | Carga Horária Total do Curso | 53 |
| 4.3.2 | Prazos de Integralização do Curso | 53 |
| 4.3.3 | Titulação conferida..... | 53 |
| 4.3.4 | Princípios Metodológicos..... | 54 |
| 4.4 | A importância do Curso e sua Contextualização Regional | 54 |
| 4.4.1 | Sobre a Inserção Nacional e Regional..... | 55 |
| 4.5 | Articulação do PPC — Projeto Pedagógico do Curso com o PPI — Projeto Pedagógico Institucional e com o PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional | 67 |
| 4.6 | Metodologias de ensino e avaliação..... | 68 |
| 4.6.1 | Metodologias de Ensino | 68 |
| 4.6.2 | Metodologias de Avaliação | 70 |
| 4.7 | Avaliação da aprendizagem..... | 70 |
| 4.7.1 | Atividades Articuladas ao Ensino, Pesquisa e Extensão | 73 |
| 4.7.1.1 | PIC — Programa de Iniciação Científica | 73 |
| 4.7.1.2 | PID — Programa de Iniciação à Docência..... | 74 |
| 4.7.2 | Programa de Monitoria..... | 74 |
| 4.8 | TCC — Trabalho de Conclusão de Curso (Manual a Parte)..... | 74 |
| 4.8.1 | 4.8.1 Sobre o relatório final do TCC | 75 |
| 4.9 | Princípios Metodológicos..... | 76 |
| 4.10 | Auto Avaliação e Avaliação Externa do Curso..... | 77 |
| 4.10.1 | Processos Internos | 79 |
| 4.10.2 | Processos Externos | 83 |
| 4.11 | Apoio ao discente | 84 |
| 5 | ORGANIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA | 85 |
| 5.1 | Nome do Curso..... | 85 |
| 5.1.1 | Atos Legais do curso | 85 |
| 5.1.2 | Base Legal do Curso..... | 85 |

| | | |
|-------|--|------------|
| 5.2 | Justificativa do Curso | 86 |
| 5.3 | Objetivos do Curso de Licenciatura em História | 87 |
| 5.3.1 | Objetivos Gerais do Curso..... | 87 |
| 5.3.2 | Objetivos Específicos | 87 |
| 5.3.3 | Perfil do Egresso em História..... | 88 |
| 5.4 | Integralização Curricular | 91 |
| 5.4.1 | Estrutura Curricular | 92 |
| 5.5 | Matriz Curricular | 94 |
| 5.6 | Regulamento das AACs – Atividades Acadêmicas Complementares (Manual a Parte) | 96 |
| 5.6.1 | Regulamentação do Estágio Supervisionado (Manual a Parte)..... | 100 |
| 5.7 | Conteúdos Curriculares | 101 |
| 5.7.1 | Ementário e bibliografia das disciplinas à distância..... | 101 |
| 6 | CORPO DOCENTE | 158 |
| 6.1 | ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA | 158 |
| 6.1.1 | Estrutura Organizacional..... | 158 |
| 6.1.2 | Composição do NDE - Núcleo Docente Estruturante e Colegiado | 158 |
| 6.1.3 | Titulação do NDE e Colegiado..... | 159 |
| 6.1.4 | Experiência Profissional do NDE e Colegiado | 159 |
| 6.1.5 | Regime de Trabalho do NDE | 159 |
| 6.1.6 | Titulação, Formação Acadêmica e Experiência do Coordenador do Curso | 159 |
| 6.1.7 | Atuação do Coordenador do Curso | 160 |
| 6.1.8 | Regime de Trabalho do Coordenador do Curso | 161 |
| 6.2 | Quadros / Demonstrações do Corpo Docente | 161 |
| 6.2.1 | Titulação e % de Participação da Titulação do Corpo Docente..... | 163 |
| 6.2.2 | Número de disciplinas por Docentes..... | 163 |
| 6.2.3 | Experiência Profissional do Corpo Docente..... | 164 |
| 6.3 | Estrutura Técnico-Administrativa | 165 |
| 6.4 | Sobre os Cursos Oferecidos a Distância..... | 165 |
| 6.4.1 | Material didático e instrucional..... | 165 |
| 6.4.2 | Equipe Profissional Multidisciplinar | 166 |
| 6.4.3 | PFC — Programa de Formação Continuada de Tutores, Técnicos e Administrativos | 167 |
| 7 | INFRAESTRUTURA | 168 |
| 7.1 | Instalações Gerais (observar PDI)..... | 168 |
| 7.2 | Infraestrutura Específica para o Curso | 168 |
| 7.3 | Dimensões, Indicadores, Processos e Instrumentos da Autoavaliação..... | 175 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 2-1: Índice de Desenvolvimento Humano - Município de São Paulo Fonte: IPEA, FJP e PNUD (adaptada)..... | 21 |
| Tabela 4-1: Cidades mais populosas da Região Sudeste do Brasil estimativa IBGE/2017:..... | 60 |
| Tabela 4-2: Tabela: Resultado do Senso da Educação Superior/2017 Fonte: INEP | 65 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 4-1: Inserção Nacional..... | 56 |
| Figura 4-2: Grafico dos 15 maiores Cursos de Graduação em Licenciatura em número de Matrículas / 2017 Fonte: INEP/2017 | 65 |
| Figura 4-3: Sistema Contínuo de Avaliação | 79 |

1 INTRODUÇÃO

A atual EDUCA+ — Faculdade Educamais foi originalmente constituída pela Associação Cruz Azul de São Paulo, reconhecida por FACRAZ — Faculdade Cruz Azul, criada para atender a família militar e, que na sua trajetória, passou atender, também, a comunidade da região.

Desta forma, deixou de cumprir com a sua finalidade e decidiu transferir a manutenção, no primeiro semestre de 2014, para EGEA- Escola Global de Estudos Avançados S/A, passando ambas mantenedoras, Cruz Azul e EGEA a trabalharem em conjunto até a autorização da Portaria MEC nº 458, de 22 de Maio de 2017, publicada no DOU em 23 de Maio de 2017, com sede na Rua Dr. Luís Carlos, nr. 1000, bairro Penha de França, São Paulo (SP) - CEP: 03505-000, pela mantenedora EGEA – Escola Global de Estudos Avançados S/A, quando além da cessão de manutenção, na mesma portaria altera a denominação da faculdade que passa a ser, inicialmente, FBCT— Faculdade Brasileira de Ciências e Tecnologia, e na sequência, por meio de um processo administrativo, assume a nova denominação social Educa+ — Faculdade Educamais, e que se encontra instalada no endereço já citado anteriormente, conhecida pelo nome fantasia de Faculdade Educamais, ou ainda, EDUCA+, que doravante será a denominação utilizada.

Neste momento, aqui se apresenta este PCC — Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, o qual reitera o seu compromisso com a educação, ao oportunizar o acesso ao mundo do ensino superior a um público que necessita de uma formação de qualidade e acessível, e que atende as demandas de uma realidade social cada vez mais complexa e diversificada.

Por meio da atual Faculdade Educamais que se empenha, sistematicamente, em ser reconhecida pela excelência da aprendizagem e conhecimento que fornece, mantendo no planejamento e execução de seus cursos, uma equipe de profissionais com significativa experiência acumulada na docência e no mercado de trabalho, que buscam sempre a estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática desses cursos, e aqui, em particular, nesta Licenciatura em História.

2 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 Sobre a Mantenedora – Dados Cadastrais

Razão Social:

EGEA — Escola Global de Educação Avançada S/A de São Paulo
CNPJ: 07.863.991/0001-85

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado e com fins lucrativos

Endereço: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4899, São Paulo (SP) – **CEP:** 01401-002

Telefone fixo: (011XX) 2174-2300

e-mail: atendimento@faculdadeeducamais.com.br

Representante Legal: Nelson Boni;

CPF: 649.126.988-49 - **RG:** 6.908.313 (SSP-SP)

Telefone: (011XX) 2174-2300

e-mail: boni@grupoeducamais.com.br

2.2 Sobre a Mantida – Dados Cadastrais

Nome da Mantida: Faculdade Educamais

CNPJ: 07.863.991/0014-08

Sigla: EDUCA+

Endereço: Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, São Paulo - SP

CEP: 03067-040

Telefone: (011) 2638-3708 ou 2638-3710

Diretor e Representante Legal: Nelson Boni

e-mail: boni@grupoeducamais.com.br

CPF: 649.126.988-49 - **RG:** 6.908.313- SSP/SP

Telefone: (11) 2174-2300

PI — Procurador Institucional: Victor Martins Boni

e-mail: victor@grupoeducamais.com.br

CPF: 700.494.701-75

RG: 327.300.267-7- SSP/SP

Telefone: (011) 2174-2300

2.3 Quadro Histórico dos Atos Legais da Mantida

FACULDADE EDUCAMAI

| CRENCIAMENTO |
|--|
| Portaria MEC nº 1.247, de 14/10/2008, publicada em 15/08/2008 (antiga: Faculdade Cruz Azul) |
| ALTERAÇÃO DENOMINAÇÃO MANTIDA |
| Portaria MEC nº 458, de 22/05/2017, publicada em 23/05/2017 e processo Administrativo mar/2018. |

2.3.1 Quadro Histórico de Atos Legais dos Cursos de Bacharelado e Tecnólogos.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)

| AUTORIZAÇÃO |
|--|
| Portaria MEC/SESu nº 731 de 23/10/2008, publicada no D.O.U. em 24/10/2008. |
| RECRENCIAMENTO |
| Portaria MEC/SESu nº 041 de 14/02/2013, publicada no D.O.U. em 14/02/2013. |

ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)

| AUTORIZAÇÃO |
|--|
| Portaria MEC/SESu nº 732 de 23/10/2008, publicada no D.O.U. em 24/10/2008. |
| RECRENCIAMENTO |
| Portaria MEC/SESu nº 214 de 17/05/2013, publicada no D.O.U. em 17/05/2013 |

PEDAGOGIA (BACHARELADO)

| AUTORIZAÇÃO |
|---|
| Portaria MEC/SESu nº 238 de 30/03/2017, publicada no D.O.U. em 30/03/2017 |

GESTÃO FINANCEIRA (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 566 de 27/09/2016, publicada no D.O.U. em 27/09/2016

GESTÃO SEGURANÇA PRIVADA (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 915 de 27/11/2015, publicada no D.O.U. em 27/09/2016

GESTÃO RECURSOS HUMANOS (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 565 de 27/09/2016, publicada no D.O.U. em 27/09/2016

GESTÃO COMERCIAL (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 330 de 11/05/2017, publicada no D.O.U. em 12/05/2018

2.4 Condição Jurídica e Fiscal

2.4.1 Natureza jurídica

A EGEA- Escola Global de Educação Avançada S/A é mantenedora da Faculdade Educamais, doravante só denominada EDUCA+, organização esta com fins econômicos, de caráter educativo, com prazo de duração indeterminado, com domicílio, sede e foro na comarca da Capital do Estado de São Paulo, regendo-se pelo seu Contrato Social, devidamente registrado nos órgãos competentes e pelas demais normas legais em vigor.

2.5 Condições fiscais e parafiscais

A EGEA-Escola Global de Educação Avançada S/A de São Paulo está inscrita no CNPJ sob o nº 07.863.991/0001-85, e mantém regularidade fiscal e parafiscal, estando em dia com os recolhimentos e obrigações, e conforme certidões anexadas a este processo.

2.5.1 Finalidades

A EGEA-Escola Global de Educação Avançada S/A de São Paulo tem por finalidade a educação profissional de nível técnico, de graduação e de pós-graduação nas formas presencial e a distância, comércio varejista de livros, treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial, para atender as necessidades sociais da comunidade a nível nacional.

2.6 Capacidade Financeira e Patrimonial

A capacidade econômico-financeira e patrimonial da mantenedora pode ser evidenciada nos respectivos relatórios contábeis, que evidenciam o trato na arrecadação, nas muitas despesas efetuadas, bem como, nas previsões e provisões de investimentos necessários às tomadas de decisão em uma gestão plena e eficaz.

2.7 Dirigentes atuais

Reitor - Diretor Presidente: Sr. Nelson Boni

Vice Presidente e Diretor: Sr. Nailton Araujo Barbosa Vice Reitor / Vice Diretor Geral:
Sr. Victor Martins Boni

Coordenador Geral Educação: Sr(a). Maria Aparecida Campos da Silva Secretário Geral:
Sr(a). Susane Borges Pereira

2.8 Perfil, Objetivos, Missão e Visão de Futuro

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da EDUCA+ — Faculdade Educamais, doravante só denominada EDUCA+, estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da graduação, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência desta concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimiladas e adquiridas no nível de graduação, devem conferir-lhe capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prioritárias da

região e do país. Este conjunto de competências deve proporcionar ao aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

- **Objetivos:**

Os cursos da EDUCA+ têm como objetivo formar profissionais capacitados para exercerem atividades em diversas áreas do conhecimento, a atuarem no mercado de trabalho com uma postura criativa, reflexiva, responsável e ética, aplicando criticamente o raciocínio lógico e científico, permitindo identificar, propor e/ou solucionar problemas pertinentes ao seu meio profissional de acordo com as exigências do mercado.

A EDUCA+ desenvolverá ações que assegurem:

- ✓ Promover a todas as classes sociais o ensino de graduação, pesquisa, extensão e pós-graduação com os requisitos necessários a formação de profissionais com qualidade;
- ✓ A formação de profissionais tecnicamente competentes, éticos e com concepção humanística e visão global, capazes de desempenhar a profissão;
- ✓ A sólida formação técnico-científica, promover o espírito de investigação científica, buscando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura criando o comprometimento do homem com o veio que vive;
- ✓ Contratar professores com experiência profissional e titulação que estejam comprometidos com o ensino superior;
- ✓ A integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão aberta a comunidade, visando difundir a educação;
- ✓ Prestar serviços especializados à comunidade estabelecendo uma relação de reciprocidade.

A busca da construção da qualidade do ensino e a conseqüente preparação dos seus profissionais como instrumento favorecedor da preparação para o exercício da cidadania.

Incentivar e promover o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional através da formação continuada;

Buscar relacionamentos empresariais e educacionais com ou sem fins lucrativos, firmando parcerias e inserção dos alunos no mercado profissional e troca de experiências visando o aprimoramento técnico e científico.

A flexibilização curricular e a interdisciplinaridade são desenvolvidas pela EDUCA+ preservando o caráter pluridimensional do ensino, proporcionando ao acadêmico uma sólida formação geral, necessária a superação dos desafios de atender às modificações no mercado de trabalho e à produção do conhecimento.

- **Missão**

A EDUCAMAIIS tem como missão:

"Democratizar o acesso à educação para todos os brasileiros, elevando sua condição socioeconômica através da capacitação para o trabalho".

Isto significa investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para **formular, sistematizar e socializar conhecimentos** em suas áreas de atuação.

- **Visão de futuro**
 - ✓ Buscar tornar-se um núcleo científico e cultural de referência para o ensino e difusão da ciência, da educação e das tecnologias, capaz de incluir e formar futuros profissionais altamente qualificados e dotados de visão crítica da dinâmica social;
 - ✓ Graduar futuros profissionais com sólida formação acadêmica, de forma a possibilitar melhor colocação no mercado de trabalho. Para tanto, a EDUCA+ se alia à tradição, mercadológica, com o empreendedorismo acadêmico.
 - ✓ Convivência na diversidade, de tal modo que todos respeitem as diferenças e as divergências;
 - ✓ Disseminação de todas as formas de conhecimentos democratizando continuamente o acesso a educação;
 - ✓ Produção e inovação de conhecimentos científicos, buscando as demandas sociais;
 - ✓ Manter o compromisso com a missão e os objetivos da instituição.

2.9 Breve Histórico

A EDUCA+, criada inicialmente com a denominação de FACRAZ — Faculdade Cruz Azul tinha como finalidade cuidar da educação dos órfãos policiais militares: já em 1926, a Associação Cruz Azul do Estado de São Paulo mantinha um instituto infantil; quatro anos depois, um Jardim de Infância com 90 crianças e uma escola com 120 alunos. O número de famílias de policiais militares que matriculavam seus filhos nas instituições de ensino da Cruz Azul não parava de crescer. Foi então que, no final da década de 70, um grupo de oficiais, reconhecendo a importância de oferecer aos dependentes de policiais militares e, em especial aos órfãos, uma formação moral e intelectual de alto nível, propôs ao Comando Geral a construção de um novo colégio.

Assim, no dia 20 de fevereiro de 1978, foi inaugurado o Colégio da Polícia Militar, hoje denominado 'Unidade Centro', na Avenida Cruzeiro do Sul (SP). A ampla estrutura

oferecida e a existência de vagas ociosas não ocupadas por dependentes de policiais militares permitiram estender a possibilidade de acesso às crianças da sociedade como um todo, ampliando gradativamente o número de alunos e integrando o Colégio à comunidade civil.

A Instituição¹ abriga mais de 11 mil alunos, atendidos nas 11 unidades existentes do Colégio PM, em operação na Capital e no interior do estado de São

Paulo, os quais também são certificados pelas Normas ISO 9001 e ISO 14001. Além do colégio, também oferece cursos profissionalizantes: auxiliar de enfermagem e cursos técnicos em enfermagem, segurança do trabalho, administração, comércio, logística e contabilidade.

O Colégio PM, atualmente, trabalha com o Sistema Anglo de Ensino e a cada dia lança novos desafios, não só visando a expansão, mas com o foco constante no aperfeiçoamento, seja pela participação na elaboração do projeto político pedagógico norteador do ensino, ou pela atualização de conhecimentos e competências.

Sem perdermos a perspectiva de que vivemos em um mundo globalizado, logo, com incomensurável competitividade, além de termos tantas experiências acumuladas no decorrer desses anos de Colégio, tudo nos leva a crer que a realidade de tantas descobertas e dos avanços científico-tecnológicos só nos têm deixado espaços para arrojados e excepcionais voos no tocante às propostas pedagógicas.

Desta forma, temos um compromisso a ser seguido: a qualidade do ensino que oferecemos deve ser, também, um exemplo a ser seguido por todos aqueles que realmente estão interessados em modificar-se por um ensino qualificado, preparando os jovens que, indubitavelmente, farão muito sucesso e estarão na vanguarda de todos esses avanços, corroborando, pois, um dos maiores objetivos da Associação Cruz Azul do Estado de São Paulo. E, por reconhecermos que os nossos voos devem ser cada vez mais precisos e gradativos, um dos passos mais importantes que demos, certamente, foi a criação da Faculdade Cruz Azul, edificada especialmente para fins educacionais, atendendo a uma solicitação antiga de centenas de pais e alunos do Colégio da Polícia Militar e alunos do ensino médio de outros colégios.

Por decisão unânime em assembleia, resolve-se pela transferência da manutenção, já que ao longo de 2008 até 2013 a faculdade não atendia apenas a família militar, perdendo a sua finalidade. Assim, em 2014 foi realizada uma transação comercial, assumindo a manutenção o grupo EGEA — Escola Global Educação Avançada S/A, denominada daqui para frente como EGEA, neste momento a instituição tinha dois cursos: Administração e Ciências Contábeis, que se encontram anexos na pasta eletrônica do e-Mec.

¹ Disponível: <http://www.cruzazulsp.com.br/institucional/historia/>. Acesso em mar/2019.

Durante o período de 2014 a 2017 a gestão da faculdade ocorre de forma compartilhada: ambas as mantenedoras resolvem ampliar os cursos ofertados, e, em 2015, foi autorizado do curso Tecnólogo de Gestão de Segurança Privada, e, em 2016, demais cursos Tecnológicos: Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira; em 2017, foi autorizado o curso de Licenciatura em Pedagogia, e em em 12.05.2018 foi autorizado mais um curso Tecnológico: Gestão Comercial.

Desta feita, passou-se de dois para sete os cursos ofertados, presencialmente, nesta IES Educa+, e com três cursos autorizados a distância (EaD): Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia.

Por tudo aqui explicado, se verifica que o histórico da antiga FACRAZ—Faculdade Cruz Azul — se consolida na atual EDUCA+ quando os sonhos e os ideais pretendem ser transformados em realidade mediante a vocação educacional de seus criadores.

Vale aqui ressaltar, que de acordo com o PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional, as políticas institucionais da EDUCA+, estão voltadas ao cumprimento integral das legislações que abrangem aspectos humanísticos (questões étnico raciais, sustentabilidade das relações, cidadania) que sempre foram implantados desde a criação desta IES – Instituto de Educação Superior, ainda sob outra mantença, dada a importância de um comportamento ético, cidadão e respeitoso nato de escolas militares. As políticas de graduação seguem portanto, princípios humanísticos e profissionais definidos na LDB, e ainda característicos de um egresso de ensino superior.

2.10 Inserção Regional

A concepção do projeto institucional da Educa+ surge das necessidades e demandas da região, de forma a fortalecer o desenvolvimento e construção de uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e das suas áreas de influência.

Sediada na Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, São Paulo - SP, zona leste de São Paulo, a EDUCA+ possui em sua estrutura administrativa, organizacional e acadêmica profissionais altamente qualificados, mantendo a tradição de um ensino de alta qualidade. E, por assim ser, a EDUCA+ em consonância com seu compromisso educacional, a partir de 2014 ampliou os cursos de graduação buscando atingir três modalidades de curso: Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos.

- Bacharelado: Ciências Contábeis e Administração: ambos têm duração de oito semestres (quatro anos);

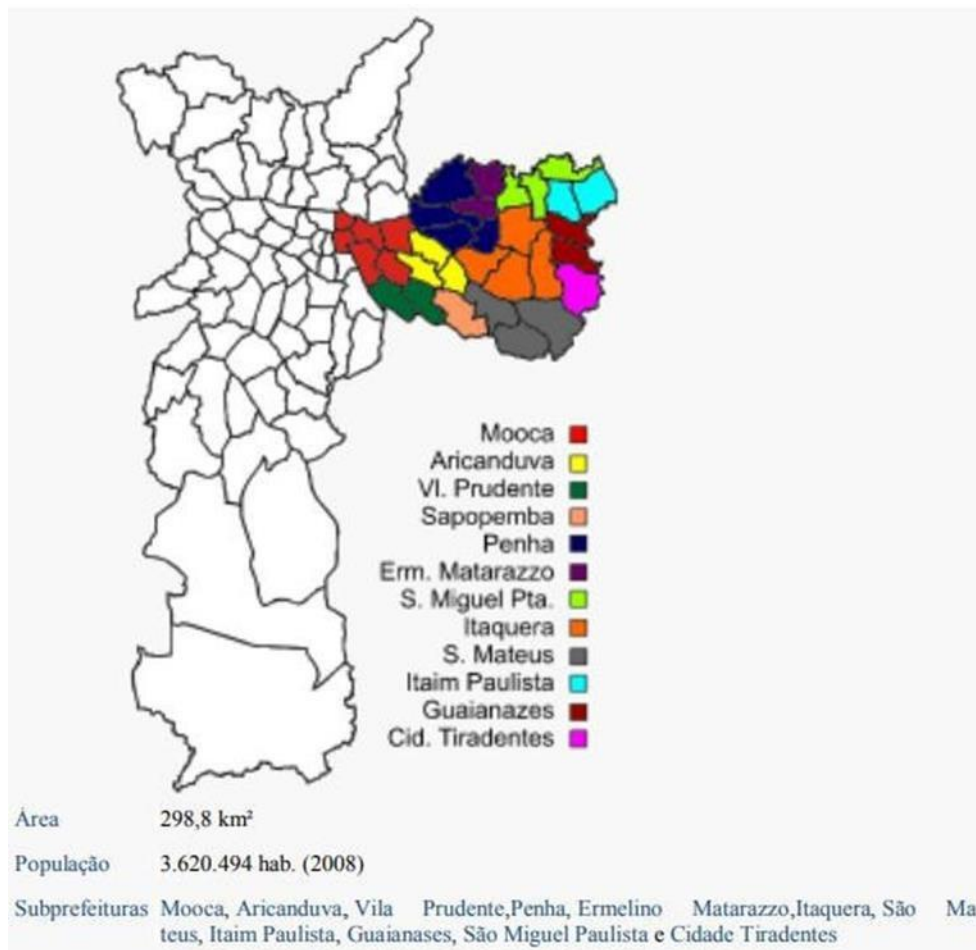
- Licenciatura: Pedagogia: com duração de oito semestres (quatro anos)
- Tecnólogos em Gestão Financeira, Gestão Recursos Humanos, Gestão de Segurança Privada e Gestão Comercial: todos com duração de 4 semestres (dois anos).

Esses cursos atendem em média 40 (quarenta) alunos por turma, e, desta forma, oferece um ensino de qualidade, permitindo um trabalho pedagógico melhor personalizado.

As diretrizes que norteiam o PDI — Projeto Institucional da EDUCA+, estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência desta concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

2.10.1 Contextualização socioeconômica

Como já evidenciado, a EDUCA+ se encontra instalada na Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, São Paulo - SP, na Zona Leste da cidade de São Paulo (SP), região que abriga uma população de mais de 3.600.000 habitantes, com um perfil muito diferenciado, se comparado com outras regiões da cidade. Observe o gráfico / mapa abaixo:



Zona Leste Um: esta Região Leste Um de São Paulo é uma região administrativa estabelecida pela prefeitura de São Paulo englobando as subprefeituras da Penha, de Ermelino Matarazzo, de Itaquera e de São Mateus. De acordo com o censo de 2000, tem uma população de habitantes e renda média por habitante de 875,90 reais. É uma região diversificada, tanto comercial, quanto residencialmente, que está em desenvolvimento e passando por processos de urbanização e regularização de áreas risco (favelas), canalização de córregos e do rio Aricanduva, além da verticalização.

Zona Leste Dois: já a Região Leste Dois de São Paulo é uma região administrativa estabelecida pela prefeitura de São Paulo englobando as subprefeituras do Itaim Paulista, de Guaianases, de São Miguel Paulista e da Cidade Tiradentes. De acordo com o censo de 2000, tem uma população de 1.169.815 habitantes e renda média por habitante de 625,26 reais. É a região com renda per capita mais baixa do município, com pior infraestrutura, com a maior incidência de pobreza (63,9% da população) e com o menor IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

Zona Sudeste: a Região Sudeste de São Paulo é uma região administrativa estabelecida pela prefeitura de São Paulo englobando as subprefeituras da Mooca, de Aricanduva, de Sapopemba, de Vila Prudente e do Ipiranga. Forma, com as Zonas Leste

Um e Dois, a macro- zona conhecida simplesmente como Zona Leste, à exceção da subprefeitura do Ipiranga. De acordo com o censo de 2000, tem uma população de 1.522.997 habitantes e renda média por habitante de 2.441,40 reais. É a região mais desenvolvida da Zona Leste da cidade, e com a melhor urbanização, verticalização, infraestrutura, e bairros nobres, como o Jardim Avelino.

Sub-regiões Leste e Sudeste da Grande São Paulo: Com a Lei Complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e, conseqüentemente, com o PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo, as cidades da Região Metropolitana de São Paulo também passaram a ser zoneadas de acordo com as sub-regiões da capital. Desta forma, as cidades: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Póá, Suzano, juntamente com os bairros das Zonas Leste Um e Dois da cidade de São Paulo, passam a formar a **Zona Leste da Grande São Paulo**.

A zona leste de São Paulo, onde se localizada a EDUCA+, abrange os seguintes distritos: Penha, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Guaianazes, Cidade Tiradentes, São Matheus, Itaquera, Aricanduva, Vila Prudente e Mooca.



Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br - Acesso em 16 de maio de 2018.

A abrangência – em termos de bairros contidos nos distritos – ainda contempla Vila Carrão, Vila Formosa, Ponte Rasa, Lajeado, Vila Curuçá, Cidade Líder, José Bonifácio,

Parque do Carmo, Água Rasa, Belém, Brás, Pari, Tatuapé, Artur Alvim, Cangaíba, Vila Matilde, Iguatemi, São Rafael, Jardim Helena e Vila Jacuí.

De acordo com o Infocidade², foram catalogadas todas as Prefeituras Regionais da Cidade de São Paulo, em 2010, onde se encontram quadros que mostram a área (em quilômetro quadrado) de cada regional, a respectiva população e a densidade demográfica (habitantes por quilômetro quadrado). E, embora a PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo divulgue um quadro-resumo com todas as prefeituras regionais, aqui evidenciamos as que estão mais próximas do bairro da Penha, local das instalações da EDUCA+.

É provável que, por meio de transporte metroviário e de interligações, a Faculdade possa atingir um número ainda maior de alunos, por conta da sua privilegiada localização.

Portanto, ao se considerar os dados do ano de 2010, via Infocidade, a abrangência alcança uma área de 293,50 quilômetros quadrados, que por sua vez acolhe uma população de, aproximadamente, 3.467.000 pessoas.

Ainda, em análise do PIB - Produto Interno Bruto municipal, a cidade de São Paulo apresenta números muito mais consistentes do que os outros municípios envolvidos na pesquisa da Fundação SEADE (36,4% em 2002 e 33,8% em 2014).

Destaca-se o setor de serviços que aumentou sua participação no valor agregado do município passando de 82,7% para 87%, no mesmo período; a agropecuária permaneceu estável, com 0,2% de participação no valor adicionado da região nesse período; e a indústria perdeu participação no valor agregado da região de 23,2% para 17,2% em 2014. Também, na região metropolitana de São Paulo encontramos números absolutamente satisfatórios, demonstrando que se trata do maior polo de riqueza do Brasil.

No período analisado, São Paulo foi o município que concentrou os maiores volumes do PIB, com 64,5% em 2002 e 61,4% em 2014. A presença de universidades conceituadas do país garante um grau de inovação e modernidade na capital e na sua região metropolitana³.

O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano tem caráter universal e procura ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano de países ou de regiões calculado desde 1990 para todos os países do mundo, sendo um contraponto a outro

² Infocidade é um banco para consultas de dados sobre a cidade de São Paulo. Por meio dele, são colocadas à disposição do público várias compilações de indicadores, organizados por temas. Dentre eles, destacamos o abastecimento, a demografia, a economia, a educação, a habitação, o meio ambiente, a saúde e o trabalho. As fontes são das secretarias do município e também de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Seade e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

³ A pesquisa cita a Universidade de São Paulo e seus centros de pesquisa. Também menciona o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Instituto Butantan. Além disso, o complexo hospitalar de qualidade comparável aos países mais avançados do mundo, o setor hoteleiro e o financeiro também são citados.

indicador muito utilizado até então, o PIB per capita. Em escala municipal, esta metodologia de análise recebe o nome de IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que leva em conta três fatores: renda, longevidade e educação.

Assim, temos quatro indicadores: o IDH global, o IDH na dimensão renda, na dimensão longevidade e na dimensão educação. A partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁴, é possível avaliar o IDH no município de São Paulo, nos anos de 2000 e 2010. Observe o gráfico que segue:



Fonte: André de Freitas Gonçalves e Marcos Toyotoshi Maeda, em “IDH e a Dinâmica Intraurbana na Cidade de São Paulo”. Em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170828_livro_territorios_numeros_insumos_politicas_publicas_2_cap06.pdf. Acesso em 19/05/2018.

O município de São Paulo variou de 0,733 para 0,805 naquele índice que se convencionou chamar de IDH Global. Na dimensão renda, o aumento foi de 0,8076 para 0,843; na longevidade, o aumento foi de 0,796 para 0,855 e, finalmente, na educação, de 0,614 para 0,725. Todos os índices foram considerados com os dados de 2000 e 2010, respectivamente. Os números permitem conhecer os aumentos reais de índices: 9,8% para o global, 7,4% para longevidade, 4,5% para renda e 18,1% para educação - este último representando, portanto, quatro vezes o índice de aumento da dimensão renda. Este mesmo estudo permitiu também a análise do IDHM, verificado por subprefeituras de São Paulo, e cuja tabela, abaixo, que foi extraída dos dados oficiais desta pesquisa, recorta apenas as sub-prefeituras afetadas à área de abrangência e que interessam a EDUCA+.

⁴ O Atlas foi produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em Brasília, em 2014 - com dados dos anos de 2000 e 2010.

Tabela 2-1: Índice de Desenvolvimento Humano - Município de São Paulo Fonte: IPEA, FJP e PNUD (adaptada)

| Subprefeitura | IDHM | | Ranking | | Ranking de ranking | |
|---------------------|-------|-------|---------|------|--------------------|------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Mooca | 0,811 | 0,869 | 6 | 6 | 0 | |
| Aricanduva | 0,762 | 0,822 | 9 | 10 | -1 | |
| Penha | 0,745 | 0,804 | 12 | 12 | 0 | |
| Ermelino Matarazzo | 0,707 | 0,777 | 18 | 18 | 0 | |
| Itaquera | 0,691 | 0,758 | 20 | 21 | -1 | |
| São Miguel Paulista | 0,65 | 0,736 | 25 | 24 | 1 | |
| São Mateus | 0,658 | 0,732 | 23 | 25 | -2 | |
| Itaim Paulista | 0,639 | 0,725 | 26 | 27 | -1 | |
| Guaianazes | 0,621 | 0,713 | 30 | 29 | 1 | |
| Cidade Tiradentes | 0,634 | 0,708 | 29 | 30 | -1 | |

2.11 Responsabilidade Social

A EDUCA+, com apoio de sua entidade mantenedora, desenvolve diversos projetos e programas como parte de sua responsabilidade social como entidade de educação superior.

A EDUCA+ cumpre seu papel como interventor social, por meio de programas de orientação, educação, para o desenvolvimento dos diversos segmentos de nossa sociedade, em áreas como saúde, desenvolvimento humano, social, político, econômico e tecnológico.

Cabe à IES – Instituição de Ensino Superior estabelecer comunicação permanente com seus públicos, dialogar democraticamente com todos os setores da sociedade civil e do Estado, com sua comunidade interna e externa, participando, como sujeito ativo, da construção e transformação social.

As ações práticas realizadas nos últimos anos, com a participação de professores e alunos, em regime de voluntariado abrangem:

- ✓ Festa das Crianças na comunidade carente da região realizada no período de outubro de cada ano, Semana da Criança, no Lar Escola Recanto Cristão⁵.

⁵ Disponível: LERC- Lar Escola Recanto Cristão. <http://www.lerc.org.br:7080/site>. Acesso Mar/2019.

Envolvidos: Alunos e professores do curso de Administração, Ciências Contábeis, Tecnólogos e Pedagogia.

- ✓ Festa das Crianças na comunidade carente de Vila Nhocuné realizada em outubro de cada ano, Semana da Criança.

Envolvidos: Alunos e professores do curso de Administração, Ciências Contábeis, Tecnólogos e Pedagogia.

- ✓ Assessoria gratuita no preenchimento da declaração IRPF, para a comunidade local, realizada no período no mês de abril, desde 2011 até o corrente ano (2019), na EDUCA+. Em 2016 e 2017, ampliou-se o projeto para a participação em treinamento; foram arrecadados alimentos que, posteriormente, foram doados a uma das entidades da comunidade; e, em função disso, a atividade se intitulou ‘Projeto Leão Solidário’.
- ✓ Envolvidos: Alunos de Administração e Ciências Contábeis, juntamente como professor orientador.
- ✓ Visita ao Lar de senhoras “Lar das Mãezinhas”⁶, realizada anualmente nos períodos de maio, após o ‘Projeto Leão Solidário’. Ou seja, os alimentos arrecadados, pelo ‘Projeto Leão Solidário’, foram doados ao Asilo e Casa de Repouso – ‘Lar das Mãezinhas’, instituição que atende 33 idosas, localizada no bairro da Penha. Na ocasião da entrega, os alunos passaram a manhã conversando e trocando experiências com estas senhoras atendidas pela instituição.
- ✓ Envolvidos: Alunos de Administração e Ciências Contábeis, juntamente como professor orientador.
- ✓ Parceria com a Fundação Comunidade da Graça, firmada em julho de 2016, visando articular cursos de extensão e nivelamento - mercado de trabalho - para a comunidade pertencente à instituição. O Projeto Leão Solidário passou atuar na Comunidade da Graça ofertando aos seus associados a elaboração do IRRF/2017/2018 e 2019, e na entrega das declarações devidamente enviadas e protocoladas na Receita Federal o contribuinte entrega um quilo de alimento, que por sua vez são doados às entidades carentes.
- ✓ Desafio Outubro Rosa: realizado no mês mencionado e sob o apoio e orientação dos professores, os alunos realizaram apresentações que visam promover a reflexão sobre a necessidade de prevenção do câncer de mama.

Envolvidos: todas as turmas dos cursos em vigor na IES.

⁶ Disponível: SBAS-Lar das Mãezinhas. <http://www.lardasmaezinhas.org.br/>. Acesso em mar/2019.

Assim, se entende que a Responsabilidade Social não pode ser apenas o cumprimento das leis, mas uma mudança de atitude das empresas e das pessoas com relação ao seu papel na sociedade. O veículo adequado a propagação desta mudança são as IES, desta forma, disciplinas como: Psicologia e Comportamento Humano nas Organizações, Comunicação Empresarial, Gestão de Pessoas, Política Econômica Brasileira e Desenvolvimento Regional, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Tópicos de Contabilidade Internacional, Contabilidade Social e Ambiental, Tópicos Avançados de Contabilidade desenvolvem ao longo do semestre tópicos de Responsabilidade Social criando uma nova orientação para as organizações produtivas.

Portanto, se confirma aqui a máxima já aventada anteriormente: a EDUCA+ e seu respectivo histórico é feito de sonhos e ideais que serão transformados em realidade mediante a vocação educacional de seus criadores.

2.12 Direito do Aluno com TEA — Transtorno do Espectro Autismo à Educação

Segundo o Art.5º da Lei 12.764/2012: “É dever do Estado”, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro do autismo à educação, em um sistema educacional inclusiva garantida a transversalidade da educação especial, desde a educação infantil até a educação superior.

§1º O direito de que trata o *caput* será assegurado em todas as políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, segundo os preceitos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

§2º Em casos de comprovada necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro do autismo ou outra deficiência estiver matriculada disponibilizará profissional de apoio no contexto escolar nos termos do parágrafo único, art. 3º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

§3º É de responsabilidade da instituição de ensino, pública ou privada, prover o profissional de apoio e outras adaptações razoáveis, nos termos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que sejam necessárias para o ingresso e permanência do aluno na escola, sendo vedada a cobrança de valores diferentes dos praticados com os demais alunos sob essa justificativa.

A EDUCA+, por meio de reunião de NDE — Núcleo Docente Estruturante decidiu prover um profissional de psicopedagogia, o qual será o responsável pela adaptação dos alunos com TEA. O atendimento será feito na IES e, se houver casos relacionados a

questões médicas, haverá o encaminhamento à especialidade médica. Este profissional psicopedagogo dará o apoio necessário, assim como a IES fará as adaptações necessárias, nos termos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no caso de alunos com esse perfil. Atualmente, a EDUCA+ conta uma psicóloga e uma psicopedagoga para atendimento à alunos com necessidades especiais, ambas capacitadas para atendimento no âmbito educacional.

2.13 Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida

Com base nos princípios que definem uma sociedade inclusiva com fundamentação no decreto nº 5.296 de 2/12/2004, a educação de pessoas com deficiência no ensino superior vem ganhando destaque nas pesquisas brasileiras, a partir da análise crítica das mudanças políticas governamentais, aliadas as transformações econômicas e culturais da sociedade.

Qualquer IES, em seu ambiente educativo inclusivo, deve requerer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação.

Portanto, a política de segurança e medicina do trabalho da instituição envolve todos os seus diversos setores como as obras civis e os setores de apoio, ou seja, a instrução das normas de segurança a todos os alunos é prioridade.

A EDUCA+ adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno. Também, garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais, condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma nas suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, que atendem a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do MEC, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e na sequência, do credenciamento de instituições.

2.13.1 Sobre a Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva⁷ pode ser compreendida como uma reviravolta institucional que consiste no fim dos iguais x diferentes, normais x deficientes. Ou melhor, a Educação

⁷ Disponível: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao->

Inclusiva é uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças: valorizar as diferenças é a chave. As diferenças sempre existiram e, na educação inclusiva elas precisam ser reconhecidas e valorizadas, sem preconceito. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular: na educação inclusiva todos os alunos devem fazer parte da escola comum. O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional. É o fim da subdivisão Ensino Especial x Ensino Regular. As escolas inclusivas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à

parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar. No texto aprovado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência, em 2006, estabeleceu a terminologia mais apropriada: pessoas com deficiência.

A maioria das escolas regulares no Brasil não estão preparadas para receberem e ensinarem aos alunos com deficiência, devido a problema de infraestrutura e formação profissional da equipe. No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o [Plano Nacional de Educação](#) (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao Ensino Superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. Ou seja, o aluno com deficiência está matriculado na escola regular, mas tem a sua disposição o Atendimento Educacional Especializado para qualquer necessidade específica que a escola regular não consiga suprir durante sua jornada escolar, da educação infantil ao ensino superior.

Deficiência Visual e Auditiva: o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização (ex: LIBRAS, Braille);

Deficiência Física: adaptações do material e do ambiente físico (ex: cadeiras, tecnologia assistiva);

Transtorno Global do Desenvolvimento (autismo): estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento (ex: métodos [ABA](#), [TEACCH](#), comunicação alternativa).

EM TEMPO: a EDUCA+ , após a aprovação do curso de Licenciatura em História, pelo MEC, a EDUCA+ fará investimento substancial para atender a educação inclusiva dos deficientes visuais, auditivos e outros.

2.14 PNEA — Políticas Nacionais de Educação Ambiental

Em conformidade às exigências do Decreto nº 4.281/2002 que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, Art. 1º: "Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" que institui a PNEA — Política Nacional de Educação Ambiental.

A EDUCA+ oferece conteúdos curriculares promovendo a educação ambiental, o desenvolvimento do indivíduo e o seu papel na coletividade e, assim, desenvolver valores sociais, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, tão necessária a qualidade de vida e a sustentabilidade de todos e do planeta.

Neste sentido as disciplinas: Antropologia, Ética e Cultura, Cultura Material e Patrimônio Histórico, Metodologia e Prática de Ensino em História I e II, Políticas Públicas e Legislação Educacional entre outras mais, tratam da PNEA, uma vez que demonstram aos discentes os impactos das decisões e das respectivas ações envolvidas; e, especificamente, mostram como identificar a valoração financeira das empresas que se preocupam com seus atos e reflexos, ao adotar boas práticas de política ambiental.

Assim, aqui citando Mousinho (2003)⁸, sobre a política de educação ambiental, se trata de:

Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Portanto, para que se concretize tal educação, nas reuniões do NDE são observadas a ministração de tais políticas, uma vez que estas fazem parte da interdisciplinaridade que permeia todas as disciplinas do curso.

⁸ MOUSINHO, P. Glossário. In: Trigueiro, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

2.15 Política Nacional de Educação em Direitos Humanos

A EDUCA+ atende de forma multidisciplinar a Resolução nº 1/2012, que determina as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, por tratar-se de um dos eixos fundamentais do direito à educação, contribuindo com um dos seus objetivos que é a formação humanística.

O PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos é uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades. O processo de elaboração do PNEDH teve início em 2003, com a criação do CNEDH - Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e seu engajamento no trabalho de criação do Plano. Entre 2004 e 2005, o PNEDH foi amplamente divulgado e debatido com a sociedade. Em 2006, como resultado dessa participação, foi publicada a versão definitiva do PNEDH, em parceria entre a então Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça. A definição considerada para a Educação em Direitos Humanos é de um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- ✓ Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- ✓ Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- ✓ Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- ✓ Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- ✓ Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

3 EaD – Educação a Distância

3.1 Histórico

Muitos autores datam o surgimento da EaD — Educação a Distância, no mundo, no século XV, quando Johannes Guttenberg inventou a imprensa na Alemanha, utilizando caracteres móveis para a composição de palavras. Até aquele momento, a produção de livros era realizada manualmente. Em épocas mais recentes, temos citações de uma tentativa de estabelecer um curso por correspondência na Inglaterra, com direito a diploma, em 1880. Tal ideia foi rejeitada pelas autoridades locais e os autores da proposta foram para os Estados Unidos, encontrando espaço na Universidade de Chicago. Em 1882, surgiu o primeiro curso universitário de EaD naquela instituição, com material enviado pelo correio. Depois, em 1906, a Calvert School, em Baltimore, EUA, tornou-se a primeira escola primária a oferecer cursos por correspondência.

A difusão da EaD no mundo se deve principalmente à França, Espanha e Inglaterra. A primeira universidade baseada totalmente no conceito de educação à distância foi a Open University (OU), na Inglaterra. Surgida no final dos anos de 1960, a OU iniciou seus cursos em 1970 e em 1980 já tinha 70.000 alunos, com 6.000 pessoas se graduando a cada ano. Ao longo de seus 35 anos de existência, foram incorporadas todas as novas tecnologias que eram desenvolvidas e popularizadas, como vídeos e computadores pessoais nos anos de 1980, e a Internet nos anos de 1990. A Open University forneceu referências para o surgimento de universidades abertas em vários outros países do mundo, entre as quais podemos citar a Anadolou University, na Turquia; a Open Polytechnic, na Nova Zelândia; a Indira Ghandi National Open University, na Índia; e a Open Universităt Heerlen, na Holanda.

Vários países também desenvolveram sistemas de EaD para lidar com suas condições específicas, que frequentemente apresentam desafios para a educação da população local. No Canadá, por exemplo, que por ter regiões geladas durante a maior parte do ano, de acesso impossível por terra, foi o primeiro país do mundo a utilizar satélites de telecomunicações só para a educação. Lá surgiu o sistema Schoolnet, utilizando também cabos, Internet e Intranet, e investindo na capacitação e treinamento de professores e especialistas. Outros países gelados, como Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, têm populações dispersas pelos seus territórios e altíssimos níveis de educação básica. A Noruega, por exemplo, tem experiências com EAD desde 1914, quando foi criada a NKS, que atualmente utiliza videoconferência para aprendizagem à distância.

Nações, com vastas extensões geográficas, também encontram na EaD muitas soluções para seus problemas educacionais. Além do Canadá, tem-se o exemplo da Austrália, onde aproximadamente 30% da população vive espalhada em grandes áreas. A Universidade de Queensland foi criada em 1910, oferecendo cursos por correspondência. Durante a Primeira Guerra Mundial, estes cursos começaram a chegar às áreas isoladas do país, e mais tarde, em 1929, teve início o serviço de rádio. Em 1990, surgiu o Consórcio Nacional de Educação à Distância, um órgão criado pelo governo australiano para organizar o ensino pós-secundário. A Espanha apresenta outro exemplo interessante, com a criação da UNED (Universidade Nacional de Educação a Distância), em 1973. Portugal tem, assim como a Inglaterra, sua própria Universidade Aberta, que foi criada em 1988. E além do Brasil, outros países da América Latina, como Bolívia e Argentina, têm realizado experiências com EaD.

A história da EaD - Educação a Distância no Brasil teve início em 1904, com o ensino por correspondência. Na época, instituições privadas passaram a ofertar cursos técnicos sem exigir escolarização anterior. Este modelo foi consagrado com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, concebida por um grupo liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto (1923), e também com o surgimento do Instituto Monitor (1939), do Instituto Universal Brasileiro (1941) e de outras organizações similares. Entre 1970 e 1980, instituições privadas e organizações não governamentais (ONGs) começaram a oferecer cursos supletivos a distância, com aulas via satélite, complementadas por kits de materiais impressos. A universidade virtual, compreendida como ensino superior a distância com uso de Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), surgiu no Brasil na segunda metade da década de 1990.

As universidades brasileiras passaram a se dedicar à pesquisa e à oferta de cursos superiores a distância e ao uso de novas tecnologias nesse processo a partir de 1994, com a expansão da Internet nas Universidades de Ensino Superior (IES) e com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, que oficializou a EaD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino.

A partir dessa Lei, uma nova perspectiva para a educação a distância passou a se constituir no país, trazendo a possibilidade de efetivação dos processos de ensino e de aprendizagem em outros momentos que não apenas no espaço da sala de aula e com a presença física de estudantes e educadores. Esse novo cenário, com novos atores e papéis, remete para a ênfase no processo de mediação pedagógica interativa através de vários recursos, de modo a provocar o encontro real ou virtual entre os sujeitos da educação, gerando a necessidade de reestruturação das instituições do ensino superior para a implementação de um sistema de EAD.

O desenvolvimento da Internet e da interface WWW provocou grandes mudanças e discussões no mundo em todas as áreas da sociedade inclusive na educação. No Brasil não foi diferente, principalmente na área da Educação a Distância. Além da internet vale lembrar que o aumento de disponibilidade e opções em tecnologias telemáticas também ajudou a alavancar as iniciativas em EAD no país.

Em 1997, universidades e centros de pesquisa passaram a gerar ambientes virtuais de aprendizagem, iniciando a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu via internet, demarcando, assim, entre 1996 e 1997, o nascimento da universidade virtual no Brasil. Entre 1999 e 2001 universidades virtuais formaram redes de cooperação acadêmica, tecnológica ou comercial entre instituições brasileiras, e entre estas e organizações internacionais. Neste período, passaram a ser organizados consórcios por afinidade regional, consórcios temáticos e redes de instituições públicas, privadas e confessionais.

3.2 Principais tecnologias

A proposta pedagógica do curso é marco norteador para o sucesso desta modalidade de ensino, embora não se possa negar que as tecnologias como a internet e utilização de transmissão via satélite, ao proporcionarem maior interação e interatividade, promovam também uma maior aceitação e credibilidade da EaD atual em relação à época dos estudos por correspondência impressa, apostilas, rádio e TV.

Atualmente, no Brasil, segundo matéria da revista Aprender Virtual, as principais tecnologias adotadas pelas instituições de maior destaque no mercado de EaD são a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, videoconferência e transmissão de aulas geradas a partir de estúdios para salas de aula espalhadas por todo o território nacional. A plataforma mais utilizada no Brasil é a *Blackboard*. Ganham destaque também as soluções da UNOPAR e EDUCON conjugando transmissão de aulas via satélite e apoio às aulas pela internet com ambientes virtuais de aprendizagem. Registre-se, também, a solução da Fundação Getúlio Vargas com ferramentas de *WebCast* (transmissão de vídeo e voz em tempo real).

Outras soluções também estão sendo adotadas pelas instituições de ensino como a gravação de aulas em DVD e disponibilização de material bibliográfico em bibliotecas digitais.

Faz-se necessário registrar as experiências da UNICAMP – Universidade de Campinas- com o ambiente virtual Teleduc, também utilizado em diversas instituições em nosso país; o ambiente ROODA desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Moodle, dentre outros.

Novas tecnologias como MOOCs, do inglês Massive Open Online Course, apresentam cursos online abertos, geralmente desenvolvidos por instituições acadêmicas, acessíveis à qualquer pessoa com acesso à internet. A maioria desses cursos são gratuitos e não exigem pré-requisitos para a realização, mas também há programas compostos por módulos interdependentes, formando percursos de aprendizado, muitos deles com certificado. Algumas das mais renomadas instituições acadêmicas oferecem MOOCs sem nenhuma restrição de acesso. São universidades como Berkeley, MIT, Harvard, Universidad Autónoma de Barcelona, Sorbonne, USP entre centenas de outras no mundo todo produzindo cursos abertos à qualquer pessoa, nas mais diversas áreas do conhecimento. Há plataformas que concentram e oferecem acesso a MOOCs desenvolvidos em diferentes universidades. É o caso do Coursera, Veduca e EDX que oferecem cursos desenvolvidos em mais de 170 universidades de todo o mundo, para literalmente milhões de inscritos. Diferentemente dos cursos tradicionais, que pressupõem a capacidade de acompanhamento dos alunos matriculados por um professor ou tutor, os MOOCs são idealizados para serem acessados por milhares de pessoas. As ferramentas são projetadas de modo que o conhecimento do aluno seja testado a cada módulo aprendido, fazendo uso de questionários, games, avaliações colaborativas e formação de mentores de percursos entre os egressos dos cursos, entre outras estratégias.

Na EDUCA+ se optou por utilizar o ambiente virtual desenvolvido pelo Grupo Educamais, que com o uso de tecnologia avançada, foi pioneiro no desenvolvimento das modernas técnicas de ensino-aprendizagem na modalidade a distância. As instituições do Grupo Educamais formam uma rede com mais de 500 polos de educação presentes em todo o Brasil, oferecendo mais de 300 cursos em diversas modalidades: Graduação, Pós-Graduação, Especialização, Extensão, Educação Continuada, Técnicos de nível médio, Capacitação Profissional, Treinamentos e Exame de Proficiência em Idioma.

3.3 A Legislação da EaD no Brasil

A legislação brasileira que norteia a EaD fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 20/12/1996, no Decreto nº. 5.622/2005 que regulamenta essa modalidade de ensino no país e, principalmente no Decreto Nº 9.057/2017, que atualiza a legislação sobre o tema e regulamenta a Educação à Distância no país.

Uma resolução do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES nº 1 de 3 de abril de 2001), que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, também contempla a modalidade a distância. Além desses dispositivos legais, um documento da Diretora de Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação

a Distância do Ministério de Educação (SEED-MEC), Carmen Moreira de Castro Neves, apresenta os “Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância”.

Ao analisar a legislação, pode se observar que essa modalidade de ensino tem mais abrangência e possibilidades menos restritivas na Educação Superior (Graduação e Pós-graduação). O Decreto 5622/2005, em seu artigo 30 e em conformidade com o § 4 do artigo 32 da LDB, a Educação Básica previa a utilização dessa modalidade de ensino exclusivamente para a complementação de aprendizagem ou em situações emergências, tais como impedimentos de saúde que inviabilizem o acompanhamento do ensino presencial, portadores de necessidades especiais, estar residindo ou exercendo atividades no exterior ou em localidades que não disponham de rede regular de ensino presencial, ou ainda, em situação de cárcere. Porém, o Decreto 9.057/2017 regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio. Nessas modalidades, as mudanças devem atender ao Novo Ensino Médio e ainda terão seus critérios definidos pelo MEC em conjunto com sistemas de ensino, Conselho Nacional de Educação (CNE), conselhos estaduais e distritais de educação e secretarias de educação estadual e distrital, para aprovação de instituições que desejam ofertar educação a distância. O cenário da Educação a Distância no Brasil começa a mudar. Temos um novo marco a partir do Decreto 9.057/2017.

Assim, de acordo com o MEC - Ministério da Educação, este regulamentou a EaD - Educação a Distância em todo território nacional: a partir de agora, as instituições de ensino superior podem ampliar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância. Entre as principais mudanças, estão a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. Com tal regulamentação, as IES poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância, sem a oferta simultânea de cursos presenciais. A estratégia do MEC é ampliar a oferta de ensino superior no país para atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que exige elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 e 24 anos.

Portanto, no Ensino Superior, podem ser oferecidos cursos sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e, até mesmo, de doutorado na modalidade à distância. Nos cursos em EaD, a avaliação de desempenho dos alunos para fins de progressão ocorrerá mediante o cumprimento das atividades programadas e da realização de avaliações presenciais elaboradas pela própria instituição, segundo os critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa, cujos resultados devem prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à

distância. No caso de cursos de pós-graduação, a defesa de trabalho de conclusão ou monografia deve ser presencial.

A competência para credenciar cursos à distância em Educação Básica é de responsabilidade das autoridades dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal. Entre as principais mudanças trazidas pela regulamentação do Decreto 9.057/2017, estão a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. No caso de atuar em unidade fora da Federação onde está sediada, o credenciamento deve ser junto ao MEC.

Para cursos de graduação e pós-graduação a competência do credenciamento é exclusivamente do MEC. Em ambos os casos, Educação Básica ou Ensino Superior, os requisitos para credenciamento, envolvem habilitação jurídica, regularidade fiscal, capacidade econômico-financeira, histórico de funcionamento da instituição de ensino, planos de desenvolvimento escolar ou de desenvolvimento institucional, estatutos ou regimentos (conforme o nível de ensino), corpo técnico e administrativo qualificado, instalações adequadas ao cumprimento do curso ou programa, termos de convênio ou acordos de cooperação, se existirem, entre outros.

Os referenciais de qualidade de Cursos à distância, apresentados pela Diretora de Política de Educação à Distância da SEED-MEC, não tem força de lei, mas servirão para orientar a EDUCA+ na organização de seus cursos na modalidade EAD, assim como deverão orientar as Comissões de Especialistas que forem analisar os projetos de cursos.

São dez itens básicos que devem nortear os projetos de preparação dos cursos:

- ✓ Compromisso dos gestores;
- ✓ Desenho do projeto;
- ✓ Equipe profissional multidisciplinar;
- ✓ Comunicação/interação entre os agentes;
- ✓ Recursos educacionais;
- ✓ Infraestrutura de apoio;
- ✓ Avaliação contínua e abrangente;
- ✓ Convênio e parcerias;
- ✓ Transparência nas informações;
- ✓ Sustentabilidade financeira.

Além desses, as instituições podem acrescentar outros que atendam as peculiaridades regionais e necessidades socioculturais de seus estudantes. Em síntese, estes são os principais aspectos legais que regem o funcionamento dos cursos e programas de EaD no Brasil. Neste PPC vamos discriminar mais adiante cada um dos aspectos que

estão presentes nos referenciais de qualidade para a EaD, buscando dar visibilidade ao modo como a EDUCA+ se estrutura neste trabalho.

3.3.1 Comparativo com outros países

A maioria das IES – Instituição de Ensino Superior tradicionais europeias sempre se interessou em usar a tecnologia para melhorar o ensino. Diferentemente do Brasil, não há quase nenhuma Universidade na Europa que não ofereça serviços - desde solução a dúvidas administrativas, formas de acesso aos cursos, informações em geral - pelo site da instituição.

Além disso, já há diversas organizações que tratam exclusivamente de EaD. Não esquecendo a forte tradição em Universidades abertas e a distância na Europa e que no Brasil está apenas começando.

Comparando a EaD no Brasil com outros países da América Latina pode-se observar uma equivalência de objetivos, finalidades e estruturas tecnológicas. Em todas as situações, a ideia básica é levar as possibilidades de formação continuada, aperfeiçoamento e pós- graduação, de modo a atingir uma população alvo (acadêmicos, docentes e profissionais liberais), que está distante dos grandes centros e Universidades.

Se pensarmos as relações entre educação, capital social e desenvolvimento, chegamos ao ponto em que se constata que se a construção do capital social exige um grande esforço por elevar os níveis de escolaridade e avançar na qualidade da educação, todos os meios devem ser postos a serviço dessa grande tarefa. As nações que conseguiram grande sucesso no processo de construção de seu capital social não apenas aplicaram fortemente em educação, como o fizeram com uma decidida incorporação de métodos e técnicas de educação a distância. É fundamental considerar que, sem qualquer figura de retórica, nesses países, os processos de ensino/aprendizagem são intensivos em tecnologia e isso ocorre tanto em salas de aula quanto nas modalidades de ensino a distância, havendo uma clara convergência dos níveis tecnológicos entre essas duas modalidades de ensino/aprendizagem.

Na construção do capital social nos países em desenvolvimento, a EaD pode e deve ter um papel relevante e, para isso, poderá mobilizar todos os meios de informação e comunicação, tradicionais e modernos.

3.4 A expansão da IES EDUCA+ no EaD

Para expansão, a EDUCA+, com sede em São Paulo, possui uma estrutura multicampi formada por nove centros distribuídos na cidade de São Paulo e cidades vizinhas, em parceria com a Associação Cruz Azul de São Paulo, antiga mantenedora, adicionada do endereço sede da atual mantenedora.

Além disso, existe a previsão de abertura de polos por todo o território nacional e no exterior, na modalidade à distância, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico e tecnológico. Vide quadro que segue:

| Sede | Futuros Campus | | | | | | | |
|----------------|----------------|--------------|-------------|-------------|-------------|---------------|-----------|-------------------|
| Penha | Osasco | Centro de SP | Santo Amaro | Santo André | Itaquera | Vila Talarico | Guarulhos | Brigadeiro |
| Futuros Campus | | | | | | | | |
| Campinas | | | | | São Vicente | | | |

Vale aqui ressaltar que em um novo cenário de expansão, a EDUCA+ contempla, na vigência do PDI-IES, um projeto de centro universitário, incluindo agora a modalidade de educação a distância. Nesse sentido, investindo em um novo paradigma educacional, focado em ações inovadoras e baseado em modernas metodologias e posturas didáticas, fazendo uso dos mais recentes recursos da TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação surge a EDUCA+ VIRTUAL.

A EDUCA+ Virtual, ciente de sua responsabilidade na formação integral do ser humano, bem como da sua integração na sociedade, utilizará de um conjunto de estratégias da EaD buscando romper as barreiras do tempo e do espaço físico e oportuniza a todos o acesso a atividades de ensino, pesquisa e extensão, ofertados pela IES.

A CEAD - Coordenação de Educação a Distância, criada pela Resolução do nº 03/2018 da diretoria, área responsável pela educação a distância na EDUCA+, atuará na coordenação, planejamento, desenvolvimento e execução dos processos que permeiam a estruturação da EAD na EDUCA+ e prestará o suporte tecnológico, visando o melhor funcionamento da EDUCA+ virtual.

3.4.1 Missão da EDUCA+ Virtual

Instituir e consolidar a modalidade de EaD -Educação a Distância na EDUCA+ como estratégia de inclusão social e garantia dos direitos humanos, de forma indissociável e interdisciplinar.

3.4.2 Metas EDUCA+ Virtual

✓ **Capacitação**

Promover cursos de capacitação, por meio do AVA, para professores, tutores e coordenadores.

✓ **Tecnologias da informação e comunicação: meios utilizados na orientação didático- pedagógica**

A princípio é preciso que se defina o AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem a ser utilizado.

Para Behar et al⁹ (2007, p. 29), AVA é “uma infraestrutura tecnológica composta por funcionalidades e interfaces gráficas”. E, para garantir um processo de interlocução permanente e dinâmico, a orientação acadêmica utilizará não só a rede comunicacional, viabilizada pela internet, mas também outros meios de comunicação.

A definição de LMS (*Learning Management System* - Sistema de Gerenciamento do Aprendizado) surgiu para dar nome a um conjunto de ferramentas que integram um sistema que é responsável pela gestão de cursos e treinamentos a distância, com o objetivo de simplificar a administração em uma organização. E, a partir desse conjunto de ferramentas, nasce o AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem: um espaço destinado à criação de grupos de estudo baseados em uma filosofia de construção colaborativa do conhecimento.

Uma das decisões mais importantes quando pensamos em iniciar um projeto de educação a distância passa pela escolha do LMS, que pode ser um fator decisivo na implantação e sustentação do projeto, que envolverá gerenciamento administrativo, custos financeiros e recursos humanos. O sistema deve ser capaz de personalizar perfis de administração para facilitar o acesso, de acordo com o mapeamento de competências dos *stakeholders* envolvidos, como: administradores de cursos, designers instrucionais, tutores, suporte técnico e alunos.

AVAs são tecnologias digitais que disponibilizam ferramentas que variam de acordo com cada ambiente para mediação e gerenciamento de Projetos de Educação a Distância. Estes sistemas são mais um desdobramento das TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação que aproveitam os novos recursos da chamada WEB 2.0 para a troca de informações pela comunicação em rede.

⁹ BEHAR, P.; PASSERINO, L.; BERNARDI, M. Modelos pedagógicos para educação a distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. *RENOTE*: Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 5, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/4bPatricia.pdf>>. Acesso em maio/2019.

Os AVAs são disponibilizados por meio do acesso à internet e, em sua interface gráfica, são oferecidas ferramentas síncronas e assíncronas, ou seja, ferramentas de comunicações simultâneas e não simultâneas. Um AVA funciona semelhante a um portal de conteúdos organizados e disponibilizados a partir de um LMS, cujo objetivo básico é promover educação a distância.

Dentre as características, destaca-se: o acesso ao conteúdo é feito por meio de um login e senha; pouco conteúdo fica disponível ou visível aos usuários não cadastrados; há perfis de usuários com permissões diferentes (p. ex: Administrador, Professor, Tutor, Aluno e Visitantes); os cursos são separados em salas virtuais e o acesso é restrito por código, senha e/ou inscrição feita e aprovada pelo responsável pelo curso; as ferramentas disponibilizadas compõem um conjunto de recursos, selecionados com base em um propósito essencialmente pedagógico, portanto, voltadas para uma situação de ensino-aprendizagem; há formas variadas de comunicação entre os agentes participantes de cursos disponibilizados em um AVA: *chat*, mensagem, fórum, etc. e os professores e tutores possuem diversas formas de fazer o acompanhamento e a participação dos alunos, realizar e corrigir atividades com atribuição de nota, enviar mensagem, etc.

3.4.3 O perfil do aluno da EDUCA+ Virtual

Nesse momento, faz-se pertinente compreender o novo papel desempenhado pelo aluno/aprendiz virtual frente aos desafios inovadores da educação. A EAD proporciona às pessoas a oportunidade de aprendizagem onde estiveram, visto que não há fronteiras. Liga enormes distâncias por meio das TIC's e possibilita a interatividade com diversas partes do globo, fato que no ensino presencial não pode ocorrer. Diante desse novo contexto, esta modalidade criou o que chamamos de “aluno virtual” ou “aprendiz virtual”, que passa a ser o foco do processo ensino-aprendizagem na busca daquilo “que precisa aprender” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 83).

O aluno/aprendiz virtual deve ter um perfil de autodeterminação, orientação, capacidade de decisão, seleção e organização. Deve saber utilizar um computador; saber compartilhar; dividir experiências pessoais e educacionais; ser dedicado, pois esta modalidade de ensino exige horas de estudos, organizadas e mais extensas; ter autonomia; desenvolver atitudes e estratégias de estudo próprias; ter facilidade para lidar com novas tecnologias, além de muita motivação.

Ainda, conforme Maia e Mattar¹⁰ (2007, p. 85), o aprendiz virtual deve saber autoadministrar seu estudo e automonitorá-lo, procurando “[...] buscar, encontrar,

¹⁰ MAIA, C.; MATTAR, João. ABC da EaD: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

selecionar e aplicar” o conhecimento adquirido e não mais estar apenas passivo, recebendo-o e memorizando-o. Diante dessas novas características na aprendizagem autônoma, Belloni (2003, p. 39)¹¹, diz que o processo de ensino e aprendizagem está “centrado no aprendente,

cuja experiência são aproveitadas como recurso do aprendente, considerado como um ser autônomo, gestor de seu processo de aprendizagem, capaz de autogerir e autorregular este processo”.

Como podemos perceber, para que o ensino torne-se eficaz, é preciso “estar centrado no aluno, dedicar atenção exclusiva à aprendizagem: o que o aluno está aprendendo, como está aprendendo, as condições sob as quais está aprendendo, se está retendo e aplicando o que aprende e como a aprendizagem atual o prepara para a aprendizagem futura”. (WEIMER, 2002, *apud* PALLOF; PRATT, 2004, p. 148).¹²

Assim, nesse sentido, torna-se relevante desenvolver projetos pedagógicos em EAD que levem em consideração as competências que o aluno precisa desenvolver e que são importantes para um curso a distância como: a) competências tecnológicas, pois o aluno precisa entender como utilizar os programas em geral; b) competências ligadas a saber aprender em ambientes virtuais de aprendizagem e c) competências ligadas ao uso da comunicação escrita. Desta feita, observa-se que não é qualquer proposta que se adapta ao EAD.

3.5 Processos de avaliação no EAD

A avaliação no EAD é utilizada para verificação do que o aluno conseguiu aprender ou não, mas pode também ser utilizada na mediação dos objetivos que a IES e seus colaboradores alcançaram ou não.

Para Campos et al. (2003, p. 115) a: “[...] avaliação educacional é um domínio bastante complexo porque reúne uma filosofia educacional, uma teoria de aprendizagem e uma metodologia de ensino para se verificar se e em que nível os objetivos e metas do processo educacional foram atingidos”.

No EAD é preciso ter bem definido quais os objetivos que se pretende alcançar, o que avaliar e por quê. Dentro do nível da IES, a avaliação educacional mede como estão sendo desempenhados os papéis do professor, dos alunos, como estão sendo trabalhados os currículos e os meios de informação. Para o ensino-aprendizagem, a avaliação torna-se positiva quando analisa como um critério de ajuda, pois possibilita que o professor e

¹¹ BELLONI, M. L. Educação a Distância. São Paulo: Autores Associados, 2003.

¹² PALLOF, Rena M.; PRATT, Keith T. Trabalhar com estudantes on - line. Trad. Vinícius Vergueira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

o aluno se avalie mutuamente, mesmo que não haja o ensino exclusivo para avaliação, ou seja, o processo avaliativo convive harmoniosamente como mais um elemento da verificação do andamento do processo de ensino realizando e contribuindo para a aprendizagem.

Nesse modelo de educação, a avaliação deve estar pautada tanto no aspecto qualitativo como quantitativo. Para tanto, deverá comportar três perspectivas: (a) avaliação por meio de testes *on-line*; (b) avaliação da produção individual do aluno e (c) análise das interações entre os alunos (chats e fóruns).

Ressalte-se que a avaliação deve processar-se mais no âmbito coletivo, pois a interatividade entre os alunos promove uma avaliação mais positiva. Esse tipo de avaliação que contempla o produto no processo é uma tendência atual. Entende-se processo como “o percurso de construção individual, que se constitui a partir das interações” (BEHAR, 2007, p.101).

O modelo de avaliação que aqui defendemos deve primar pela qualidade que está diretamente ligada aos conteúdos das mensagens postadas pelos alunos (produto), bem como aos aspectos quantitativos que levam em consideração as interações (processos).

A avaliação qualitativa pode ocorrer por meio de fóruns de discussão e *chats*, cabendo ao professor observar as atitudes e os comentários dos alunos. Ainda no aspecto qualitativo, no espaço *on-line*, pode-se pedir relatórios de grupo e registrar seus comentários; já no aspecto quantitativo, seriam aplicando testes, permitindo observações formais e informais e, assim, atribuir as notas para cada aluno ou para o grupo.

Desta forma, somente a avaliação associada a pesquisas e experimentações pode auxiliar na aprendizagem segura nos ambientes de aprendizagem *on-line*.

Avaliação de Desempenho: O aproveitamento semestral será obtido por meio da média aritmética das duas médias bimestrais, sendo que, tanto no 1º como no 2º bimestre, cada resultado será expresso em grau numérico de 0 a 10,0. Para a composição da nota bimestral serão utilizados no mínimo dois instrumentos de avaliação diferentes no **primeiro bimestre**: simulados por disciplina, com peso 3,0 (tres), por meio de simulados ou outras interatividades, e uma avaliação com peso 7,0 (sete); no **segundo bimestre**, temos três instrumentos de avaliação: simulados por disciplina com peso 3,0 (similados ou interatividades); Simulado Estudo Integrado (SEI), peso 2,0 e uma avaliação com peso 5,0. Tal normatização e padronização se encontra de acordo com o Regimento da EDUCA+. Qualquer alteração precisa ser acordada com o coordenador e o NDE do respectivo curso, mais o colegiado e direção da Faculdade..

O Simulado Integrado de Estudo (SEI) será elaborado sob a orientação dos coordenadores de curso, seus colegiados e Núcleo Docente Estruturante, com 20 questões, utilizando os padrões de concurso público e ENADE.

Ao aluno que perder as avaliações bimestrais individuais é dado o direito de realizar uma prova substitutiva, que deverá ser solicitada no aluno *on-line* no prazo informado no calendário acadêmico. Esta será realizada no final do semestre (data informada no calendário acadêmico) e seu conteúdo englobará o que foi tratado nos bimestres. O resultado da prova substitutiva será inserido no campo da nota destinada à avaliação que o aluno perdeu. Além da substitutiva em regime domiciliar (atestado médico, falta, etc.), a IES tem a **substitutiva de desempenho** permitindo ao aluno substituir a nota da avaliação presencial mediante realização de outra prova em período agendado previsto no calendário. O agendamento será por meio do aluno, *on-line*, no dia e horário disponível. As avaliações e substitutivas serão realizadas no polo, ressaltando que o aluno pode realizar suas avaliações em qualquer polo através da opção no aluno *on-line*. A finalidade é proporcionar o discente a conscientização da necessidade de estudar e melhorar seu conhecimento.

O aluno será considerado aprovado quando obtiver média aritmética geral de aproveitamento semestral igual ou superior a 6,0. Quando a média semestral for igual ou superior a 3,0 e inferior a 6,0 o aluno deverá submeter-se à recuperação. Neste caso, a aprovação será a média aritmética simples do semestre acrescido do recuperação, se igual ou maior que 5,0 o aluno está aprovado.

3.6 Corpo docente e corpo técnico-administrativo

O corpo docente que integra os cursos é formado por professores da IES ou convidados de outras IES, quando da participação em curso em parceria com órgãos ou outras IES. A IES deve adotar uma política de capacitação e atualização permanente destes profissionais.

Quanto ao corpo técnico-administrativo, este se apresenta em duas categorias: uma será permanente, da mesma forma que o corpo docente e a outra se engajará ao projeto na medida do desenvolvimento do curso, quando houver necessidades específicas. Estes profissionais darão apoio necessário à equipe docente responsável pela gestão do curso e nos polos de apoio presenciais.

Tais profissionais deverão desempenhar atividades como:

- Dar suporte técnico em laboratórios e bibliotecas;

- Exercer serviços de manutenção e zeladoria de materiais e equipamentos tecnológicos
- Auxiliar no planejamento do curso, no que diz respeito a apoiar os professores conteudistas na produção de materiais didáticos;
- Atuar em funções na secretaria acadêmica, no registro e no acompanhamento de procedimentos de matrícula, avaliação e certificação dos estudantes, envolvendo o cumprimento de prazos e exigências legais em todas as instâncias acadêmicas;
- Dar apoio ao corpo docente e aos tutores nas atividades presenciais e à distância, na distribuição e no recebimento de material didático, atendimento a estudantes usuários de laboratórios e bibliotecas, entre outros;
- Por fim, zelar para que os equipamentos a serem utilizados estejam disponíveis e em condições de perfeito uso.

3.7 TA – Tutoria Acadêmica: concepções, características e responsabilidades do tutor online

A Educação a Distância exige uma relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores acadêmicos. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema, encontra-se a presença da Tutoria Acadêmica (TA).

Cabe salientar que ela não deve ser entendida apenas como peça de um sistema, cuja função principal é possibilitar a mediação entre o estudante e o material didático de curso, mas como um dos elementos do processo educativo que possibilita a (re)significação da educação a distância, principalmente em termos de possibilitar, em razão de suas características, o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional.

A TA apresenta um personagem importante que é o tutor. Este é compreendido como um dos sujeitos da prática educativa, desempenhando o papel administrativo e organizacional.

Também é responsável pelo primeiro contato com a turma; devendo facilitar a apresentação entre os alunos; enviar mensagens; realizar o *feedback* mais rápido e tornar-se o mediador cordial entre todos. Deve promover o senso de comunidade e, para tanto, deve possuir “[...] elevado grau de inteligência interpessoal” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 91).

No que diz respeito à parte do projeto pedagógico, o orientador acadêmico (tutor), deve participar dos momentos da organização, acompanhamento e avaliação dos programas dos quais vai participar, constituindo-se também sujeito da construção do currículo do curso. Deve, no processo de planejamento, participar da discussão com os professores responsáveis por áreas ou disciplinas a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

3.7.1 Atividades de tutoria

O sucesso de qualquer curso na modalidade a distância está intimamente relacionado à capacidade de seus tutores exercerem com competência as suas funções de acompanhamento, orientação e motivação do estudante. O ser humano é um ser social e a convivência é um fator importante para o desenvolvimento de uma série de atividades, inclusive o estudo. No EAD, ao contrário do que alguns pensam e defendem, às vezes por desconhecimento, a convivência existe apesar de em tempos, espaços e formas diferentes daquelas presenciais. As redes sociais estão aí para comprovar que a relação humana deixou de exigir um espaço físico comum entre os interlocutores.

Nesses ambientes virtuais, as pessoas aprendem, ensinam, emitem opiniões e desenvolvem sentimentos. Na educação a distância não pode ser diferente. Os estudantes de um curso, ou pelo menos os estudantes de uma mesma turma de um curso, devem ter uma convivência estabelecida por meio da qual possam trocar ideias, elucidar dúvidas, desenvolver amizades, trocar sentimentos, enfim, conviver. O profissional responsável pelo desenvolvimento dessa convivência é o tutor, seja presencial ou EAD. Dessa forma, a tutoria será oferecida na forma presencial e à distância, obedecendo ao quantitativo máximo de 150 estudantes por tutor. Na forma presencial, conforme cronograma disponibilizado no manual do estudante, o tutor receberá os estudantes no polo para o desenvolvimento de atividades previamente programadas ou simplesmente para o atendimento de dúvidas. A tutoria EAD acompanhará o acesso dos estudantes no AVA, mediará os *chats*, comandará os fóruns e responderá os e-mails.

O tutor, seja presencial ou à distância, tem obrigação de conhecer cada um de seus estudantes e de acompanhá-lo no desenvolvimento de cada atividade, seja para auxiliar nas dúvidas, seja para manter um mecanismo de motivação.

Os fóruns, sobretudo, representam uma ferramenta importante no estabelecimento de uma convivência entre os estudantes. Cada tutor receberá um manual de atividades e atitudes que deverão permear a realização de sua atividade, sendo algumas delas:

- ✓ Verificar se o acesso do estudante às atividades do curso ocorre com a frequência necessária o seu bom desenvolvimento;
- ✓ Entrar em contato com os estudantes que apresentam baixa frequência nas atividades para apurar quais são os motivos dessa não participação;
- ✓ Acompanhar a utilização das ferramentas do curso e orientar os estudantes a fazer o seu uso correto;
- ✓ Corrigir e atribuir notas às atividades desenvolvidas e entregues pelos estudantes como parte da verificação ou avaliação da aprendizagem;
- ✓ Criar, fomentar e responder às questões dos fóruns relacionados à sua atividade;
- ✓ Entrar em contato com os estudantes de baixo aproveitamento, com a finalidade de detectar as dificuldades e orientar possíveis distorções no processo de ensino aprendizagem;
- ✓ Informar periodicamente aos estudantes as datas de vencimento das atividades previstas;
- ✓ Encaminhar as dúvidas dos estudantes ao setor competente, quando não pertencer a sua alçada;
- ✓ Conduzir os chats nos dias e horários programados;
- ✓ Manter atualizado o mural da sala com as informações que competem à sua alçada;
- ✓ Participar dos momentos de formação continuada, promovidos pela manetenedora e pela IES, para atualização permanente de processos, tecnologias, metodologias e pressupostos demandados para a educação a distância.

Em síntese, o papel do tutor é incentivar, questionar, relacionar comentários, coordenar as aulas e atividades, sintetizar ideias, avaliar, interpretar os diversos tipos de textos, buscando incentivar a construção do conhecimento. Cabe a ele, ainda, acompanhar as avaliações dos alunos, informá-los sobre os critérios, trabalhando como facilitador.

3.7.2 Serviços de apoio

Corresponde à infraestrutura que dá suporte aos alunos, professores e tutores. Fazem parte da configuração que deve estar presente tanto na sede da IES como nos polos de apoio presencial. Constitui-se de:

- ✓ Coordenação acadêmico-operacional: formada pela equipe de coordenação acadêmica, de tutoria e salas de coordenação operacional para dar suporte ao planejamento, produção e gestão dos cursos a distância, buscando garantir a

qualidade, ações e políticas da educação a distância, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão;

- ✓ Polo de apoio presencial: a unidade garante a relação das avaliações, das defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratório específico, estágio obrigatório, orientação aos alunos pelos tutores, videoconferência, atividade de estudo individual ou em grupo, utilização do laboratório de informática e das bibliotecas;
- ✓ Bibliotecas físicas e virtuais: essenciais para a educação e possuem um importante papel nas mais variadas instituições e principalmente nos cursos de Educação a Distância, pois a maioria das pesquisas realizadas pelos alunos continua sendo em livros, artigos e materiais educacionais que elas armazenam e disponibilizam. Por isso, devem ter um acervo digital atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados;
- ✓ Laboratório de informática: ambiente equipado com computadores, que permita a interação entre os alunos, docentes, coordenador e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo dos cursos. Deve ser um espaço de promoção de inclusão digital;
- ✓ Secretaria do polo e as salas de tutoria: ambiente que concentra toda a logística de administração acadêmica e operacional do polo.
- ✓ Sendo assim, a IES deve ter uma equipe multidisciplinar e capacitada para atender aos estudantes em suas necessidades.

3.7.3 Gestão acadêmico-administrativa

Deve oferecer ao aluno acesso aos serviços disponíveis ao ensino tradicional como: matrícula, inscrições, requisições, informações institucionais, de secretaria, tesouraria, etc. É preciso, dentro da observância deste referencial, gerenciar e supervisionar os processos de tutoria, produção e disponibilização do material didático, acompanhamento e avaliação do estudante, buscando incentivá-lo para que este não abandone o curso.

3.8 Construção dos materiais didáticos

O material didático precisa responder às necessidades do aluno e estar coerente com a proposta pedagógica do curso. Deve promover a construção do conhecimento e aproximar o aluno do professor. Este recurso deve ser rigorosamente avaliado e devem ser feitas as devidas modificações no que for necessário para atingir o aperfeiçoamento.

No intuito de desenvolver habilidades e competências específicas, deve ser utilizado um conjunto de mídias compatíveis, como por exemplo, materiais impressos, vídeos, programas televisivos e de rádio, videoconferências, CDs e páginas na *web*; envolvendo as diferentes formas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo.

Para tanto, a equipe multidisciplinar necessita estar integrada, auxiliada por especialistas em desenho instrucional, ilustração, diagramação etc. Quanto ao conteúdo, os MEDs - Materiais Educacionais Digitais possibilitam que eles sejam abordados na forma de imagens digitais, vídeos, animações, simulações, jogos educacionais, dentre outros.

É importante destacar alguns fatores que estão relacionados diretamente com esses recursos digitais que são: visibilidade, *feedback*, restrições, mapeamento e consistência. Para Behar e Torrezan (2007, p. 48), a visibilidade visa a aplicação de uma lógica entendível entre o ícone e a função mecânica e/ou subjetiva que ele desempenha; o *feedback* está associado ao homem-computador, isto é, a questões como confiança e desenvolvimento; restrições auxiliam o aluno no entendimento de como funciona dos elementos das interfaces e o funcionamento do sistema e, por último, o mapeamento que refere-se à representação de um símbolo e a função que desempenha.

Cumprido ressaltar que no processo de construção do material didático deve ser garantida a união entre os conteúdos trabalhados, possibilitando a interação entre os sujeitos envolvidos no projeto. Deve conter, ainda, diretrizes pedagógicas, segundo orientação do MEC.

Assim, as recomendações apresentadas acima orientam os envolvidos na produção de materiais para cursos de EAD, proporcionando um padrão para desenvolvimento de conteúdo que venha a estar apto a ser utilizado pela IES em seus vários cursos. Outro fato a ser destacado é que elas devem ser permanentemente atualizadas e precisam ter uma linguagem dialógica, possibilitando o autodesenvolvimento do aluno, o detalhamento das competências cognitivas, das habilidades e atitudes que ele deverá alcançar. Além disso, permitirá a autoavaliação, um atendimento alternativo para alunos com deficiência e a indicação de bibliografia, portais complementares para incentivar o aprofundamento e a complementação da aprendizagem.

O material didático é constituído por livros didáticos e videoaulas. Os livros didáticos são disponibilizados de forma digital, com direito de impressão para o estudante, e de forma impressa e entregues para os alunos.

São escritos pelos professores de cada disciplina, com base na bibliografia indicada e seguem a cronologia de oferta do curso. Os temas de cada disciplina são apresentados

por meio de textos descritivos e explicativos, permeados por imagens ilustrativas, de acordo com a sua natureza.

As videoaulas são gravadas e disponibilizadas no AVA para acesso do estudante. Não são permitidas cópias e a única forma de assistir a elas será por meio do AVA. As aulas tratam dos temas de cada disciplina, na sequência prevista na ementa e utilizam diferentes tecnologias e metodologias de ensino. Podem ser: expositivas; na forma de debates com conteúdos especiais; gravadas em ambientes externos; ou de outras formas, apropriadas à abordagem dos temas.

As videoaulas são disponibilizadas para os estudantes seguindo a cronologia de oferta do curso, em consonância com a matriz curricular. Uma vez postadas no AVA, ficam disponíveis para acesso a qualquer tempo, permitindo ao estudante a flexibilidade de tempo e a possibilidade de revisão a qualquer tempo.

As leituras complementares poderão ser indicadas por meio de arquivos em PDF para *download* ou por meio de *links* que levem a páginas de conteúdos internos do AVA, ou até mesmo externas.

O Guia Geral do Curso é um documento digital construído com textos, imagens e *links* para vídeos, que tem por finalidade disponibilizar ao estudante todas as informações relativas ao funcionamento do curso, cujo conteúdo será indexado para facilitar o acesso e o entendimento. Nele constarão informações relativas à estrutura do curso, seu funcionamento, duração, dentre outras, consistindo em um resumo do Plano de Curso, didaticamente construído para que o estudante possa ter uma visão total do curso.

3.8.1 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

As ferramentas de comunicação disponíveis no AVA são *chat*, e-mail, fórum e mural do estudante. A primeira é síncrona e as demais assíncronas. Essas ferramentas permitem tanto a comunicação entre tutor e estudantes, como entre estudantes. É possível ao tutor, por exemplo, enviar de uma única vez, um aviso a todos os estudantes alocados em uma turma.

O *chat* consiste em uma ferramenta que permite a comunicação de forma escrita e em tempo real. Disponível no AVA, na página do curso, há sempre um moderador que recebe as mensagens dos participantes de forma individual e se manifesta sobre cada uma delas, imediatamente. Haverá agendamento prévio, com horário para início e fim, e ampla divulgação.

Por meio do *chat*, o estudante pode escrever uma pergunta, expressar um entendimento, emitir uma opinião e o moderador consegue manifestar-se logo em

seguida, também de forma escrita. A moderação do *chat* pode ser feita pelo tutor, pelo coordenador do curso, pelo coordenador do polo ou por qualquer funcionário devidamente treinado. Quando a moderação for realizada pelo tutor da disciplina, o objetivo principal é atender às dúvidas relativas ao conteúdo da disciplina. Quando o moderador for o coordenador, o atendimento será relativo às questões que envolvem o curso ou o polo. No entanto, é da competência de todos conhecer o AVA e todo o funcionamento do curso, para darem o devido encaminhamento às dúvidas do estudante.

O fórum é um mecanismo de comunicação que permite a todos os participantes do curso e/ou da turma registrar suas dúvidas, pensamentos e opiniões. Todos podem escrever e todos podem ler o que foi escrito. Ao serem criados, os fóruns podem ser designados para a participação de todos aqueles que pertencem ao curso ou a grupos específicos. Por exemplo, se um curso tiver três turmas frequentando ao mesmo tempo, o coordenador do curso cria um fórum que permite a participação de todos os estudantes do curso e assim consegue comunicar-se de uma só vez com 100% dos estudantes e vice-versa. Outros fóruns podem ser criados especificamente para os participantes de cada turma. Nesse caso, somente os estudantes de cada turma podem escrever e visualizar as postagens. O fórum é uma ferramenta assíncrona muito importante, pois arquiva e mantém disponível para consulta todas as postagens.

O mural do estudante é um ambiente no qual estão dispostas cronologicamente as informações de seu interesse, relativas ao curso, à turma ou a uma disciplina do curso. No mural, por exemplo, é possível colocar lembretes que chamem a atenção para a proximidade do vencimento do prazo de entrega de atividades.

O *e-mail* é uma forma de comunicação individualizada e será utilizado para reforçar as informações dadas nos fóruns ou no mural do estudante. Servirá ainda para tratar de assuntos que necessitem de sigilo, como questões financeiras e acompanhamento individualizado, em caso de baixo rendimento ou falta de participação nas atividades propostas.

3.9 AVA EDUCA+

A IES conta com uma plataforma multidisciplinar de ensino própria, desenvolvida pelo grupo da qual ela faz parte, o grupo EDUCA+, com registro de propriedade no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial. A plataforma conta com área de histórico do aluno, biblioteca virtual, processo seletivo *on-line*, sala de aula com videoaulas e e-books de cada disciplina, simulados, agendamento de provas, prova *on-line*, área de TCC, reconhecimento facial e outras funcionalidades.

A plataforma tem 10 anos; mas, passa constantemente por atualizações; já foi utilizada por mais de 200 mil alunos de outros projetos relacionados ao grupo. Com um AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem personalizado e *layout* moderno, fornece ao aluno todas as informações necessárias para seus estudos e progressão na vida acadêmica.

Desta forma, a plataforma é capaz de informar ao aluno sobre provas, notas, acesso ou não à sala de aula, realização de atividades *on-line*, com avisos e pop-ups, ou por disparo automático de e-mails.

Os professores e tutores podem fazer *upload* de conteúdos, atividades e provas, e o aluno é sempre avisado quando existe uma movimentação em sua área de estudos. Além disso, os tutores e professores podem criar fóruns de discussão, ter acesso a *chats* moderados e até mesmo realizar uma aula ao vivo, quando necessário.

A IES conta com cerca de 50 colaboradores dedicados ao EAD. A equipe conta com *designs* instrucionais, revisores, conteudistas, diagramadores, programadores, departamento comercial e gestores de EAD. Dessa forma, toda a execução de processos, assim como a capacidade de suporte ao EAD é dada por equipe própria, dedicada ao Ensino a Distância da IES.

O grupo EDUCA+ conta com um moderno estúdio de gravação e ilhas de edição que integram a produtora, com registro na ANCINE - Agência Nacional de Cinema, tendo já produzido mais de 5 mil videoaulas. Conta, ainda, com uma editora cadastrada na Biblioteca Nacional, tendo publicado mais de 5 mil livros com registrado no ISBN. A capacidade de produção de material didático não é limitada por tempo e espaço, visto que a própria IES possui os meios adequados de produção, sem depender de terceiros.

A IES conta, também, com uma área de logística para armazenagem e distribuição de material impresso, como livros e apostilas, que são usados como material de apoio ao EAD.

4 DADOS DO CURSO

Nome do curso: Licenciatura em História

4.1 Atos Legais do curso

O Curso de Licenciatura Plena em História está em processo de autorização conforme protocolo nº 201819717 em 04 de outubro de 2018.

4.1.1 Base Legal do Curso

Para a efetivação deste curso propõe-se este projeto, construído em articulação com o PPI - Projeto Pedagógico da Institucional e, com o PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional, e ainda em sintonia com os seguintes documentos legais:

Para a efetivação deste curso propõe-se este projeto, construído em articulação com o Projeto Pedagógico da Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e em sintonia com os seguintes documentos legais:

BRASIL. Lei nº9.394, 20 dez. 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Resolução CNE/CP nº 2, 1 jul. 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

BRASIL. Decreto nº 5.626, 22 dez. 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 abr. 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);

Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História (Pareceres CNE/CES nº492/200, 3 abril 2002 e nº 1.363, 12 dez. 2001; Resolução CNE/CES nº 13, 13 mar. 2002);

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. DECRETO Nº 4.281, de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, de 30 de Maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Decreto nº 8.368 de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº266, 5 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, 9 jan. 2003. Altera a Lei nº 9.394, 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, 10 mar. 2008. Altera a Lei nº 9.394, 20 dez. 1996, modificada pela Lei nº 10.639, 9 jan. 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, 17 jun. 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº3, 10 mar. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, 30 maio 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, 27 dez. 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do Art. 98 da Lei nº8.112, 11 dez. 1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, 12 dez. 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, 17 jun. 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n° 5.622. Regulamenta o Art. 80 da Lei n° 9.394, 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n°4, 13 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n°4.059, 10 dez. 2004.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro 2008; que dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2004, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;

4.2 Totais de Vagas Autorizadas

- **Curso Presencial**

Total: 160 vagas anuais

Distribuição das Vagas: 160 vagas período noturno

A média do número de vagas ofertadas, 160 vagas no período noturno, em três turmas de 40 alunos, corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e à infraestrutura da EDUCA+ no âmbito do curso.

Para ministrar aulas para os discentes deste Curso de Licenciatura em História a EDUCA+ conta com docentes de notório saber, e que serão oportunamente evidenciados neste PPC, quando da integralização curricular.

- **Curso em EaD — Educação a Distância**

O curso está endereçado para formação de licenciados em História e terá como oferta 5000 vagas, inicialmente, para os polos abaixo e de acordo com a especificação no quadro que segue:

| POLO | ENDEREÇO | ESTADO | VAGAS |
|--|---|--------------|-------|
| POLO FACULDADE FACULDADE EDUCA+ | Rua Artur Mendonça, n° 200 - Tatuapé | São Paulo/SP | 5000 |
| POLO FACULDADE EDUCA+ | Rua Artur Mendonça, n° 200 - Tatuapé | São Paulo/SP | |

Após a aprovação do MEC – Ministério da Educação, tem-se a necessidade da estruturação de cada polo e sua integração com a programação do curso, com sincronia das tarefas de tutoria à distância e presencial, bem como da infraestrutura levando em

consideração as necessidades próprias de cada polo adequando-se ao modelo de polo da EDUCA+.

4.2.1 Turnos de Funcionamento / Presencial e EaD

A EDUCA+ funciona no período noturno das 19hs às 22hs40min atendendo os cursos presenciais.

Os cursos ofertados na modalidade a distância darão aos alunos maior flexibilidade em relação aos horários de estudo: 24hs disponíveis.

4.2.2 Regime de Matrícula

O Curso opera em regime seriado semestral, onde as disciplinas são distribuídas em séries, uma vez que esses cursos têm duração fixada em semestres, e o seu plano de estudos é preenchido por um conjunto de disciplinas que todos os alunos devem cursar.

Assim, a matrícula do aluno é feita em uma série, a qual poderá ter mais de uma turma, onde ocorrerá o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas de ensino, de acordo com o calendário escolar.

Não é permitido, portanto, que um aluno de uma turma assista aula em outra turma, sendo de inteira responsabilidade da Secretaria Geral a formação das turmas, bem como, a indicação da turma na qual o aluno se encontra inserido.

4.3 Formas de Acesso ao Curso

A forma de acesso ao curso se dá por meio de um processo seletivo, cujas normas são publicadas em edital, sendo respeitados os prazos e determinações legais. Os turnos, vagas e denominação do curso, bem como o período, local e a taxa de inscrição correspondente, constam do mesmo edital.

O processo seletivo abrangerá conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas escritas.

A Diretoria Geral da Faculdade poderá decidir pela admissão de alunos de acordo com os resultados por eles obtidos no ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio. A classificação será feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sendo excluídos os

candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Diretor Geral da Faculdade.

A classificação obtida será válida para a matrícula no período letivo para o qual estará sendo realizado o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de sobra de vagas, será realizado um novo processo seletivo, recebimento de transferência de alunos de outra instituição, ou ainda, aceitar candidatos portadores de diploma de graduação.

4.3.1 Carga Horária Total do Curso

| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | DURAÇÃO DO CURSO |
|------------------------------|----------------------|
| 3640 | 8 semestres / 4 anos |

4.3.2 Prazos de Integralização do Curso

A integralização do Curso de Licenciatura em História, da EDUCA+, far-se-á por meio de regime semestral em, no mínimo, 8 (oito) semestres e, no máximo 12 (doze) semestres letivos.

4.3.3 Titulação conferida

Aos concluintes de **todas as atividades** indispensáveis à formação acadêmica e profissional será outorgado o grau de “**Licenciado em História**”, em cerimônia especificamente destinada para tal fim, pelo Reitor ou outra pessoa legalmente habilitada para a outorga.

O Diploma expressará o título obtido, permitindo o progresso acadêmico e a possibilidade de atuar profissionalmente de acordo com as leis profissionais e normativas do seu conselho de classe. O Diploma somente será expedido pela EDUCA+ aos seus respectivos alunos, após cerimônia de colação de grau nos prazos determinados pelas mesmas.

4.3.4 Princípios Metodológicos

As funções universitárias serão exercidas tendo presente os seguintes princípios:

- O educando como centro do processo ensino-aprendizagem.
- Ensino de graduação articulado com os cursos e programas de pós-graduação.
- Ensino articulado com as práticas de investigação e as atividades de extensão.
- Metodologias de ensino inovadoras, apoiadas em tecnologia educacional contemporânea.
- Metodologias de avaliação da aprendizagem que levem em consideração todo o processo educativo e não, apenas, testes, provas etc.
- Uso da iniciação científica, iniciação a docência e da monitoria como instrumentos de aprendizagem.

A EDUCA+ definiu as seguintes políticas de desenvolvimento para o direcionamento das ações institucionais:

- Excelência no processo de ensino, pesquisa e extensão;
- Produção de conhecimento, considerando a formação em investigação e a promoção da interdisciplinaridade;
- Extensão do conhecimento produzido, para promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade de inserção;
- Inovação no ensino, respeitando os valores de tradição da Instituição;
- Formação para o mercado de trabalho, de acordo com as exigências da sociedade do conhecimento e do aluno;
- Ambiente favorável para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Gestão universitária compartilhada, reforçando a capacidade de decisão institucional e a melhoria das condições de trabalho;
- Fortalecimento da cultura de avaliação.

4.4 A importância do Curso e sua Contextualização Regional

No atendimento à demanda por profissionais habilitados para o ensino de História na Educação Básica que sejam capazes de empregar uma postura crítica, uma análise histórica e soluções de problemas pedagógicos é que se fundamentam as justificativas

para a criação dos cursos de Licenciatura em História, tanto na modalidade presencial quanto a distância da EDUCAM AIS. Tais justificativas ancoram-se nos seguintes pontos:

1. O problema da falta de profissionais habilitados para lecionar História na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
2. As potencialidades do Ensino presencial e da Educação à Distância na formação do professor da educação básica e/ou do acadêmico da área de História.

Com relação ao primeiro ponto, a educação passar por um momento delicado, em que há poucos professores com formação específica a matéria que leciona. Com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2016, somente 56% dos professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental e 69% dos que atuam no ensino médio possuem licenciatura em História. Assim, que pouco menos da metade dos professores não possuem qualificação pedagógica para lecionar a disciplina em sala de aula.

Ainda conforme esse documento, em qualquer hipótese considerada, é evidente a carência de professores com formação “adequada” à disciplina que lecionam, inclusive em História. É no atendimento a essa necessidade que abordamos o segundo ponto que fundamenta nossa justificativa. Uma das potencialidades da Educação à Distância é a possibilidade de se ampliar o número de discentes atendidos. Assim, cursos de Licenciatura em História serão oferecidos na modalidade à distância com a intenção de viabilizar o acesso dos professores que trabalham na Educação Básica Pública, contribuindo assim ao atendimento à demanda por professores formados para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Diante do exposto e tendo como base a demanda por professores de História habilitados para a Educação Básica Pública e a possibilidade de ampliar o acesso dos profissionais que já lecionam na rede pública ao curso de formação superior, acreditamos na importância de oferecer a Licenciatura em História, também na modalidade à distância

4.4.1 Sobre a Inserção Nacional e Regional

Neste item, se apresentam a caracterização das regiões do Brasil, dividido em cinco grandes regiões, conforme figura abaixo:



Figura 4-1: Inserção Nacional

Fonte: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.html>. Acesso 28.05.16

1. Região Centro-Oeste.

Essa Região é dividida em 4 unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. A Região Centro-Oeste é um grande território, apresentando uma área de 1.606.371,505 km², razão pela qual, a torna a segunda maior região do Brasil em superfície territorial. No entanto, é a região menos populosa do país e possui a segunda menor densidade populacional, perdendo apenas para a Região Norte. A EDUCA+ detém prestígio e representatividade no contexto da educação a distância comparado a outras instituições de ensino superior particulares e tem destaque no Centro-Oeste, conta com cursos de graduação a distância, seja de graduação ou pós-graduação. Integra a região Centro-Oeste, região esta que experimentou um crescimento de 33% em empresas no ano de 2008. A região CO, é composta pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Tem um polo de educação a distância em Campo Grande ocupa um espaço geográfico privilegiado, na região central do Estado, nas imediações do divisor de águas das bacias dos rios Paraná e Paraguai. Os primeiros moradores chegaram aos anos de 1872, entretanto, a cidade só foi elevada à categoria de distrito pela Lei N.º 793, de 23/11/1889 e o município foi criado pela Resolução Estadual 255, de 26/8/1899. Em 11/10/1977, com a divisão do Estado de Mato Grosso e consequente criação do Estado de Mato Grosso do Sul, tornou-se capital. A capital, Campo Grande possui uma área de 8.092.966 km². O número de habitantes, que em 1980 era de aproximadamente 291.000, passou a 600.000 em 1996, e pelo censo de 2010, apresenta uma população superior a 700.000 habitantes. Apresenta-se como a cidade mais estruturada de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção, e atende a todas as demais. Sua estrutura econômica está vinculada à agroindústria regional, ao comércio e à prestação de serviço. A área de influência geoeconômica de Campo Grande compreende um conjunto de 78 municípios, situados em uma área total de 357.145,836 km² e conta com uma população, segundo o Censo de 2010 do IBGE, de 2.449.024 habitantes. Dentre esses

municípios encontra-se Rio Verde de Mato Grosso, que concentra indústrias frigoríficas, de laticínio, de cerâmicas e a de ração animal. O segundo potencial econômico do município é a pecuária extensiva, pois Rio Verde de Mato Grosso possui dois terços da zona serrana, um terço do baixo Pantanal, em uma área de 8.153.911 km² e população de 18.890, medida pelo Censo IBGE, em 2010.

2. Região Sul:

Composta dos estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atingindo uma superfície de 576.409,6 km², considerada menor região brasileira, com fronteiras: Uruguai do Sul, Argentina e Paraguai. Com a região centro-oeste e região sudeste e o oceano Atlântico. A região Sul apresenta bons índices sociais em vários aspectos: possui o maior IDH do Brasil – 0,831, e o terceiro maior PIB per capita do país, 18.257,79 reais. A região possui ainda um elevado índice de alfabetização, atingindo 94,8% da população. A história da região é caracterizada pela imigração europeia, pela Guerra dos Farrapos (também chamada de Revolução Farroupilha) e mais recentemente pela Revolução Federalista, com seu principal evento, o Cerco da Lapa. Outra revolta ocorrida na história da região foi a Guerra do Contestado, de caráter religioso. 11 Os primeiros habitantes da região Sul foram os indígenas. Em 1626 vieram os padres jesuítas espanhóis. Com a chegada desses religiosos foram fundadas aldeias denominadas missões ou reduções. Nas missões, os índios dedicavam-se à pecuária, trabalhavam na agricultura e aprendiam ofícios. A vinda dos bandeirantes paulistas para a região provocou o abandono do local pelos padres jesuítas e índios. Com isso, muitos paulistas foram se fixando no litoral de Santa Catarina e Paraná, contribuindo para o surgimento das primeiras vilas no litoral. A população da região Sul aumentou muito com a chegada dos primeiros imigrantes europeus. Os primeiros a ingressarem nesta região foram os açorianos. Depois vieram, principalmente, os alemães e os italianos. Outros grupos (árabes, poloneses e japoneses) também procuraram a região para morar. Esses imigrantes fundaram colônias que se tornaram cidades importantes. As terras do norte e oeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina foram as últimas regiões a serem povoadas. O norte do Paraná foi constituído com a criação de colônias agrícolas financiadas por uma companhia inglesa. Pessoas de outros estados do Brasil e de mais de 40 países vieram para a região trabalhar como colonos no plantio de café e de cereais. No oeste catarinense, desenvolveu-se a pecuária, a exploração da erva-mate e da madeira.

3. Região Nordeste:

A Região Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil, como define o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui área de 1.561.177,8 km², e representa 18,3 % do território brasileiro. Sua população em 2010 era de 53.078.137 pessoas (IBGE).

Apresenta o menor IDH (em 2005) e o terceiro maior PIB (em 2009), quando se compara a região nordeste com as demais. Constituída por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo), Rio Grande do Norte (incluindo a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas) e Sergipe. Está dividida em quatro sub-regiões, também chamadas de zonas geográficas, a saber:

- **Meio-Norte:** É uma faixa de transição entre a Amazônia e o Sertão nordestino. Engloba o estado do Maranhão e o oeste do estado do Piauí. Essa zona geográfica também é conhecida como Mata dos Cocais, devido às palmeiras de babaçu e carnaúba encontradas na região. No litoral chove cerca de 2.000 mm anuais; indo mais para o leste e/ou para o interior esse número cai para 1.500 mm anuais; e no sul do Piauí, uma região mais parecida com o Sertão, chove 700 mm por ano em média.
- **Sertão:** Está localizado, em quase sua totalidade, no interior da Região Nordeste, sendo sua maior zona geográfica. Possui clima semiárido. Em estados como Ceará e Rio Grande do Norte chega a alcançar o litoral, e descendo mais ao sul alcança a divisa entre Bahia e Minas Gerais. As chuvas nesta sub-região são irregulares e escassas, ocorrendo constantes períodos de estiagem. A vegetação típica é a caatinga.
- **Agreste Nordestino:** É uma faixa de transição entre o Sertão e a Zona da Mata. É a menor zona geográfica da Região Nordeste e está localizada no alto do Planalto da Borborema, um obstáculo natural para a chegada das chuvas ao sertão. Estende-se do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Do lado leste do planalto estão as terras mais úmidas (Zona da Mata); do outro lado, para o interior, o clima vai ficando cada vez mais seco (Sertão).

- **Zona da Mata:** Localizada no leste, entre o planalto da Borborema e a costa, se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. As chuvas são abundantes nesta região. Recebeu esse nome por ter sido coberta pela Mata Atlântica. Os cultivos de cana-de-açúcar e cacau substituíram as áreas de florestas. É a zona mais urbanizada, industrializada e economicamente desenvolvida da Região Nordeste,, além de possuir um antigo povoamento. 16 A partir de dados do IBGE (2010) 2 , a região Nordeste é a segunda região mais populosa do país, atrás apenas da região Sudeste. As maiores cidades são Salvador, Fortaleza e Recife. Considerada a terceira região no que se refere à densidade demográfica, com 32 habitantes por quilômetro quadrado. As maiores cidades nordestinas, em termos populacionais, são Salvador, Fortaleza, Recife, São Luís, Natal, Teresina, Maceió, João Pessoa, Jaboatão dos Guararapes, Feira de Santana, Aracaju, Olinda, Campina Grande, Caucaia, Paulista, Vitória da Conquista, Caruaru, Petrolina, Mossoró e Juazeiro do Norte. Todos esses municípios possuem mais de 250 mil habitantes, segundo as listas de municípios de estados do Nordeste por população.

4. Região Norte:

A Região Norte é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui área de 3.869.637 km², que representa 42,27% do território brasileiro, sendo a mais extensa. Sua população, de acordo com o censo

2010 (D.O.U. 04/11/2010) era de 15.765.678 pessoas. O IDH — Índice de Desenvolvimento Humano é considerado médio de acordo com as informações do PNUD/2005. A distribuição da população entre os estados apresenta perfil concentrador, localizando-se cerca de 70% do total de habitantes em apenas dois estados: Pará e Amazonas. A densidade demográfica da região é de 3,77 habitantes por quilômetro quadrado. É constituída por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Está localizada na região geoeconômica da Amazônia entre o Maciço das Guianas (ao norte), o planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes (a oeste) e o oceano Atlântico (a nordeste). O clima equatorial é predominante, com exceção do norte do Pará, do sul do Amazonas e de Rondônia cujo clima tropical prepondera. Nesta região encontra-se um dos mais importantes ecossistemas para o planeta: a Amazônia. A região apresenta ainda uma pequena faixa de mangue, situada no litoral e alguns pontos de cerrado, e também de matas galerias. Economia As bases da economia na região Norte do Brasil estão voltadas para atividades industriais, de extrativismo vegetal e mineral, e a agricultura, além das atividades turísticas. Atualmente a Região Norte é considerada a menor economia do Brasil entre as grandes regiões. Em 2008 participou com apenas 5,1% (R\$ 154.704.229,00) do Produto Interno Bruto brasileiro, ficando abaixo da região Centro-Oeste que contribuiu com 9,2%. A renda domiciliar per capita, formada pela média da renda total dos domicílios dividida pelo total de moradores, foi de R\$ 440,00 em 2009, segundo o IBGE. Pará é o Estado da Região Norte que apresenta empresas com potencial geração de empregos. Em 2008, dez empresas empregaram 22.000 colaboradores e movimentando 5,5 milhões de dólares.

5. Região Sudeste:

A região Sudeste é uma das cinco grandes regiões Brasileiras definidas pelo IBGE. Está dividida em quatro unidades federativas: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A região sudeste movimenta 498.834 milhões de dólares anuais, sendo a Petrobrás a líder nacional em volume de recursos negociados. No estado do Rio de Janeiro, sua capital sedia 23 das 25 maiores empresas. Localizadas na capital, o petróleo (Petrobrás, Shell, Ipiranga, Texaco), a mineração (Vale), siderúrgica e metalúrgica (Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional), telecomunicações (Telemar, Embratel, Oi), automotivas (Peugeot Citroen), energia (Furnas, Petrobrás, Light e Ampla), comunicações (Globo) são as empresas que representam a força do sudeste brasileiro. No Estado de São Paulo, a indústria automotiva lidera as vendas nacionais na Cidade de São Bernardo do Campo, onde estão as empresas Volkswagen, Mercedes Benz, General Motors, Toyota e Ford, em Sumaré a Honda e em São Paulo a Mitsubishi Motors, entre elas destacam-se os investimentos estrangeiros, predominando o capital americano e alemão. Pela sua localização estratégica e diversificação logística que proporciona

agilidade no deslocamento, escoamento da produção e as exportações, as lojas âncoras e de alimentos (Carrefour, Wal-Mart, Pão de Açúcar, Atacadão, Makro, Pernambucanas) estão sediadas na capital paulista. O estado conta ainda com setores econômicos e industriais estratégicos, como as siderúrgicas e metalúrgicas (COSIPA), químicas e petroquímicas (Bunge Fertilizantes, Basf e Bayer, Syngenta, Dow), indústria digital (LG e HP) e eletroeletrônica (Siemens). Minas Gerais, é um estado líder em siderurgia e metalurgia, com mais de 16.000 ofertas de emprego, em que estão sediadas as empresas ArcelorMittal, Usiminas, Gerdau, V&M, além das companhias de energia, CEMIG (maior em clientes) e SHV Gás. Em Contagem, encontra-se a Case New Holland, montadora de máquinas agrícolas com distribuição para todo o país. Mas, a líder em vendas está localizada em Betim, a FIAT, que movimentou 26% das vendas geradas no Estado. As vendas superaram 42,5 milhões de dólares a cada exercício financeiro. No estado do Espírito Santo, as empresas que representam a economia local são do ramo siderúrgico e metalúrgico Arcelor Mittal Tubarão, situadas no município de Serra e da química Heringer, localizada em Viana. Essa região é considerada de transição entre a região Nordeste e Sul. Apesar de não ser muito extensa, ocupando apenas 11% do território brasileiro, possui menos de um milhão de quilômetros quadrados de área e abriga aproximadamente 42% da população brasileira. Possui uma população de aproximadamente 80,3 milhões de habitantes, de acordo com as informações do Censo 2010 (D.O.U. 04/11/2010). A região, altamente urbanizada (90,5%), reúne as três metrópolis mais importantes do país em população: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A densidade demográfica da Região Sudeste atinge a impressionante marca de 84,21 hab/km². Cidades mais populosas da Região Sudeste do Brasil estimativa IBGE/2011:

Tabela 4-1: Cidades mais populosas da Região Sudeste do Brasil estimativa IBGE/2017:

| Posição | Cidade | Estado | População |
|---------|-----------------------|--------|------------|
| 1 | São Paulo | SP | 11,316,149 |
| 2 | Rio de Janeiro | RJ | 6,355,949 |
| 3 | Belo Horizonte | MG | 2,385,639 |
| 4 | Guarulhos | SP | 1,233,436 |
| 5 | Campinas | SP | 1,088,611 |
| 6 | São Gonçalo | RJ | 1,008,064 |
| 7 | Duque de Caxias | RJ | 861,157 |
| 8 | Nova Iguaçu | RJ | 799,047 |
| 9 | São Bernardo do Campo | SP | 770,253 |
| 10 | Santo André | SP | 678,485 |
| 11 | Osasco | SP | 667,826 |
| 12 | São José dos Campos | SP | 636,876 |
| 13 | Ribeirão Preto | SP | 612,339 |
| 14 | Uberlândia | MG | 611,903 |
| 15 | Contagem | MG | 608,714 |

| | | | |
|-----------|------------------------------|-----------|----------------|
| 16 | Sorocaba | SP | 593,775 |
| 17 | Juiz de Fora | MG | 520,810 |
| 18 | Niterói | RJ | 489,720 |
| 19 | Belford Roxo | RJ | 472,008 |
| 20 | Campos dos Goytacazes | RJ | 468,086 |

A magnitude da região também é demonstrada por seus índices sociais elevados. Apresenta o segundo maior IDH do Brasil (0,824), sendo superado apenas pela região sul, entretanto é detentor do maior PIB per capita do país com R\$22.147,00 (2009). A região representa mais da metade (55,3% em 2009) do PIB brasileiro e tem São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como os estados mais ricos da federação. Como nas demais regiões brasileiras os primeiros habitantes do Sudeste foram os índios. Mais tarde chegaram os portugueses, que fundaram as primeiras vilas no litoral no início do processo de colonização. O povoamento do interior teve início com a fundação da vila de São Paulo de Piratininga. Seus moradores entraram pelo interior à procura de índios para escravizar e nesse percurso, organizaram as entradas e bandeiras. Nestas suas caminhadas, os desbravadores descobriram minas de ouro nas terras que hoje constituem o estado de Minas Gerais. Fazendas de plantação de cana-de-açúcar passaram a surgir nos caminhos que seguiam as entradas e bandeiras, dando origem a várias novas cidades. Mais tarde, o crescimento também acompanhou a evolução do cultivo do café e outras cidades surgiram. A chegada dos imigrantes, a abertura das ferrovias e instalação de indústrias também contribuíram para o crescimento da região, de modo que muitas pessoas de outros estados e de outros países foram morar na Região Sudeste. A partir da década de 1840, as plantações de café se espalharam por toda a região, tornando-se a base da economia brasileira, que na época utilizava-se do trabalho escravo. Entretanto, com a abolição da escravatura em 1888, uma grande massa de imigrantes europeus, principalmente italianos, chegaram à região para atender às necessidades em termos de mão-de-obra. Outro fenômeno importante na construção histórica da região sudeste refere-se à migração, sobretudo à migração nordestina. No apogeu do processo de industrialização, entre as décadas de 60 e 80, ocorreu a intensa migração nordestina para a região Sudeste, notadamente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

5.1 Região Sudeste- São Paulo-Penha:

A dinâmica da economia brasileira nos últimos anos mudou radicalmente se comparada à estabilidade que marcou a última década. Essa alteração no ritmo e velocidade se deve, em parte pela crise econômica mundial e em parte às políticas econômicas adotadas internamente no Brasil. Vale destacar aqui que este ambiente macroeconômico é uma espécie de pano de fundo para os agentes da microeconomia, que são as empresas e seus clientes. Sem estabilidade macroeconômica é muito difícil para as organizações planejarem orçamentos, preços de venda, fluxos de caixa, investimentos e

planos estratégicos, variáveis que em médio e longo prazo sustentam, em um ciclo virtuoso, o crescimento do emprego e renda. Operacionalizar de forma eficiente as ferramentas técnicas e conceitos da gestão empresarial demandam, além das inovações em tecnologias da informação e da produção, pessoas capacitadas a tomar decisões otimizadoras de resultados, que deverão atuar em meio às incertezas do mercado, gerir, motivar e liderar equipes e que, acima de tudo, vislumbrem oportunidades e saibam minimizar as ameaças à competitividade das organizações. No que se refere à viabilidade de se oferecer um curso de Licenciatura em História na Zona Leste da capital paulista, em especial no Bairro da Penha vale tecer aqui algumas considerações pautadas pelo principal órgão de pesquisa nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com o IBGE em 2015, o Estado de São Paulo, contou com 44.396.484 habitantes, 248.196 Km², 179 hab/km² e 645 municípios (IBGE, 2015). A análise social demográfica do IBGE (PNAD 2014) informa que 95,9% da população reside na área urbana, 23,8% atende a faixa etária de 25 a 39 anos e 21,1% está na faixa de 40 a 59 anos. O valor médio do rendimento mensal domiciliar per capita é de R\$ 1.482,00 (PNAD 2015). A capital do estado, cidade de São Paulo, de acordo com a Prefeitura do Município, compõe com outros 38 municípios a Região Metropolitana de São Paulo, um aglomerado urbano de 19 milhões de habitantes, o quarto maior do mundo. O Município de São Paulo, centro da região metropolitana mais densa e dinâmica do país, tem demonstrado uma vitalidade bastante marcante, mesmo em vista das diversas mudanças ocorridas no mercado de trabalho e nas atividades econômicas decorrentes da constante introdução de inovações tecnológicas e demais transformações na esfera produtiva inerentes à globalização. Prova disso é que seu Produto Interno Bruto (PIB), que é o 10º maior PIB do mundo, é cerca de 10% do PIB brasileiro. A cidade de São Paulo é responsável por cerca de 40% de toda produção de bens e serviços do Estado de São Paulo, sendo sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a maior concentração de população no Brasil encontra-se no estado de São Paulo. O peso relativo da população residente neste estado corresponde a 23,3% do total da população do país. A região metropolitana de São Paulo, em 2014, contava com o maior volume de habitantes com 20.935.204 de pessoas, o que corresponde a 47,2% da população do estado. Além disso, dados do IBGE referentes à estudos realizados com base em metodologias implementadas pelo a partir de recomendações feitas pelas Nações Unidas, descrevem informações da cidade de São Paulo para o ano de 2011, como PIB de R\$ 477.005.597.205,00 e PIB per capita de R\$ 42.152,76.¹³ Quanto à ocupação e mercado de trabalho na capital, de acordo com pesquisa feita pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD), em 2014,

¹³ Disponível: Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. (<http://www.ibge.gov.br>).

no município de São Paulo, as zonas Leste 1 e 2¹⁴ possuíam elevada proporção de moradores ocupados na indústria de transformação e no comércio, enquanto nas zonas Oeste e Centro a maior ocupação era em serviços.

Ainda de acordo com a SEAD, as zonas Leste 1 e 2 possuem elevada proporção de moradores ocupados na indústria de transformação (18,9% e 16,0%, respectivamente) e no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (19,6% e 20,0), enquanto as zonas Oeste e Centro têm as maiores proporções de ocupados nos serviços (72,0% e 71,9%, respectivamente), especialmente em informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades profissionais, científicas e técnicas e administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

Na zona Sul 2 estão as maiores proporções de moradores ocupados na construção (9,9%) e nos serviços domésticos (11,9%). Considerando essas informações, bem como as características socioeconômicas dos bairros que compõem a zona Leste de São Paulo, a EDUCA+, localizada na Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, se desenvolveu um projeto acadêmico para o curso de Licenciatura em História buscando atender às necessidades atuais de formação de futuros professores, particularmente, na região Leste de São Paulo, antecipando problemas que a curto, médio e longo prazo, exigirão solução acadêmica, e considerando que o mundo contemporâneo passa por profundas mudanças, especialmente com a tecnologia que invade todas as áreas do saber e o fenômeno da globalização que elimina as fronteiras tradicionais. Assim, no que se refere à viabilidade de se oferecer um curso de Licenciatura em História, no bairro da Penha, vale reforçar que diversas pesquisas apontam a região Leste, da qual o bairro da Penha faz parte, como uma das mais emergentes da cidade, concentrando um significativo número de instituições de ensino, estaduais e particulares. Trata-se, portanto, de uma das regiões com maior oportunidade e potencial para atuação acadêmica dos futuros professores. Nesta linha de raciocínio, nota-se uma grande concentração populacional não apenas na Penha, mas também nos bairros vizinhos que, juntamente com este, também compõem a subprefeitura da Penha — dentre os quais se destacam Artur Alvin, Gangaíba, Engenheiro Goulart, Jardim Danfer, Vila Dalila, Vila Esperança, Vila Matilde, Vila Nhocuné, Vila Ré e Vila Talarico. De acordo com informações divulgadas por esta subprefeitura, números expressivos, no que se refere à população (cerca de 600 mil) e de densidade demográfica (9.774 hab./km²) reforçam não só o estado promissor da região como também revelam a demanda por formação e qualificação profissional dos muitos

¹⁴ A Zona Leste 1 corresponde aos bairros: Mooca, Água Rasa, Belém, Brás, Pari, Tatuapé, Vila Prudente, Sapopemba, São Lucas, Aricanduva, Carrão, Vila Formosa, Penha, Arthur Alvim, Gangaíba e Vila Matilde. A Zona Leste 2 corresponde aos bairros: Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo, São Mateus, Iguatemi, São Rafael, São Miguel, Jardim Helena, Vila Jacuí, Itaim Paulista, Vila Curuçá, Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes.

trabalhadores que ali residem. Neste sentido, a apresentação desses dados, explicitando as características do Estado de São Paulo, do município, da região leste e do bairro da Penha em seus aspectos geoeconômicos, objetiva evidenciar as razões pelas quais o curso de Licenciatura em História, da EDUCA+, foi neste bairro implantado. A partir destas considerações, a formação acadêmica na EDUCA+, busca um modo diferenciado, para que o futuro professor possa conciliar informação técnica com uma orientação pragmática, humanística, profissional e capaz de provocar o surgimento de um novo profissional. Um profissional ciente de que os fatos são dinâmicos e, por isso mesmo, em transformação, exigindo-lhe o permanente exercício de tarefa reflexiva que o capacite à síntese dos instrumentos conceituais, técnicos, metodológicos e práticos compatíveis com a função pública e social que o professor desempenha na comunidade. Em razão disso e ciente do seu papel, a EDUCA+ está instituindo em caráter permanente, um programa que avaliará e orientará os seus métodos de formar os professores que irão atuar nessa sociedade, visto que o pluralismo profissional e a porosidade do conhecimento são fatores presentes na realidade vivenciada no século XXI, impondo a revisão dos métodos de conhecimento tradicionalmente consagrados.

Atenta às normas fixadas nos competentes diplomas legais, a EDUCA+ preocupou-se em criar um Projeto Pedagógico atual e ajustado às exigências legais, fixando em seu âmbito variados itens e subprojetos, buscando a integral formação do acadêmico, de modo a ajustá-los ao mercado de trabalho, o que lhe abre um leque significativo de opções profissionais, das quais a atuação em sala de aula é apenas uma via ao lado de tantas outras opções. O PPC – Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em História incorpora uma atenção relativa ao corpo docente, cuja qualificação deve ser sempre desenvolvida e aprimorada, sendo relevante ressaltar a participação democrática dos acadêmicos, e programada para o processo de avaliação periódica dos seus membros. Outro aspecto que merece atenção especial neste projeto refere-se à infraestrutura da unidade de ensino, tanto em seus aspectos físicos quanto nos serviços de biblioteca/videoteca, do laboratório de informática, bem como do PAI — Projeto de Atividades Interdisciplinares. Para cada um desses ambientes foi elaborado um plano diretor específico, compreendendo-se como suporte indispensável à adequada realização dos objetivos fixados para o Curso de Licenciatura em História. Por fim, foi estabelecido um plano periódico e permanente de avaliação para todos os aspectos relacionados com a vida acadêmica da instituição e do Curso de Licenciatura em História, tanto nos aspectos curriculares quanto institucionais.

No que se refere à viabilidade de se oferecer um curso de Licenciatura em História na modalidade presencial, e em específico em EaD vêm de encontro as metas e propostas pelo PNE — Plano Nacional da Educação que compreende o período de 2011 a 2020, sendo de elevar a taxa bruta de escolaridade para 50% e a Taxa Líquida para 33%. Desta

forma, o Governo Federal vem incentivando por meio de programas de financiamentos e bolsas às instituições do setor privado, condições de ofertar seus cursos e atender aos anseios de uma população. Com base no Relatório INEP do MEC, referente ao Senso da Educação Superior/2017, seguem alguma tabelas pesquisadas para maior elucidação do explanado.

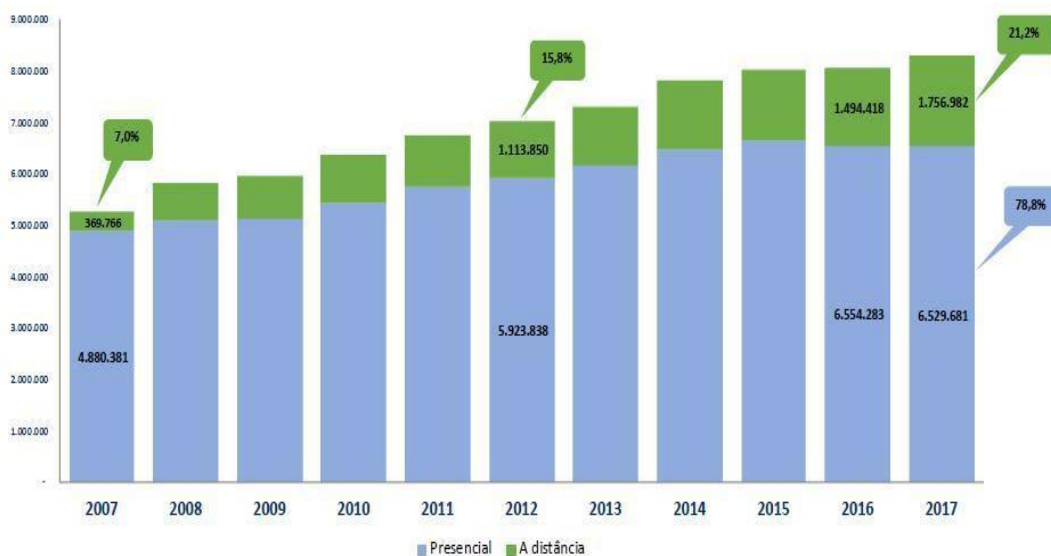


Figura 4-2: Gráfico dos 15 maiores Cursos de Graduação em Licenciatura em número de Matrículas / 2017 Fonte: INEP/2017

Tabela 4-2: Tabela: Resultado do Senso da Educação Superior/2017 Fonte: INEP

| Estatísticas Básicas | Categoria Administrativa | | | | | |
|---|--------------------------|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| | Total Geral | Pública | | | | Privada |
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | |
| Número de Instituições | 2.448 | 296 | 109 | 124 | 63 | 2.152 |
| Educação Superior - Graduação | | | | | | |
| Curso ¹ | 35.380 | 10.425 | 6.353 | 3.487 | 585 | 24.955 |
| Matrícula | 8.286.663 | 2.045.356 | 1.306.351 | 641.865 | 97.140 | 6.241.307 |
| Ingresso Total | 3.226.249 | 589.586 | 380.536 | 181.665 | 27.385 | 2.636.663 |
| Concluinte | 1.199.769 | 251.793 | 151.376 | 83.951 | 16.466 | 947.976 |
| Educação Superior - Sequencial de Formação Específica | | | | | | |
| Matrícula | 4.248 | 2.730 | 121 | 2.585 | 24 | 1.518 |
| Educação Superior - Pós-Graduação <i>Scripto Sensu</i> | | | | | | |
| Matrícula | 361.530 | 304.146 | 210.305 | 92.217 | 1.624 | 57.384 |
| EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL | | | | | | |
| Matrícula Total | 8.652.441 | 2.352.232 | 1.516.777 | 736.667 | 98.788 | 6.300.209 |
| Função Docente em Exercício ²³ | 380.673 | 171.231 | 113.907 | 50.703 | 6.621 | 209.442 |
| Docente em Exercício ²⁴ | 340.027 | 168.974 | 113.289 | 49.208 | 6.477 | 182.096 |

Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2007-2017



Fonte: INEP/2017

De acordo com o gráfico acima e as considerações do INEP, em 2007 a modalidade a distância representava 7% das matrículas de graduação. Nos últimos 10 anos, a EaD vem aumentando sua participação na educação superior. Em 2017, a EaD aumentou 17,6% e já atende a mais de 1,7 milhão de alunos, o que representa uma participação de 21,2% dos alunos de graduação no país. A modalidade presencial apresenta o 2º. ano de queda no número de matrículas.

Desta feita, percebe-se ser de conhecimento geral que é grande o número de pessoas que buscam a modalidade de ensino a distância, por inúmeras razões, regiões brasileiras sem acesso ao ensino superior, grandes metrópoles com problemas de transporte inviabilizando estar no espaço no horário, desta forma o curso de Licenciatura em História vem oportunizar o direito a quem quer dar continuidade aos seus estudos, principalmente nos cursos de graduação e de pós-graduação, onde os estudantes almejam seguir seus estudos visando uma melhor qualificação profissional, visto que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exigindo profissionais qualificados. Cabe salientar que, nessa busca de formação inicial, também encontramos profissionais já graduados desejando um espaço para atuarem e encontrarem a formação continuada, nesse caso podemos citar os professores tutores que encontram no trabalho de tutoria uma oportunidade de formação continuada, por estarem atuando na sua área de formação e estudando constantemente nesse processo de interação com os estudantes.

4.5 Articulação do PPC — Projeto Pedagógico do Curso com o PPI — Projeto Pedagógico Institucional e com o PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional

O PPI — Projeto Pedagógico Institucional, o PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional e este PPC — Projeto Pedagógico de Curso em Licenciatura em História, que doravante serão identificados por suas siglas, são documentos nos quais se explicitam o posicionamento da EDUCA+ a respeito da sociedade, da educação e do ser humano para assegurar o cumprimento de suas políticas e ações. E, muito mais que documentos técnico- burocráticos, são instrumentos de ação política e pedagógica para garantir uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.

Neste contexto, dois elementos constitutivos aparecem na construção coletiva de seus projetos:

- 1) A conjugação do PPC com o PPI considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto institucional.
- 2) O PPI define as diretrizes gerais no âmbito educacional; já o PDI apresenta a forma como a EDUCA+ pretende cumprir sua missão e concretizar seu projeto educacional, definindo seus princípios e valores, suas políticas e seus objetivos. Ou seja, este documento trata tanto das questões doutrinárias quanto das

operacionais necessárias à manutenção e ao desenvolvimento das ações educacionais propostas.

Assim, os PDI, PPI, PPC foram elaborados respeitando as características da EDUCA+ e da região Metropolitana de São Paulo, onde ela se encontra inserida.

A EDUCA+ nasceu com propósitos próprios e se organiza conforme seus dispositivos regimentais. A implantação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe, exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social.

O PPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da EDUCA+, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, valores e objetivos.

O PDI, por sua vez, explicita os objetivos, ações, metas, projetos e políticas a partir das definições do PPI e do Regimento.

Já o PPC aglutina e explicita os elementos que compõem e definem a perspectiva de educação adotada para o curso específico.

Assim, todos os princípios, diretrizes educacionais e políticas da instituição elencadas no PDI estão presentes neste PPC, além, evidentemente, da concepção de currículo.

Alguns dos pressupostos e diretrizes contidos no PDI e PPI, e que orientam este PPC são: articulação entre teoria e prática ao longo de cada curso; interdisciplinaridade; diversificação e flexibilidade dos currículos e das atividades acadêmicas; formação integrada à realidade; desenvolvimento continuado de metodologias de ensino destinadas à promoverem formação integral da personalidade do educando e a sua preparação acadêmico-profissional.

4.6 Metodologias de ensino e avaliação

Para alcançar o perfil profissional supracitado, serão utilizados os procedimentos, a seguir descritos, acerca da metodologia de ensino e de avaliação.

4.6.1 Metodologias de Ensino

A EDUCA+ compreende o currículo como um processo dinâmico resultante de interações diversas, estabelecido por meio de ações didáticas, condizentes com a atual conjuntura da História e da Educação Histórica e com as especificidades dos seus

componentes curriculares. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, aqui no caso de Licenciatura em História, direcionam a reflexão para a reestruturação curricular, ou melhor, a formação de profissionais exige que estes possuam habilidades e competências de modo que estes possam se refletir em atividades de cunho individual e/ou coletivo.

Além das Diretrizes Curriculares, a atualização curricular leva em conta as necessidades locais e regionais. A reflexão sobre a reforma curricular, também pressupõe uma ampla discussão da organização de práticas que envolvem a educação e o seu processo. O professor, de acordo com a sua realidade na sala aula e a posição dos acadêmicos frente ao currículo que está sendo desenvolvido na sua formação, são também indicadores para a atualização curricular, e todo este movimento se reflete nos estudos dos colegiados dos cursos, derivando daí as proposições de alteração curricular.

No curso de licenciatura em História, esses princípios, já evidenciados anteriormente neste PPC, e que ora explicitamos são os seguintes:

Os aportes teóricos deverão sustentar: análises de fontes históricas; o entendimento da pesquisa como princípio educativo e científico; seminários; aulas expositivas e dialogadas e atividades. Além disso, os professores poderão utilizar estratégias, condizentes com suas opções teórico-metodológicas, por exemplo, recursos tecnológicos.

- 1) Consolidar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- 2) Partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias, e não apenas uma grade curricular.
- 3) Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.
- 4) Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

Além dessas questões, inserimos o estudo da diversidade cultural nessa organização curricular, pensando uma educação inter- e multidisciplinar crítica no ensino de História que está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico- Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Indígena, Direitos Humanos e para as questões ambientais.

4.6.2 Metodologias de Avaliação

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem deverá ser diagnóstica, contínua e processual; deverá ser entendida como processo contínuo e democrático, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais avaliações finais.

Assim, a avaliação buscará identificar os conhecimentos construídos e/ou em construção pelos acadêmicos, assegurando a evolução da aprendizagem e a eventual recuperação da aprendizagem.

A aprendizagem dos acadêmicos será avaliada diariamente, por meio do acompanhamento de resultados de provas e/ou trabalhos, na forma oral e/ou escrita, de acordo com critérios de avaliação bem definidos pelo docente, em conformidade com a especificidade do seu componente curricular. A avaliação do processo de ensino buscará revisar as metodologias adotadas pelo professor e reestruturar o planejamento de ensino.

4.7 Avaliação da aprendizagem

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- Diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- Verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido
- Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar se realiza por disciplina, pelo conjunto de disciplinas ou área de conhecimento, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, sendo considerado reprovado o aluno que não cumprir o mínimo estabelecido pela legislação vigente.

O aproveitamento acadêmico se faz por meio de verificações semestrais e exames. Também, incide nesse aproveitamento a frequência às aulas, que deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação.

Atendida a exigência do mínimo de 75% de frequência às aulas e demais atividades, o aluno será considerado aprovado quando obtiver média aritmética geral de aproveitamento semestral igual ou superior a 6,0 (seis).

O aproveitamento semestral será obtido por meio da soma aritmética das avaliações por disciplina, e a EDUCA+ institui ao longo de cada disciplina duas formas de avaliação:

- 1) Nota de Participação (NP): cada disciplina é composta por número de aulas, adequadas a carga horária; desta forma, a cada aula concluída terá a aplicação de um questionário:
 - Composto de questões objetivas, buscando firmar o aprendizado do aluno ao conteúdo tratado;
 - O próprio sistema é responsável por corrigir as questões e os alunos vão tomar ciência da nota, assim que efetuar a conclusão;
 - Será estabelecido um limite de até 3 (três) tentativas para responder os questionários.
 - A soma destes questionários deve totalizar até 3 (tres) pontos.
- 2) Nota de Avaliação Presencial (AP): em cada disciplina haverá uma avaliação presencial no polo com peso de até 7 (sete) pontos.
 - A soma da NP (até 3,0 pontos) + AP (até 7,0 pontos) = Média Semestral (MS)
Exemplo:

1. Média Semestral (MS)

1.1) NP + AP => Igual ou Superior a 6,0 (seis)

NP: 2,5 (dois e meio pontos) AP: 4,0 (quatro pontos) Calculo Media Semestre

MS = 2,5 + 4,0 = 6,5 pontos > Superior a 6,0 (seis) **APROVADO.** 1.2) NP +

AP < Inferior a 6,0 (seis)

NP = 3,0

AP = 2,0

Calculo Media Semestre

MS = 3,0 + 2,0 = 5,0 - inferior a 6,0 o aluno encontra-se em **EXAME.**

Em ambos os casos precisa lembrar da obrigatoriedade da frequência obrigatória e controlada pelo sistema de 75% (setenta e cinco por cento), bem como os encontros presenciais.

Média mínima para o Exame 3,5 (três e meio)

2. Média Final (MF)

A média final deverá ser superior a 5,0 (cinco).

Discente com média semestral inferior a 6,0 (quatro) e superior a 4,0 (quatro), poderá realizar o exame cuja média final deverá ser superior a 5,0 (cinco). Exemplo:

2.1 Média Final (MF)

Caso 1.2) Média semestral = 5,0 (cinco)

Formula = $(MS + \text{Nota Exame})/2 = \text{ou} > 5,0$ (cinco) Aluno obteve a nota 5,0 (cinco) no exame

$$MF = (5,0 + 5,0)/2 = 5,0 \text{ (cinco)}$$

Ao aluno que perder a avaliação presencial é dado o direito de realizar uma Prova Substitutiva, que deverá ser solicitada junto à secretaria no prazo informado no Calendário Acadêmico, apresentando justificativa prevista na legislação. Esta será realizada no final do semestre (data informada no Calendário Acadêmico) e seu conteúdo englobará o que foi tratado na disciplina. O resultado da prova substitutiva estará inserido no campo da nota destinada à avaliação que o aluno perdeu.

Será atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados, em qualquer modalidade de avaliação, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por este ato de improbidade.

O aluno pode requerer, dentro dos prazos estipulados (de acordo com os prazos informados no Calendário Acadêmico), revisão de prova. Vale destacar que, a solicitação de tal revisão estará condicionada à presença do aluno na data da vista de prova realizada pelo professor, respeitando o calendário.

A Coordenação do Curso elabora e encaminha ao Colegiado / NDE – Nucleo Docente Estruturante, para aprovação, as normas que definem formas e critérios para:

- I. - aplicação de exames;
- II. - possível realização de período de recuperação;
- III. - apuração das médias parciais e finais de aproveitamento;
- IV. - aplicação de provas especiais em segunda chamada (substitutiva) e revisão de prova; V - estruturação e coordenação de estágios supervisionados;

V. - arredondamento de médias finais, desde que obedecido o máximo de cinco décimos; VII – vista de provas.

Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos).

No transcorrer do curso, em um ou mais períodos letivos, a critério do Colegiado de Curso, poderão ser introduzidas disciplinas optativas, com vistas a aprimorar os conhecimentos gerais, necessários ao correto exercício da profissão.

Sob o critério do Colegiado de Curso, o aluno poderá cursar disciplinas em regime de dependência em período de férias. Este poderá desenvolver atividades via Internet, onde estarão disponibilizadas as devidas orientações e tarefas a serem desenvolvidas.

- **Dependência**

- ✓ O aluno aprovado e que tenha, no máximo, três dependências, poderá matricular-se no período subsequente e cursar as disciplinas pendentes em regime de dependência.
- ✓ O aluno reprovado deverá adequar-se ao currículo vigente para a turma na qual está ingressando.
- ✓ O número máximo de disciplinas em regime de dependência admitidas será 4 (quatro), caso o aluno ultrapasse o limite permitido, deverá cumprir as disciplinas pendentes.
- ✓ No caso de adaptação em razão de transferência, deverá seguir o máximo citado no item acima, do contrário precisa cumprir estas disciplinas para dar andamento no curso.

4.7.1 Atividades Articuladas ao Ensino, Pesquisa e Extensão

4.7.1.1 PIC — Programa de Iniciação Científica

O PIC — Programa de Iniciação Científica procura desenvolver nos estudantes de graduação o interesse pela pesquisa científica e complementar sua formação acadêmica por meio da participação no desenvolvimento de atividades previstas em planos de trabalho vinculados, principalmente, a projetos de pesquisa docente da Faculdade EDUCA+, observando-se, estritamente, as diretrizes definidas e contidas em edital específico.

O PIC é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico dos estudantes de graduação do ensino superior, envolve pesquisa básica ou pesquisa aplicada, utilizando o método científico para produzir conhecimento, com ou sem objetivo prático.

4.7.1.2 PID — Programa de Iniciação à Docência

O PID — Programa de Iniciação à Docência visa contribuir para a melhoria do ensino de graduação, por meio da elaboração e execução de Projetos de Ensino envolvendo alunos de graduação na qualidade de bolsistas. São objetivos do Programa:

- I. despertar no aluno regularmente matriculado na EDUCA+, o gosto pela carreira docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II. promover a cooperação entre o corpo docente e o corpo discente;
- III. contribuir para a melhoria da qualidade de ensino da graduação por meio do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas.

A candidatura ao Programa de Iniciação à Docência ocorre por meio de edital específico.

4.7.2 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência.

Ao Monitor caberá desenvolver suas atividades em contato direto com os colegas e com o professor adquirindo, a partir de suas experiências, habilidades diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

A seleção dos monitores é realizada por meio de edital específico.

4.8 TCC — Trabalho de Conclusão de Curso (Manual a Parte)

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 120 horas é parte integrante para a integralização do curso de Licenciatura em História e consiste na elaboração de uma monografia, artigo, material didático ou paradidático, sobre um tema histórico ou sobre o ensino da história nos níveis fundamental e/ou médio.

O TCC tem por objetivos:

- Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa.

- Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação.
- Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.
- Estimular a construção do conhecimento coletivo
- Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso tendo como base a articulação teoria-prática.
- Estimular a formação continuada.
- Estimular o uso crítico de fontes históricas em sala de aula

Pode ser iniciado a partir do 5º período, sob a orientação de um professor vinculado a EDUCAM AIS. A carga horária acima referida será contabilizada mediante aprovação do TCC por uma banca examinadora, sugerida pelo orientador e homologada pelo colegiado do curso, em defesa pública.

O trabalho deverá observar as “Normas de Orientação de Trabalhos Acadêmicos”, que terá acesso facilitado na plataforma de ensino a ser utilizada.

O aluno será considerado aprovado quando atender aos critérios:

- Metodologia científica;
- Linguagem coerente, concisa e clara;
- Assunto pertinente;
- Fundamentação teórica;
- Apresentação oral: fluência, segurança e domínio de conteúdo.

4.8.1 4.8.1 Sobre o relatório final do TCC

O TCC deve ser apresentado sob a forma de um relatório elaborado individualmente, devendo ser defendido pelo aluno perante uma comissão examinadora, tendo como base uma pesquisa que pode ser individual ou fazer parte de um projeto mais amplo, envolvendo um ou mais grupos de alunos. Esta deverá ser realizada sob orientação de um docente da EDUCAM AIS, e deverá exprimir, de maneira clara, a capacidade de análise e de utilização de métodos e conceitos científicos por parte do licenciando.

A estrutura formal do relatório deverá seguir as normas institucionais constantes no “Guia de Orientação à Normalização de Trabalhos Acadêmicos” da EDUCAM AIS, tendo, preferencialmente, de 15 a 25 páginas de texto. A aprovação do relatório está vinculada a nota mínima 6.

Espera-se que os relatórios possam ser organizados e publicados em formato de livro, instituindo uma coleção/coletânea/série com os resultados dos TCC dos alunos.

Para a realização do relatório final, o aluno deverá ser orientado por pelo menos um docente da EDUCAM AIS, com no mínimo título de mestre, com vínculo ao curso de Licenciatura Plena em História da EDUCAM AIS. O aluno poderá contar ainda com a coorientação de outros docentes com vínculo ao curso

4.9 Princípios Metodológicos

As funções universitárias serão exercidas tendo presente os seguintes princípios:

- O educando como centro do processo ensino-aprendizagem;
- Ensino de graduação articulado com os cursos e programas de pós-graduação;
- Ensino articulado com as práticas de investigação e as atividades de extensão;
- Metodologias de ensino inovadoras, apoiadas em tecnologia educacional contemporânea;
- Metodologias de avaliação da aprendizagem que levem em consideração todo o processo educativo e não, apenas, testes, provas, etc.;
- Uso da iniciação científica e da monitoria como instrumentos de aprendizagem.
- A EDUCA+ definiu as seguintes políticas de desenvolvimento, para o direcionamento das ações institucionais:
- Excelência no processo de ensino, pesquisa e extensão;
- Produção de conhecimento, considerando a formação em investigação e a promoção da interdisciplinaridade;
- Extensão do conhecimento produzido, para promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade de inserção;
- Inovação no ensino, respeitando os valores de tradição da Instituição;
- Formação para o mercado de trabalho, de acordo com as exigências da sociedade do conhecimento e do aluno;
- Ambiente favorável para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Gestão universitária compartilhada, reforçando a capacidade de decisão institucional e a melhoria das condições de trabalho;
- Fortalecimento da cultura de avaliação.

4.10 Auto Avaliação e Avaliação Externa do Curso

O fim último da avaliação é atingir a qualidade em educação. Falar de qualidade em educação é tarefa não muito fácil, no entanto, é imprescindível, dado que representa um conceito eminentemente desgastado pela vulgaridade de uso, e que ainda não foi adequadamente atingido em sua essência.

Sabe-se que qualidade é o objeto e o objetivo de todo processo avaliativo. Aquilatar, apreciar criticamente, fazer recomendações e potencializar as condições para desenvolver qualidade, é tudo o que queremos quando se trata de avaliação.

Portanto, definir qualidade é fundamental para a garantia de um processo de interpretação avaliativa pertinente, coerente e relevante, que não incorra, nem no viés, nem no reducionismo, nem na repetição cíclica e permanente. A qualidade é o fiel da excelência acadêmica, da pertinência e da relevância social universitária. Este é o seu alicerce e seus critérios são construídos em bases sociais, históricas, culturais, políticas, filosóficas, éticas, epistemológicas e de comunicação, sendo, portanto, educativas. Essa qualidade refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos.

A qualidade de ensino só se obtém por meio de gestões, que se orientam por planejamentos globais e competentes, que ousam articular o compromisso com os índices de produtividade, com a escolha produtiva e ética dos melhores caminhos ou atalhos a serem seguidos para, simultaneamente, responder ao mercado e à sociedade a quem prioritariamente se deve prestar contas. Essa parece ser condição básica para entender e superar os mitos e dilemas contidos no uso da avaliação como instrumento decisivo na busca da qualidade.

Sob tal perspectiva, compreende-se que a finalidade última da avaliação não se esgota no âmbito da instituição, mas pode se constituir em uma estratégia para construir uma ponte efetiva entre esta e a realidade social, uma ponte que concretize o compromisso com a reconstrução do espaço social através do cumprimento de sua missão institucional.

A avaliação é um instrumento de mudança da cultura das instituições de ensino superior. É uma intervenção política, ética e pedagógica que supõe uma apurada análise da realidade das escolas dedicadas ao ensino superior. É um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada, intencional, teleológica. É um voltar-se para si mesmo, com um olhar também para fora e para longe vislumbrando o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do porquê, do para quê se está fazendo este tipo de ensino.

Em outras palavras a avaliação é um momento de autoeducação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensar livre, porém crítico. É um acompanhar do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. A avaliação é o processo que a instituição empreende na direção da autorreflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados. A avaliação é o caminho, a estratégia e o horizonte para averiguar, conservar e/ou aprimorar a qualidade do projeto de ação pedagógica da instituição.

Este paradigma de avaliação acena para o compromisso de envolvimento, de legitimidade e de globalidade do diagnóstico a ser realizado gradualmente, percorrendo todas as dimensões e atores envolvidos no processo de construção da qualidade da instituição.

Como se percebe, nesse modelo, a comunidade interna se apropria dos resultados da avaliação e deles se vale para o aprimoramento da proposta educacional que juntos constroem e refazem solidariamente. A avaliação que propomos abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da instituição. Constitui-se em processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e de prestação de contas à sociedade. A autoavaliação do curso está inserida no processo de avaliação da EDUCA+. A avaliação do projeto de curso está inserida no Programa de Avaliação Institucional da EDUCA+. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pela CPA — Comissão Própria de Avaliação, comissão constituída por membros representantes de diversos segmentos da comunidade acadêmica e técnico-administrativa da EDUCA+ e por representante da comunidade externa.

A CPA planeja ações, cria instrumentos avaliativos próprios, organiza os processos de avaliação, aplica os instrumentos, analisa os resultados e apresenta relatório contendo as forças e fragilidades da instituição e sugestões de melhoria. Periodicamente, são avaliados os projetos pedagógicos dos cursos, com a indicação de possíveis alterações curriculares ou nos planos de ensino ou nos demais aspectos do projeto. O objetivo da avaliação permanente dos cursos de graduação é a manutenção da qualidade do ensino e a sua melhoria contínua.

A CPA tem a função de planejar, organizar e desenvolver as pesquisas junto ao corpo docente, discente e administrativo, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários.

A CPA acompanha e emite relatórios periódicos sobre as avaliações conduzidas pelo MEC, em particular as do ENADE — Exame Nacional de Cursos, as relativas ao

reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

A CPI — Comissão de Avaliação Institucional divulga, semestralmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo estreita coerência com os instrumentos e procedimentos utilizados pelo INEP.

O processo de avaliação institucional deve conduzir à atribuição de conceitos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados e com indicação de ações para correção de condições insuficientes ou apenas regulares e fortalecimento e implantação de ações consideradas muito boas ou excelentes. Observe-se a figura seguinte:

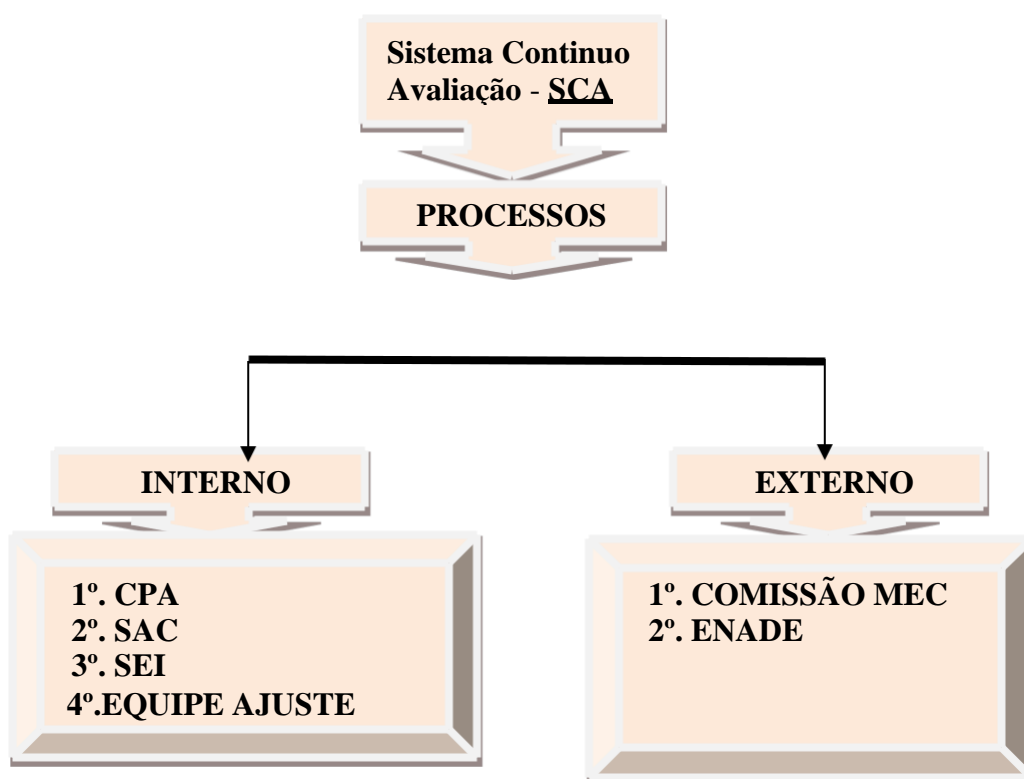


Figura 4-3: Sistema Contínuo de Avaliação

Fonte: Faculdade Educa+

Os componentes da figura 3 são elementos de suma importância para avaliação do curso, gerando informações consistentes para ações que venham a corrigir os pontos fracos ou distorções da missão ou os objetivos da IES. Assim apresentamos a seguir cada um desses processos:

4.10.1 Processos Internos

- CPA – Comissão Própria de Avaliação

A CPA da EDUCA + foi criada em consonância com a Lei 10.861 de 14 de Abril de 2004, que instituiu o SINAES — Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

O sistema estabelecido por essa lei tem como objetivo inaugurar uma nova fase do Ensino Superior no Brasil, tendo como paradigma o estabelecimento de oferta de vagas, na educação superior, atrelado à melhoria de qualidade por meio do aumento permanente da eficácia institucional e de sua relação com responsabilidades sociais.

A autoavaliação institucional representa a primeira etapa, nos ciclos de avaliação do Ensino Superior, e certamente é o alicerce do procedimento que contemplará, tendo a identidade institucional como referência, uma cultura de avaliação em médio prazo.

Na EDUCA +, a coordenação do Processo de Avaliação Institucional fica a cargo da própria CPA, constituída conforme legislação em vigor e devidamente aprovada pelos órgãos colegiados internos. Abaixo, a última composição do Relatório da CPA/2018.

- Composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA Coordenador: Leonardo Rodrigues de Godoy Representantes do Corpo Docente:

Professores:

Administração: Maristela Regina Whately;

Ciências Contábeis: Natália Aparecida da Silva;

Pedagogia: Luci Batista Costa S. Miranda;

Gestão Recursos Humanos: Odette Sanches Silva;

Gestão Financeira: Roberta Cristina da Silva;

Gestão Segurança Privada: Regina Paula Macedo Molina

Representantes do corpo Técnico-Administrativo: Susane Pereira Borges dos Santos

Representantes do Corpo Discente:

Administração: Andrea Santos Silva;

Ciências Contábeis: Marina da Rosa Cruz;

Pedagogia: Luciene Paula Felicia;

Gestão Recursos Humanos: Cláudia Ponte Baldin;

Gestão Financeira: Andréia Pereira dos Santos;

Gestão Segurança Privada: Paulino Faustino Guerra

Representante da Sociedade Civil Organizada: André Baraúna Vieira

Período de mandato da CPA: 2 (dois) anos letivos (de abril de 2017 a abril de 2019)

Fluxograma Procedimental do Processo de Avaliação Institucional

| RESPONSÁVEL | ETAPAS | AÇÕES | ESTRATÉGIAS |
|---|--|--|--|
| CPA | Preparação | Sensibilizar para autoavaliação, sedimentar a cultura. | Reunião Pedagógica Recepção dos alunos e divulgação para os novos. Seminários / Comunidade Acadêmica |
| CPA | Diagnóstico | Sondagem do ambiente interno: Planejamento; Elaboração de instrumentos; Coleta de Dados; Análise de dados; Elaboração do relatório; Elaboração do diagnóstico da Instituição | Reuniões setoriais para divulgação e orientação de preenchimento de instrumentos de coleta. |
| CPA Colegiados do curso Órgãos Administrativos Docentes, discentes e Funcionários. | Auto Avaliação Conscientização setorial | Análise e discussão do relatório por setor Levantamento dos pontos fortes e fracos Construção de quadros comparativos de desempenho Elaboração de propostas: <ul style="list-style-type: none"> • Medidas corretivas/saneadoras • exploração dos pontos fortes | Reuniões, debates, atividades que levem a reflexão e análise dos dados. |
| CPA | Síntese Global | Avaliação e Integração de propostas Elaboração do relatório final Divulgação / discussão interna | Painéis, sites. |
| CPA Reitoria Órgãos/Colegiados Órgãos administrativos | Implementação | Estabelecimento de metas de ação. Orçamento para viabilizar as metas estabelecidas. Alocação de recursos. | Escrituração do Plano. |
| CPA | Publicação/difusão | Publicação do relatório final | Painéis, sites, reuniões com os colegiados. |
| CPA | Reavaliação | Releitura da realidade Avaliar medidas de correção ou aperfeiçoamento; propor alternativas. | Reunião com a equipe sobre as publicações da CONAES e alinhamento. |

- 1) SAC – Sistema de Atendimento ao Cidadão: trata-se de um canal de comunicação para que os docentes e discentes coloquem as questões da administração, secretária, acadêmicas e pedagógicas que julgam não atendidas.
- 2) SEI – Simulação Estudo Integrado: é uma avaliação elaborada por uma comissão de professores, o NDE — Núcleo Docente Estruturante e coordenações; cujas questões elaboradas são multidisciplinares; tal avaliação é realizada semestralmente a todos os alunos da IES, buscando mensurar os pontos fracos, orientando ações aos docentes para realizar os ajustes no processo de ensino e aprendizado.
- 3) Equipe de Ajuste: a equipe responsável em acompanhar e analisar os indicadores dos processos internos e externos tem como principal objetivo propor ações corretivas e preventivas buscando estabelecer ações que ao identificar os pontos fracos nas esperas acadêmicas e administrativa adotem medidas corretivas. Fazem parte desta equipe: Diretor Geral o Núcleo Docente Estruturante do Curso, Coordenação do Curso e Coordenação da CPA, poderão ser convidados outros profissionais para auxiliar nas medidas preventivas.

4.10.2 Processos Externos

- 1) COMISSÃO DO MEC

As visitas das comissões designadas pelo MEC — Ministério da Educação e Cultura para os procedimentos *in loco* de autorização, avaliação dos cursos, credenciamento, ou outras, têm o propósito de gerar os relatórios que evidenciem os pontos fortes e fracos.

- 2) ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Os resultados do ENADE são de suma importância para IES, pois retrata o projeto do curso, direciona as ações que precisam ser realizadas para melhoria do curso de forma contínua, além da avaliação interna de cada disciplina já mencionada em item anterior, neste PPC.

A IES entende que por meio do ENADE é possível avaliar o desempenho do aluno no aprendizado, aprimorando os pontos fortes e as deficiências em conjunto com o colegiado de curso criar estratégias para fortalecer estes pontos que quebram o elo da qualidade.

4.11 Apoio ao discente

O Curso de Licenciatura em História, primando pela melhoria contínua do curso e da EDUCA+, visa implantar por meio do AVA diversas ações no sentido de contribuir para o exercício docente e o aprendizado dos alunos. Dentre essas ações, destacam-se:

- Trabalhos interdisciplinares;
- Indicação de palestras, on line, com profissionais de relevância no mercado;
- Indicação de cursos de extensão em áreas específicas do Curso;
- Cursos de extensão (via atividades complementares) permitindo a prestação de serviços à comunidade e o contato dos alunos com a realidade local, com os diversos níveis sócio- econômico-político e cultural, promovendo o exercício da cidadania;
- Concursos com temas abertos como incentivo à criatividade, à integração, ao trabalho em equipe, à comunicação e à análise crítica;
- Palestras pedagógicas para o corpo docente;
- Avaliação Interna via SEI – Simulação Estudo Integrado.
- Aulas de nivelamento

A EDUCA+ mantém o PN — Programa de Nivelamento que por objetivo ampliar o conhecimento dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática, via *on line*, considerados essenciais para melhor formação do educando, e que busca nivelar os alunos nestas disciplinas fundamentais. Em um Curso de Licenciatura em História é muito comum os professores e tutores detectarem as dificuldades mencionadas, e encaminharem os alunos ao programa, ou mesmo, o próprio aluno identificar a sua dificuldade e solicitar à coordenação a liberação do PN.

- Atendimento ao Discente

A EDUCA+ procurando minimizar o tempo de atendimento aos alunos, ao identificar ‘problemas’ vai direcioná-los aos responsáveis e, desta forma, temos o atendimento psicopedagógico, pedagógico e administrativo para minimizá-los.

a) Psicopedagógico

O atendimento psicopedagógico aos alunos é realizado por profissional capacitado, em horário previamente agendado, bem como encaminhado a outros profissionais em caso de necessidade;

b) Pedagógico

O aluno também tem apoio do Coordenador do Curso, por meio de atendimento pessoal ou *on-line* para resolver os possíveis problemas pedagógicos.

c) Administrativo e Financeiro

Os processos administrativos e financeiros são resolvidos via portal, e quando necessário, presencialmente; estes, são encaminhados a Secretária Geral que por meio dos seus colaboradores procura resolver de imediato, padronizando suas informações.

5 ORGANIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1 Nome do Curso

- Graduação em História – Licenciatura – Modalidade Presencial;
- Graduação em História – Licenciatura – Modalidade EaD / Educação a Distância.

5.1.1 Atos Legais do curso

O Curso de Licenciatura em História, nas modalidades presencial e a distância, tem seu pedido de credenciamento feito no ano de 2019.

5.1.2 Base Legal do Curso

BRASIL. Lei nº9.394, 20 dez. 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

BRASIL. DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 . Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. PORTARIA Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017: Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

BRASIL. PORTARIA Nº 23, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017: Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015: define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior: cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada.

PARECER N.º: CNE/CES 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

E outras neste PPC já evidenciadas, anteriormente.

5.2 Justificativa do Curso

A criação do curso de Licenciatura em História, da EDUCA+, se justifica pelos seguintes motivos:

- a) Perfil da IES na qual se insere;
- b) Demanda regional;
- c) Obrigatoriedade da disciplina no currículo do ensino fundamental e ensino médio.

A criação deste Curso de Licenciatura em História se relaciona fortemente com o perfil geral da IES que compreende a educação como um espaço de formação de indivíduos críticos e reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a produção e conseqüente reprodução de mão-de-obra especializada.

Por outro lado, o curso de Licenciatura em História da EDUCA+ será de suma importância em toda a sua região de abrangência, como já evidenciado no item de Inserção Regional ao contribuir para a inclusão dos jovens oriundos da região no ensino superior privado, ou público.

Neste momento, este Curso de Licenciatura em História apresenta-se como um contribuição importante para a consolidação da EDUCA+ e, acima de tudo, para constituição de um ambiente de produção e disseminação do pensamento humano e social em parceria com as demais graduações em Ciências Sociais, Geografia e Letras.

5.3 Objetivos do Curso de Licenciatura em História

5.3.1 Objetivos Gerais do Curso

O Curso de Licenciatura em História da EDUCA+ tem os seguintes objetivos gerais para a formação do discente:

- IV. Responsável social e eticamente na produção e socialização de conhecimento e no planejamento e execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. Propositivo no debate público sobre diversos temas, em diversos espaços e segmentos sociais, contribuindo com a formação da consciência histórica da sociedade;
- VI. Crítico e reflexivo na produção de conhecimento histórico com base em referenciais historiográficos, fundamentos teórico-metodológicos e diversas fontes documentais;
- VII. Colaborativo em atividades multidisciplinares, valorizando as dimensões temporais e espaciais na construção da perspectiva histórica e a especificidade da História como área de produção de conhecimento e disciplina escolar;
- VIII. Comprometido com o papel social da História na construção da democracia e da cidadania, no combate às desigualdades e aos preconceitos e na defesa da diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero;
- IX. Sensível à importância, no ensino de História, da problematização histórica de questões pertinentes à comunidade escolar.

5.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso de História são:

- Produzir e difundir conhecimentos, bens e valores culturais, tendo uma perspectiva crítica quanto às teorias absorvidas nas investigações e pesquisas históricas fundamentais à sua formação profissional;
- Estabelecer relações entre informações e técnicas dos processos de ensino e aprendizagem, tanto do Ensino Fundamental II quanto do Ensino Médio, dominando métodos e técnicas pedagógicas e adequando a transposição de conhecimentos para as duas modalidades de ensino;
- Inferir objetivos concretos de ensino e explicar fenômenos surgidos durante os processos de ensino e aprendizagem, determinando metodologias a serem utilizadas e adaptando-as, inclusive diante de novas possibilidades tecnológicas;
- Analisar e refletir sobre conteúdos, procedimentos e avaliação de forma crítica e constante;

- Compreender e dimensionar os fenômenos históricos necessários ao exercício da cidadania e como instrumento de inserção social e autonomia do indivíduo;
- Entender e abordar os processos de leitura e produção textual em história, de forma plural, analisando e criticando a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos e sonoros;
- Valorizar e divulgar o patrimônio sociocultural;
- Respeitar a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia e difusão dos Direitos Humanos entre a sociedade.
- Possibilitar ao aluno explicações e previsões de fenômenos surgidos durante os processos de ensino e aprendizagem, para que ele elabore metodologias a serem utilizadas adaptando-as, inclusive diante de novas possibilidades tecnológicas.
- Conhecer e respeitar os diversos valores estéticos, as questões éticas e socioambientais que permeiam as diferentes sociedades e reconhecê-los como princípios para a realização da equidade;
- Propiciar o diálogo com os demais cursos da EDUCA+ principalmente aqueles da área de Ciências Humanas e Sociais, estabelecendo a elevação do debate acadêmico sobre os temas de interesse do curso.

5.3.3 Perfil do Egresso em História

O ensino de História, no Brasil, passou por vários momentos e quase sempre esteve atrelado à história desejada e escrita pelas classes dominantes, o que se confirmava por meio da relação de dominação do professor sobre o aluno. No entanto, hoje, devemos adotar novas perspectivas que, segundo Cabrini¹⁵:

É preciso garantir que o professor de História seja alguém que domine o processo de produção do conhecimento histórico, que seja alguém que saiba se relacionar com o saber histórico já produzido e que, finalmente, seja também alguém capaz de encaminhar seus alunos (sejam ele de 1º, 2º ou 3º graus.) nesses mesmos caminhos da produção e da relação crítica com o saber.

Sendo assim, queremos dizer que já não se pode pensar em um ensino de história apenas voltado para a memorização de fatos do passado. Precisamos considerar o ensino de história como uma das possibilidades para a construção da cidadania, defendendo

¹⁵ CABRINI, Conceição, et.al. *O ensino de história – revisão urgente*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 23

direitos e se responsabilizando pelos deveres de um trabalho que objetiva a superação das desigualdades sociais e educacionais, na construção de uma sociedade mais justa.

Para que possamos ter um ensino de história como o exposto acima, precisamos de professores formados sob essa ótica, que compreendam com clareza três conceitos básicos: fato histórico, sujeito histórico e tempo histórico, percebendo a história como algo vivo, visualizando a si e seus alunos como sujeitos atuantes na construção de discursos que explicitam o passado e o presente em relação estreita.

O professor de história deve criar situações de ensino e aprendizagem que estimulem o aluno a questionar, socializar, problematizar, comparar e organizar informações para que ele possa elaborar interpretações e explicações no contexto dos conhecimentos históricos.

O conhecimento em torno da História tem sido estimulado pela mídia, em suas mais diversas manifestações e plataformas de veiculação, e à medida que ampliam seus serviços e alcançam mais camadas da população, permitem o contato com temas e discussões, que, anteriormente, ocorriam – quando ocorriam -, na escola e por mediação do professor. É importante que o profissional da História esteja preparado para dialogar, enquanto professor-pesquisador, com a produção histórica veiculada pelas mídias e produzida pela sociedade sem a mediação teórica e metodológica do historiador.

O maior conhecimento da História possibilita, ao cidadão, a capacidade de participar dos acontecimentos e de transformar sua realidade, dotando-os de mais uma ferramenta exigida por esses tempos de globalização, além de proporcionar uma visão mais ampla dos fenômenos culturais. Apesar dos benefícios trazidos pelos programas que estimulam a expansão do ensino de História e pela exigência cada vez mais acirrada de leitura e produção textual nas escolas, algumas inadequações ainda ocorrem. Os baixos índices das avaliações, de alunos e professores, suscitam dúvidas e criam novas necessidades. O esforço maior a ser feito é para que o ensino de História seja não apenas aprimorado, mas que se torne acessível, como instrumento de transformações efetivas nos âmbitos sociais e culturais, enriquecendo a comunicação e a participação entre os cidadãos brasileiros.

Dessa forma, o momento atual é de formar professores que poderão fazer a diferença no ensino de História nas escolas, dando-lhe rumos mais realistas e democráticos, o que só poderá ser feito a partir de pesquisas na área que procurem enfatizar a reflexão crítica.

O Curso de Licenciatura em História da EDUCA+ passa por uma séria reflexão em relação ao tipo de profissional que se deseja formar. Para isso, precisamos considerar o tipo de homem e de sociedade na qual está inserido. O corpo docente, o NDE e a

coordenação estão em constante contato compartilhando impressões e experiências de sucesso, visando a apropriação das discussões teóricas e historiográficas, promovendo, assim, a ampliação de uma consciência histórica ampla.

O perfil do profissional do curso de Licenciatura em História da EDUCA+ busca ter acesso ao conhecimento prestigiado nessa área, e é considerado um instrumento fundamental para que a escola passe a exercer seu papel de promotora de integração social e formadora de opinião, auxiliando na construção de uma sociedade mais justa, mais humana, na qual a cidadania seja vivenciada plenamente. Esse profissional, além de facilitador do processo de construção de conhecimento, deve atuar na formação e discussão da ética e da moral vigentes. Sua importância se dá, sobretudo, pelo seu papel como estimulador do caráter crítico, questionador, investigador constante na busca de melhorias sociais, e que seja capaz de crescer e contribuir para o crescimento do outro.

Portanto, o graduando do curso de Licenciatura em História deverá, ao fim do curso:

- I. Produzir conhecimento em História, empregando referenciais bibliográficos, teórico- metodológicos e documentais;
- II. Identificar e compreender a diversidade de interpretações, de abordagens e de escolhas teórico-metodológicas na produção de conhecimento em História;
- III. Problematizar historicamente temas e questões contemporâneas, pertinentes ao debate acadêmico, público e escolar;
- IV. Analisar as relações e tensões das ações dos sujeitos e as dinâmicas dos processos históricos, percebendo a historicidade das manifestações sociais e culturais;
- V. Socializar os conhecimentos e os procedimentos próprios do ofício historiográfico com o objetivo de incentivar a crítica e a problematização histórica;
- VI. Exercitar a crítica documental (na pesquisa, no ensino e na extensão) tendo em vista a especificidade e a diversidade dos documentos históricos;
- VII. Atuar na preservação do patrimônio histórico, assessorias técnicas e científicas a arquivos e museus, a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos e de ensino;
- VIII. Formular atividades de ensino, incorporando recursos tecnológicos diversos, em consonância com os debates historiográficos e com os procedimentos metodológicos da História;
- IX. Articular, por meio de diferentes estratégias didático-pedagógicas, os conhecimentos multidisciplinares, os interesses da comunidade escolar e outros saberes nas práticas do ensino em História.

O profissional Licenciado em História está habilitado ao exercício do magistério nos Ensinos Fundamental II e Médio. Além disso, o conhecimento de história tem se tornado uma necessidade cada vez mais premente em um mundo globalizado, pois é através das inquietações do momento presente que se faz necessário a busca por outras temporalidades e sociedades do passado para melhor compreender a realidade na qual estamos inseridos. Sendo assim, o licenciado em História também poderá trabalhar em equipes multidisciplinares subsidiando jornalistas, escritores, roteiristas, profissionais de turismo, entre outros.

O Licenciado em História também encontra mercado de trabalho em museus, arquivos e centros de documentação, planejamento urbano etc., além de poder prosseguir estudos em programas de pós-graduação.

5.4 Integralização Curricular

A organização curricular do Curso de Licenciatura em História se estabelece, expressamente, nas condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os regimes acadêmicos adotados pelas IES, neste caso a EDUCA+, e atendido o que consta na Resolução CNE/CES 492/2001, já evidenciada anteriormente.

Em consonância com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 e a Lei nº 9394 de 2016, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o Curso de Licenciatura em História, da EDUCA+, institui a carga horária do curso em um total de **3640 horas**, que serão demonstradas nos itens que seguem, neste PCC.

| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | DURAÇÃO DO CURSO |
|------------------------------|----------------------|
| 3640 horas | 8 semestres / 4 anos |

Os requisitos mínimos para integralização de currículo com vistas à colação de grau são:

- **2500 horas** teóricas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015: carga Horária de disciplinas curriculares presenciais e a distância;
- **420 horas** estão destinadas à prática como componente curricular, complementando os componentes formativos teóricos, conforme determina a Resolução CNE/CP nº 01/2002, DOU de 18/02/2002, e CNE/CP 02/2015;

- **120 horas** de Trabalho de Conclusão Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão Curso II (TCC II);
- **400 horas** de Estágio Supervisionado;
- **200 horas** de Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC) — atividades teórico-práticas, estas cumpridas ao longo do Curso.
- Ressalta-se que o ENADE Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante é considerado componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme Lei 10.861/2004¹⁶.

5.4.1 Estrutura Curricular

O currículo do curso de História terá a duração de oito semestres contemplando componentes curriculares distribuídos em três eixos:

- a) Conhecimento de conteúdos específicos
- b) Conhecimento pedagógico geral
- c) Conhecimento pedagógico do conteúdo

Estes eixos buscam contemplar os diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor, principalmente, do professor de História, a saber: “conhecimento sobre crianças, jovens e adultos; conhecimento sobre a dimensão cultural, social e política da educação; conteúdos das áreas de ensino; conhecimento pedagógico; conhecimento experiencial” (PIRES, 2002, p.48). Cabe destacar que, estes âmbitos estão intimamente relacionados entre si e não vinculados a um ou a outro componente curricular, mesmo assim optamos por organizar os componentes curriculares nos três eixos. Nestes eixos estão, também, distribuídas as questões ambientais, étnico-raciais, de gêneros e direitos humanos.

Os componentes curriculares que compõe os eixos podem ser visualizados na seguinte representação gráfica:

¹⁶ LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em mar/2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm

| CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA – MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA E PEDAGÓGICA | | | |
|--|---------------|---------|-------|
| COMPONENTES CURRICULARES | CARGA HORÁRIA | | |
| | TEÓRICA | PRÁTICA | TOTAL |
| Antropologia, Ética e Cultura | 70 | 10 | 80 |
| Avaliação Educacional | 20 | 20 | 40 |
| Cultura Material e Patrimônio Histórico | 50 | 30 | 80 |
| Democracia e Ditadura no Brasil | 75 | 5 | 80 |
| Didática Geral | 40 | - | 40 |
| ECA e Adolescente em conflito com a lei | 40 | - | 40 |
| Educação a Distância e Estratégias de Mediação | 30 | 10 | 40 |
| Educação Ambiental e Sustentabilidade | 40 | - | 40 |
| Educação de Jovens e Adultos | 35 | 5 | 40 |
| Educação em Direitos Humanos | 40 | - | 40 |
| Educação Especial e Inclusiva | 35 | 5 | 40 |
| Escrita da História | 15 | 85 | 100 |
| Estágio Supervisionado I | 15 | 85 | 100 |
| Estágio Supervisionado II | 15 | 85 | 100 |
| Estágio Supervisionado III | 15 | 85 | 100 |
| Estágio Supervisionado IV | 40 | - | 40 |
| Fundamentos da Docência | 75 | 5 | 80 |
| Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação | 75 | 5 | 80 |
| História Antiga Ocidental | 75 | 5 | 80 |
| História Antiga Oriental | 75 | 5 | 80 |
| História Contemporânea Ocidental | 75 | 5 | 80 |
| História Contemporânea Oriental | 75 | 5 | 80 |
| História da África | 75 | 5 | 80 |
| História da América Colonial | 75 | 5 | 80 |
| História da América Pós-Independência | 75 | 5 | 80 |
| História da América Pré-Colombiana | 75 | 5 | 80 |
| História da Arte | 35 | 5 | 40 |
| História da Tecnologia | 75 | 5 | 80 |
| História do Brasil Colonial | 75 | 5 | 80 |
| História do Brasil Império | 75 | 5 | 80 |
| História do Brasil República | 75 | 5 | 80 |
| História Econômica | 75 | 5 | 80 |
| História Medieval Ocidental | 75 | 5 | 80 |
| História Medieval Oriental | 75 | 5 | 80 |
| História Moderna Ocidental | 75 | 5 | 80 |
| História Moderna Oriental | 35 | 5 | 40 |
| Leitura e Produção de Texto | 40 | 40 | 80 |
| Língua Brasileira de Sinais - Libras | 20 | 20 | 40 |
| Metodologia da Pesquisa I | 20 | 20 | 40 |
| Metodologia da Pesquisa II | 20 | 20 | 40 |
| Metodologia e Prática de Ensino em História I | 20 | 60 | 80 |
| Metodologia e Prática de Ensino em História II | 20 | 60 | 80 |
| Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem | 40 | - | 40 |

| | | | |
|---|----|----|----|
| Políticas Públicas e Legislação Educacional | 80 | - | 80 |
| Pré-História | 75 | 5 | 80 |
| Psicologia da Educação | 40 | - | 40 |
| Relação Étnico-Raciais e Afrodescendência | 75 | 5 | 80 |
| Tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao ensino de História | 30 | 5 | 40 |
| Teoria da História | 75 | 5 | 80 |
| Trabalho Conclusão Curso I – TCC | 40 | - | 40 |
| Trabalho Conclusão Curso II – TCC | 20 | 60 | 80 |

Cabe destacar que, estes âmbitos estão intimamente relacionados entre si e não vinculados a um ou a outro componente curricular, mesmo assim optamos por organizar os componentes curriculares nos eixos evidenciados, nos quais estão, também, distribuídas as questões ambientais, étnico-raciais, de gêneros e direitos humanos.

5.5 Matriz Curricular

O Curso de Licenciatura em História, nas modalidades presencial e a distância, possuem a carga horária total de **3640 horas** e seu desenvolvimento acontecerá de conformidade com o seguinte fluxograma:

| 1º Semestre | | | | |
|--|---------------|---------------|------------|-----------|
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | Teórica | Prática |
| Educação a Distância e Estratégias de Mediação | | 40 | 30 | 10 |
| Leitura e Produção de Texto | | 80 | 40 | 40 |
| Historiografia | | 40 | 35 | 5 |
| História Antiga Ocidental | | 80 | 75 | 5 |
| Cultura Material e Patrimônio Histórico | | 80 | 50 | 30 |
| Pré-História | | 80 | 75 | 5 |
| TOTAL | | 400 | 305 | 95 |
| 2º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação | | 80 | 75 | 5 |
| Educação em Direitos Humanos | | 40 | 40 | - |
| História Antiga Oriental | | 80 | 75 | 5 |
| Teoria da História | | 80 | 75 | 5 |
| Políticas Públicas e Legislação Educacional | | 80 | 80 | - |
| Fundamentos da Docência | | 40 | 40 | - |
| TOTAL | | 400 | 385 | 15 |
| 3º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| História Medieval Ocidental | | 80 | 75 | 5 |
| História Medieval Oriental | | 80 | 75 | 5 |
| História da América Pré-Colombiana | | 80 | 75 | 5 |
| Avaliação Educacional | | 40 | 20 | 20 |

| História Moderna Ocidental | | 80 | 75 | 5 |
|---|---------------|---------------|------------|------------|
| Metodologia da Pesquisa I | | 40 | 20 | 20 |
| TOTAL | | 400 | 345 | 55 |
| 4º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| Psicologia da Educação | | 40 | 40 | - |
| História Moderna Oriental | | 80 | 75 | 5 |
| Antropologia, Ética e Cultura | | 80 | 70 | 10 |
| História da América Colonial | | 80 | 75 | 5 |
| História do Brasil Colonial | | 80 | 75 | 5 |
| Didática Geral | | 40 | 40 | - |
| TOTAL | | 400 | 375 | 25 |
| 5º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| Estágio Supervisionado I | | 100 | 15 | 85 |
| História da América Pós-Independência | | 80 | 75 | 5 |
| História do Brasil Império | | 80 | 75 | 5 |
| História da Arte | | 80 | 75 | 5 |
| História Econômica | | 80 | 75 | 5 |
| Metodologia da Pesquisa II | Met. I | 40 | 20 | 20 |
| Tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao ensino de História | | 40 | 30 | 5 |
| TOTAL | | 500 | 370 | 130 |
| 6º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| Estágio Supervisionado II | ES I | 100 | 15 | 85 |
| História do Brasil República | | 80 | 75 | 5 |
| Educação Especial e Inclusiva | | 40 | 35 | 5 |
| Educação de Jovens e Adultos | | 40 | 35 | 5 |
| Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem | | 40 | 40 | - |
| História Contemporânea Ocidental | | 80 | 75 | 5 |
| História da África | | 80 | 75 | 5 |
| Língua Brasileira de Sinais - Libras | | 40 | 20 | 20 |
| TOTAL | | 500 | 370 | 130 |
| 7º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| Estágio Supervisionado III | ES II | 100 | 15 | 85 |
| Democracia e Ditadura no Brasil | | 80 | 75 | 5 |
| História Contemporânea Oriental | | 80 | 75 | 5 |
| Educação Ambiental e Sustentabilidade | | 40 | 40 | - |
| Metodologia Prática de Ensino em História I | | 80 | 20 | 60 |
| Trabalho Conclusão Curso I – TCC I | | 40 | 40 | - |
| TOTAL | | 420 | 265 | 155 |
| 8º Semestre | | | | |
| Componentes curriculares | Pré-requisito | Carga Horária | | |
| | | Total | T | P |
| Estágio Supervisionado IV | ES III | 100 | 15 | 85 |
| Metodologia e Prática de Ensino em História II | MPE I | 80 | 20 | 60 |
| Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência | | 80 | 75 | 5 |
| ECA e Adolescente em conflito com a lei | | 40 | 40 | - |
| História da Tecnologia | | 40 | 40 | - |
| Trabalho Conclusão Curso II – TCC II | TCC I | 80 | 20 | 60 |

| | | | | |
|--------------|--|------------|------------|------------|
| TOTAL | | 420 | 210 | 210 |
|--------------|--|------------|------------|------------|

| RESUMO DO CURRÍCULO PLENO | TOTAL DE HORAS |
|--|-----------------------|
| Disciplinas da Estrutura Curricular | 2.500 |
| Atividades Teórico-práticas | 200 |
| Prática como componente curricular | 420 |
| Trabalho de Conclusão de Curso – TCC | 120 |
| Estágio Supervisionado | 400 |
| TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO | 3.640 |

5.6 Regulamento das AACs – Atividades Acadêmicas Complementares (Manual a Parte)

As atividades complementares terão duas modalidades: atividade complementar de caráter obrigatório com um mínimo de 200 horas; e, atividade complementar de caráter livre, conforme a opção, disponibilidade e interesse dos alunos. A primeira modalidade terá definida em sua estrutura, dois tipos de atividades: ‘intramuros’ (dentro do recinto acadêmico) e ‘extramuros’ (fora do recinto acadêmico).

As atividades complementares obrigatórias ou livres serão validadas mediante acompanhamento dos professores e da coordenação que definirão o cronograma a cada semestre do curso. Vale ressaltar, aqui, que a extensão — via atividades complementares — permitirá a prestação de serviços à comunidade e o contato dos alunos com a realidade local, com os diversos níveis sócio- econômico-político e cultural, promovendo e estimulando prática social.

O cumprimento de tais atividades pelo discente se comprova mediante digitalização e anexação de certificados, ingressos, declarações e atestados no Portal da Faculdade, juntamente com a elaboração *on line* de Relatório, onde será descrita a atividade e sua contribuição para área de cada curso, em questão, e para que seja efetuado o registro no histórico curricular dos alunos.

Para o melhor controle, acompanhamento e responsabilidade das AACs está centrada no professor responsável, determinado pela coordenação, que cuidará para que sejam atendidas todas as exigências quanto ao prazo, validação e condições de execução, conforme disposto no Regulamento.

O processo de anexação dos comprovantes e elaboração dos relatórios das AACs deve ser realizado no semestre de sua realização. Contudo, a guarda e conservação dos documentos originais (que poderão ser exigidos a qualquer momento) são de responsabilidade do aluno.

- ✓ Relação dos Grupos de Atividades que compõem as Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 1º A carga horária das Atividades Acadêmicas Complementares está definida no PPI de cada Curso da EDUCA+.

Art. 2º As Atividades Complementares dos Cursos Bacharelado da EDUCA+ poderão ser desenvolvidas em atividades conforme discriminado abaixo:

- Grupo I: Atividades Socioculturais e Acadêmicas;
 - Grupo II: Atividades Comunitárias;
 - Grupo III: Atividades de Pesquisa;
 - Grupo IV: Atividades de Extensão.
- ✓ GRUPO I: Atividades Socioculturais e Acadêmicas: Eventos socioculturais, tais como: cinema, teatro, museu, mostras de artes plásticas outros eventos que estejam diretamente vinculados com os conteúdos trabalhados no curso, como Monitoria. Semanas acadêmicas e culturais promovidas pela EDUCA+.
 - ✓ GRUPO II: Atividades Comunitárias: Prestação de serviços: órgãos públicos ou privados ligados à cidadania, família, educação e saúde. Prestação de serviços pelo Bolsa Escola da Família, BEPA, TOF, Jovens Acolhedores e outros assemelhados. Prestação de serviços: órgãos públicos ou privados ligados à cidadania, família, educação e saúde. Participação em atividades de representação dos discentes.
 - ✓ GRUPO III: Atividades de Pesquisa: Participação no projeto de Iniciação Científica da instituição, publicações, apresentação de trabalhos de pesquisa, exposição de trabalho em feiras.
 - ✓ GRUPO IV: Atividade de Extensão: Cursos em língua estrangeira, participação em workshop, palestras, seminários, congressos, conferências, feiras e oficinas (internas e externas).

Art. 3º A carga horária das Atividades Complementares será distribuída ao longo do curso e não poderá ser preenchida com um só tipo de atividade.

Art. 4º Ao Professor responsável de Atividades Complementares caberá manter processo individual dos alunos com vista a computar a carga horária complementar, para fins de registro em seu histórico escolar, do total da carga horária computada.

Parágrafo Único: os critérios de pertinência e de aproveitamento de cada grupo de atividades, assim como as codificações correspondentes para registro acadêmico, estão indicados no quadro do art. 8º deste regulamento.

Art. 5º Os alunos deverão requerer a integração da carga horária das atividades definidas como complementares, no portal, com a convalidação do professor responsável pelas Atividades Complementares.

Art.6º Somente serão aceitas as Atividades Complementares desenvolvidas no semestre vigente ao da entrega, não cabendo validação a atividades realizadas em semestres anteriores, salvo casos de transferências de alunos de outras IES/curso.

Art. 7º O Relatório das Atividades Complementares deve contemplar:

§ 1º. Um texto descritivo, claro e consistente, relando a atividade e sua relação com a área do curso. Este texto deve conter, no mínimo, 15 linhas.

§ 2º. Cada relatório deverá ser acompanhado pelo seu respectivo comprovante e demais exigências estabelecidas pela atividade, devidamente anexado.

Art. 8º Ficam definidos os grupos, cargas horárias e critérios conforme o previsto no presente artigo.

§ 1º Os grupos e a carga horária das atividades são:

| ATIVIDADE | COMPROVAÇÃO | CARGA HORÁRIA |
|---|--|--|
| Grupo I – Atividades Socioculturais e Acadêmicas | | |
| Eventos socioculturais, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Cinema • Teatro • Museu • Mostras de artes plásticas • Outros eventos que estejam diretamente vinculados com os conteúdos trabalhados no curso | 1. Comprovante de presença; 2. Relatório | Até 2 horas por Evento desde que Não esteja computado na carga horária de disciplina |
| Participação em semanas acadêmicas ou culturais promovidas pela IES, ou recomendada pelo corpo docente. | Relatório do aluno com aprovação do Professor Responsável pelo evento | Até 4 horas por evento |
| Atividades de monitoria | 1. Relatório do aluno devidamente assinada pelo coordenador; 2. Lista de presença devidamente assinada. | semestre. |
| Grupo II – Atividades Comunitárias | | |
| Prestação de serviços: | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Órgãos públicos ou privados ligados à cidadania, família, educação e saúde. • Prestação de serviços através da Bolsa Escola da Família BEPA, TOF, Jovens Acolhedores e outros assemelhados. | 1. Declaração de Participação 2. Relatório do aluno | 20% da carga horária total ou 20 horas por semestre. |
| Participação em atividades de representação discente junto aos cursos da instituição como: <ul style="list-style-type: none"> • Representante de Sala e vice atuantes. | Declaração da Secretaria de Curso | 10 horas para representante e vice, por semestre letivo. |
| Grupo III – Atividades de Pesquisa | | |

| | | |
|--|--|--|
| Participação em atividades de iniciação científica de interesse do curso. | Relatório do Professor Responsável pela Iniciação Científica de Pesquisa | Até 20 horas por semestre |
| Publicações de: <ul style="list-style-type: none"> Resumos; Artigos; e Anais em congressos, simpósios, encontros, jornais, revistas e publicações eletrônicas com ISSN. | Cópia da publicação | Até 20 horas por publicação |
| Apresentação / exposição de trabalhos em feiras, seminários , congressos, conferências (como autor de trabalho) | Trabalho Apresentado e/ou Certificado de apresentação. | Até 10 horas por trabalho apresentado |
| <u>Grupo IV – Atividades de Extensão</u> | | |
| Cursos de língua estrangeira. | Certificado de Conclusão ou Atestado de Participação e Aproveitamento | 20% da carga horária total do ciclo, etapa, módulo ou semestre. |
| Curso de Extensão na área de conhecimento do curso (em EAD ou presencial) | Certificado de Conclusão ou Atestado de Participação e Aproveitamento | 20% da carga horária total do ciclo, etapa, módulo ou semestre. |
| Participação (como espectador) em workshop, palestras, seminários, congressos, conferências, feiras e oficinas internas e externas. | Certificado ou declaração de participação. | Até 4 horas por evento, desde que não esteja computado na carga horária de disciplina. |

5.6.1 Regulamentação do Estágio Supervisionado (Manual a Parte)

O Curso em questão possibilitará aos alunos a realização de estágios em instituições públicas e privadas, com o objetivo de aproximar o aluno de seu futuro campo de atuação profissional, estabelecendo relações efetivas entre a Instituição e o Mercado de Trabalho.

O Programa de Estágios será desenvolvido segundo as normas de Coordenação de Estágios, visando assegurar a qualidade e a responsabilidade de todas as partes envolvidas.

Assim, todos os estágios serão objeto de Termos de Convênio interinstitucionais e Termos de Compromissos individualizados.

Os principais objetivos do Estágio Supervisionado são:

- Proporcionar ao aluno experiências efetivas em seu futuro campo de atuação profissional;
- Viabilizar a complementação da formação acadêmica dos alunos, pela sua inserção em situações e realidades que demandem e ampliem seus conhecimentos, sobretudo, os relacionados ao cenário das micro, pequenas e médias empresas;
- Efetivar uma interação produtiva e dinâmica entre o curso e as micro, pequenas e médias empresas/organizações.

O estágio deverá possibilitar a complementação profissional, social e cultural, sendo realizado em conformidade com o calendário escolar e sem prejuízo das atividades acadêmicas do aluno.

A instituição conveniada deverá respeitar a legislação que rege o trabalho de estagiários e conceder aos alunos remuneração a título de Bolsas de Estudos, além de assegurar Seguro de Acidentes Pessoais.

- Mecanismos de acompanhamento

Os estágios serão supervisionados por professor indicado pelo NDE do curso, em questão. O aluno contará com o apoio do professor coordenador de Estágios por meio de email de contato, ou presencialmente com o tutor responsável do polo, que tem por finalidade, orientá-lo em suas necessidades de estágios, bem como manter um elo entre aluno e empresa/organização.

Outra finalidade, do tutor presencial, será a de fornecer informações e documentos necessários, tanto para as empresas e organizações como para os alunos, visando à celebração de estágios entre ambos.

Ele fará a ponte entre a faculdade e os alunos, no que diz respeito à documentação. Além disso, será o tutor presencial, da área relativa ao curso, que fará o acompanhamento do preenchimento correto dos relatórios de estágio propostos pela instituição.

- Relatórios de Atividades

As atividades de estágio serão documentadas por meio de relatórios de atividades (parciais e finais) que identificarão a natureza e as características da unidade concedente de estágio, a estrutura organizacional, as rotinas de trabalho, e de maneira mais específica, as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Os relatórios de atividades, bem como a ficha de frequência serão apresentados pelo tutor presencial ao professor coordenador, mensalmente, obedecendo aos critérios, datas, metodologia de expressão escrita, previamente estabelecida, para que seja desenvolvida a orientação e avaliação.

Além da atuação do tutor presencial e do professor coordenador, o aluno terá ainda o acompanhamento do supervisor de campo (profissional da área de abrangência do curso ou em áreas correlatas).

- Participação em Atividades Reais Conveniadas

O estágio supervisionado será formalizado a partir da realização de convênios, entre a unidade concedente de estágio e a EDUCA+, se observando os dispositivos legais que definem a prática de estágio. Para tanto serão mantidos contatos com as organizações e empresas da região.

O aluno ao definir o campo de estágio firmará um termo de compromisso com a unidade concedente que estipulará entre outros itens, prazos, carga horária, atividades, sistema de bolsas, supervisor de campo, atividade a ser desenvolvida. O estágio será regido pelo regulamento próprio e ocorrerá a partir do 5º (quinto) semestre do curso.

5.7 Conteúdos Curriculares

5.7.1 Ementário e bibliografia das disciplinas à distância.

| | |
|-----------------------|--|
| SEMESTRE | 1º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Educação a Distância e Estratégias de Mediação |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (30+10) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |

Estabelecer um processo de reflexão e análise crítica dos fundamentos e metodologia da Educação a Distância, reconhecendo a EaD como uma possibilidade de inclusão e de reestruturação na organização pedagógica do sistema escolar global e local. Discutir possibilidades de mediação em cursos a distância.

Ementa

Fundamentos da Educação a Distância (EaD): Conceitos de EaD; Histórico da modalidade a distância; Tecnologias de informação e comunicação em EaD; As políticas públicas de EaD. Estrutura e funcionamento da EaD: Planejamento e organização de sistemas de EaD; Reflexões e contribuições para implantação da modalidade em EaD; Estratégias de implantação e desenvolvimento da EaD; Conceito de rede; A web como ambiente de aprendizagem. Teoria e prática da tutoria em EaD; Estudante, Professor, Tutor: Importância e funções; Estratégias de mediação e acompanhamento de cursos a distância. Avaliação da modalidade a distância: Avaliação da aprendizagem; Avaliação de programas a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. O uso de mídias sociais na educação.

Bibliografia Básica

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

LITTO, F. M.; FORMIGA, Marcos. (Org). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009. (Disponível na biblioteca virtual Pearson)

MOORE, M. **Educação a distância: uma visão integrada**. Colaboração de Greg Kearsley. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DEMO, P. **Questões para a teleducação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

DIAS, D. A. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico**. Colaboração de Lígia Silva Leite. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

FIORENTINI, L. M. R. e MORAES, R. de A. **Linguagens e interatividade na educação à distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATTAR, J. **Tutoria e Interação em Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GUAREZE, R. de C. M. **Educação à distância sem segredos**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520a%2520distancia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/5936>. Acesso em: 02 set. 2019.

LITTO, F. M.; FORMIGA, Marcos. (Org). **Educação a distância: o estado da arte**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2012. v. 2. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520a%2520distancia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_6§ion=0#/legacy/2777. Acesso em: 02 set. 2019.

OLIVEIRA, E. G. **Educação estratégica na transição paradigmática**. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520a%2520distancia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/3298>. Acesso em: 02 set. 2019.

Bibliografia Complementar

MORAES, R. C. **Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico**. São Paulo: SENAC, 2010.

OLIVEIRA, E. G. **Educação à distância na transição paradigmática**. Campinas: Papirus, 2003.

ROSINI, A. M. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. PRETI, O. (Org). **Educação a distância: construindo significados**. Brasília-DF: Plano, 2000.

BORBA, M. de C. **Educação à distância online**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520a%2520distancia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/36606>. Acesso em: 02 set. 2019.

MAIA, C. **ABC da EAD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520a%2520distancia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_4§ion=0#/legacy/421. Acesso em: 02 set. 2019.

| | |
|-----------------------|------------------------------|
| SEMESTRE | 1º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Leitura e produção de textos |

| | |
|---|------------|
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (40+40) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Capacitar o estudante a realizar leitura e interpretação de textos técnicos e teóricos. Propiciar condições para que estabeleça diferenças e elabore textos técnicos e acadêmicos. | |
| Ementa | |
| Classes gramaticais. Revisão gramatical. Acentuação. Debates de temas que exijam argumentação. Concordância nominal e verbal. Regência. Colocação pronominal. Complementos gramaticais. Análise de textos. Leitura como Processo de Interpretação do Mundo. Leituras de textos: teóricos, informativos, jornalísticos. Produção de textos: narrativos, descritivos, dissertativos e técnicos. Redação empresarial: estrutura e organização. | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>FARACO, C. A. e TEZZA, C. 15ª ed. Prática de texto para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 17ª Edição, 2001.</p> <p>Linguagem e diálogo. 2.ed. São Paulo: Criar Edições, 2006.</p> <p>MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 29ª Edição, 2010.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Português instrumental para cursos de contabilidade, economia e administração. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PRESTES, M. L. de M. Leitura e (re)escritura de texto. São Paulo: Respel, 6ª Edição, 2006.</p> <p>ALMEIDA, R. de C. S. Práticas de leitura e produção de texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pr%25C3%25A1tica%2520de%2520texto%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3&section=0#/legacy/114726. Acesso em: 02 set. 2019.</p> <p>NASCIMENTO, L. [et. Al] (Org.). Linguagem e ensino do texto: teoria e prática. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pr%25C3%25A1tica%2520de%2520texto%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=5&section=0#/legacy/163001. Acesso em: 02 set. 2019.</p> <p>SANTOS, L. W. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pr%25C3%25A1tica%2520de%2520texto%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/3466. Acesso em: 02 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |

ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 12ª Edição, 2004.

CAMPEDELLI, S. Y.; SOUZA, J. B. **Produção de textos e usos da linguagem**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

FÁVERO, L. 9ª ed. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 11ª Edição, 2006.

FIORIN, J. L. e PLATÃO, F. 16ª ed. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 5ª Edição, 2006.

Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2004. (Disponível na biblioteca virtual Pearson)

KOCH, I. G. V. **Introdução a linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª Edição, 2011.

PECHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **O discurso**. 4.ed. São Paulo: Pontes, 2006.

VIANA, A. C.; VALENÇA, A.; CARDOSO, D. P. **Roteiro de redação: lendo e argumentando**. São Paulo: Scipione, 2006.

PAVIANI, N. M. S. **Gêneros de texto: subsídios para o ensino em diferentes disciplinas**. Caxias do Sul: Educus, 2012.

Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pr%25C3%25A1tica%2520de%2520texto%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/47634>. Acesso em: 02 set. 2019.

TERRA, E. **Da leitura literária a produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2018. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pr%25C3%25A1tica%2520de%2520texto%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/158839>. Acesso em: 02 set. 2019.

| | |
|---|----------------|
| SEMESTRE | 1º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Historiografia |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (35+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender as vertentes historiográficas e como elas influenciaram na escrita da História ao longo do tempo. Possibilitar um posicionamento crítico dos alunos frente às diversas tendências da historiografia brasileira contemporânea. | |
| Ementa | |
| A documentação e a sua importância no estudo da História. Os diferentes tipos de documentação. Possibilidades teórico-metodológicas da História. Fundamentos epistemológicos e críticos no estudo historiográfico. O papel da historiografia e da análise historiográfica no trabalho do historiador e do ensino de História. As correntes historiográficas do século XIX e XX. A historiografia recente e a praticada no Brasil. | |
| Bibliografia Básica | |
| MALERBA, J. (org.). A história escrita: teoria e história da historiografia . São Paulo: Contexto, 2006. | |
| PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas . São Paulo: Contexto, 2008. | |
| REVEL, J. Proposições: ensaios de história e historiografia . Trad. Claudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009. | |
| FREITAS, M. C. Acesso em: 02 set. 2019. (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva . 7. ed. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historiografia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/37221 . Acesso em: 02 set. 2019. | |
| MARCZAL, E. S. (Org.). Introdução à historiografia: da abordagem tradicional às perspectivas pós-moderna . Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historiografia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/42576 . Acesso em: 02 set. 2019. | |
| Bibliografia Complementar | |

BITTENCOURT (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

CHATIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

DIHEL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHBG aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DUARTE, Z. (org.). **A Conservação e a Restauração de Documentos na Era Pós-Custodial**. Salvador: Edefba, 2014.

JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, J. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. (Disponível na biblioteca virtual Pearson)

FONSECA, T. N. de L. (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historiografia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36586>. Acesso em: 02 set. 2019.

| | |
|---|---------------------------|
| SEMESTRE | 1º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Antiga Ocidental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Discutir a História Antiga Ocidental com os alunos; seus conceitos fundamentais, suas fontes principais e as teorias e métodos empregados pelos historiadores contemporâneos para pensá-la. Articulando como um diálogo entre construção conceitual, documentação e historiografia. Compreendendo o mundo romano e grego e como se desenvolve nas salas de aula. | |
| Ementa | |
| O Ocidente Antigo e suas especificidades. As sociedades da Antiguidade Ocidental. História da Grécia Antiga e seus períodos: a época arcaica, a época clássica, a época helenística. História de Roma Antiga e seus diferentes momentos: a República, o Principado, a Sociedade romana tardia. A influência do mundo greco-romano no Ocidente. O ensino da antiguidade Ocidental nas escolas. | |
| Bibliografia Básica | |
| EYLER, F. M. S. História Antiga: Grécia e Roma, a formação do Ocidente . Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. (Disponível na biblioteca virtual Pearson) | |
| FUNARI, P. P. A. Grécia e Roma . São Paulo: Contexto, 2001. (Disponível na biblioteca virtual Pearson) | |
| GUARINELLO, N. L. História Antiga . São Paulo: Contexto, 2013. (Disponível na biblioteca virtual Pearson) | |
| PINSKY, J. As primeiras civilizações . 25. ed. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520Antiga&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/2220 . Acesso em: 02 set. 2019. | |
| Bibliografia Complementar | |

BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico**. De Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Verbo, 1972. FINLEY, M. **Aspectos da Antiguidade**. Lisboa: Edições 70, 1988.

FINLEY, M. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUARINELO, N. L. **Imperialismo Greco-Romano**. Série Princípios, n. 124. São Paulo: Ática, 1985.

HERODOTO. **Histórias**. Brasília: UNB, 1989.

HESÍODO. **O trabalho e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1996.

SILVA, G. V.; MENDES, M. M. (orgs). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Vitória: EDUFES, 2006.

TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: UNB, 1989. VEYNE, P. **A Sociedade Romana**. Lisboa: Edições 70, 1993.

GONÇALVES, A. T. M.; SILVA, G. V. Algumas reflexões sobre os conteúdos de história antiga nos livros didáticos brasileiros. In. **História & Ensino**. Londrina, v. 7, out. 2001, p. 123-141.

PINSKY, J. **100 textos de história antiga**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520Antiga&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-3§ion=0#/legacy/3477>. Acesso em: 02 set. 2019.

| | |
|---|---|
| SEMESTRE | 1º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Cultura Material e Patrimônio Histórico |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (50+30) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Perceber as especificidades do estudo arqueológico e do patrimônio histórico e cultural que estão interligados com o estudo histórico. Compreendendo como a cultura material deve ser preservada e estudada para beneficiar as diversas áreas do conhecimento humano. | |
| Ementa | |
| O conhecimento arqueológico. A história da arqueologia. Os métodos e teorias que foram o saber arqueológico. Os espaços da Cultura Material. A Cultura Material em suas múltiplas manifestações. Os espaços de conservação e documentação. A relação da cultura Material com a História e as outras ciências Humanas. Patrimônio Histórico e Cultural. O desenvolvimento da Cultura Material no Brasil. O arqueólogo. | |
| Bibliografia Básica | |
| FUNARI, P. P. A. A Arqueologia . São Paulo: Ática, 1988. (Disponível na biblioteca virtual Pearson) | |
| Cultura material e arqueologia histórica . Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, 1998. | |
| RAHTZ, P. Convite à arqueologia . Rio de Janeiro: Editora Imago, 1989. | |
| PEREIRA, R. Arqueologia, patrimônio material, e legislação: conceitos, aplicações e perspectivas . Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=arqueologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/54323 . Acesso em: 02 set. 2019. | |
| Bibliografia Complementar | |

FINLEY, M. J. Arqueologia e História. In.: **Usos e abusos da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. FUNARI, P. P. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. Mnome: revista de humanidades, vol. 06, n. 13, 2005. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acessado em 06/09/2017.

Arqueologia Histórica e cultura Material. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

NAVARRO, A. G.; SILVA, D. G. História e Arqueologia: alguns debates. **História e-história**. URL:<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=55>. Acessado em 06/09/2017.

ORSER, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 1992.

PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36714>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|--------------|
| SEMESTRE | 1º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Pré-História |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Discutir com o aluno as percepções da ação humana em períodos longínquos, percebendo a formação do homem e suas primeiras ações, levando-os a sua sobrevivência e perpetuação. | |
| Ementa | |
| Conceito de Pré-História. Os Métodos da pré-história. Os estágios ou períodos culturais e a hominização. O mundo antes dos primeiros homens. A trajetória técnica, cultural e da evolução biológica da humanidade. O Primeiro Homem. O início da humanidade. Os vestígios da humanidade em cada continente. A Pré-História no Brasil. A relação do homem com o espaço que ocupa. A cultura tribal. | |
| Bibliografia Básica | |
| BICHO, Nuno. Manual de Arqueologia Pré-Histórica . Edições 70. Lisboa, 2006. BRADWOOD, R. Homens pré-históricos . Rio de Janeiro: Zahar, 1984. | |
| TENÓRIO, M. C. Pré-História da Terra Brasilis . Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. | |
| FUNARI, P. P. Pré-história do Brasil . 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pr%25C3%25A9-Hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/3483 . Acesso em: 03 set. 2019. | |
| BARROS, J. A. História Comparada . Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/54234 . Acesso em: 03 set. 2019. | |
| Bibliografia Complementar | |

ANDRADE, G Rebelo de (coord.). **História da Humanidade: a Pré-História e o início da civilização**. vol. 1 – Lisboa: Verbo, 2000.

CHILDE, V. G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. CLARCK, G. **A pré-história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SAHLINS, M. D. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

D'AYALA VALVA, Fabrizio e DINIZ-FILHO, José A. Felizola. A trajetória Humana. **Revista Canindé**, Xingo, n 03, 2003.

FUNARI, P. P. A. **Pré História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. (Disponível na biblioteca virtual Pearson) KLEIN, R. e EDGAR, B. **O despertar da cultura**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2005.

NEVES, Walter e PILÓ, Luís. **O Povo de Luzia**. Editora Globo. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Hilton. e CARVALHO, Cláudia (Orgs.). **Nossa Origem**. O Povoamento das Américas: visões multidisciplinares. Vieira & Lent. Rio de Janeiro, 2006.

GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/4133>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|--|
| SEMESTRE | 2º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| O objetivo desse curso é perceber o estudo da educação em seu contexto humano, percebendo como a Educação se desenvolveu historicamente, filosoficamente e sociologicamente. Assim, debatendo essas três linhas de pesquisa, teremos uma visão geral da Educação ao longo do tempo. | |
| Ementa | |
| A História da Educação na confluência entre História e Educação. A origem da Filosofia enquanto pensamento crítico e sua consagração. Principais teorias sociológicas da Educação A educação ao longo da História. A sociedade do trabalho e os movimentos por uma nova escola. A ideia de progresso e as novas abordagens da educação. A educação nos séculos XX e XXI: o liberalismo e o neoliberalismo. Os estudos sociológicos da educação no Brasil. Os diversos enfoques na sociedade brasileira. A inter-relação ser humano-sociedade-educação. Diferentes autores e diferentes teorias sociológicas. Filosofia na formação e na prática do educador. | |
| Bibliografia Básica | |

COSTA, M.C. C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

FERREIRA, D. **Manual de Sociologia**. Atlas. 2006.

MATOS, O. **Filosofia: a polifonia da razão**. Scipione. 1997. VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. **Sociologia geral**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=sociologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/6055>. Acesso em: 03 set. 2019.

FERRÉOL, Gilles; NOREK, Jean-Pierre. **Introdução a sociologia**. São Paulo: Ática, 2007. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=sociologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&action=0#/legacy/2115>. Acesso em: 03 set. 2019.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Introdução à Sociologia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=sociologia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&fil>

PILETTI, Nelson. PRAXEDES, Walter. **Sociologia da educação: do positivismo aos estudos culturais**. São Paulo: Ática, 2010.

Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=sociologia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&fi>

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

ARENDT, H. **A crise na educação**. In: ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 221- 247.

BORNHEIM, G. A. **Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais**. 11ª ed. São Paulo. Editora Globo.2003

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura e cultura popular**. Leituras de operárias. 10ª ed. Petrópolis. 2000

BURKE, P. **História social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DEMO, P. **Sociologia da Educação: sociedade e suas oportunidades**. Plano Editora, 2004.

FERREIRA, D. **Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. 2ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo. Atlas. 2006

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006. MAGNO, M.D. **Comunicação e Cultura na era global**. Rio de Janeiro. 2005

STEPHANOU, M. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vozes. 2014.

NERY, Maria Clara Ramos. **Sociologia da educação**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=sociologia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&fi>

DIAS, Reinaldo. **Sociologia da educação**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=sociologia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&fi>

| | |
|-----------------------|------------------------------|
| SEMESTRE | 2º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Educação em Direitos Humanos |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |

| | |
|---|--|
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Conhecer e analisar as acepções concernentes aos direitos humanos, assimilando-os como fruto de sucessivas conquistas históricas e evolução social. Conhecer os principais documentos internacionais e nacionais que tratam dos direitos humanos, considerando que a afirmação dos direitos humanos é um princípio do Estado brasileiro. Compreender a relação entre educação e direitos humanos na consolidação do Estado Democrático de Direito. Refletir sobre o papel da escola na criação da cultura de direito nas sociedades contemporâneas.</p> | |
| Ementa | |
| <p>Conceito e características dos direitos humanos. Evolução histórica dos direitos humanos. Documentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Direitos Humanos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Implicações dos direitos humanos para o campo educacional. Educação em direitos humanos como base para o exercício da cidadania e da solidariedade, bem como para a concretização da justiça e da dignidade da pessoa humana.</p> | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Editora Campus, 2004.</p> <p>COMPARATO, F. K. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. Editora Saraiva, 2017.</p> <p>FERREIRA FILHO, M. G. F. Direitos Humanos Fundamentais. Editora Saraiva, 2016.</p> <p>GOMES, J. A.; CORDEIRO, C. J. (orgs.). Diálogo entre Educação e Direitos Humanos. Editora Pillares, 2017.</p> <p>MODAINI, M. Direitos Humanos no Brasil. Editora Contexto, 2009.</p> <p>RAYO, J. T. Educação em Direitos Humanos Rumo a uma Perspectiva Global. Editora: Artmed, 2004.</p> <p>CHICARINO, T. Educação em direitos humanos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Direitos%2520Humanos&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-7&section=0#/legacy/129399. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>OLIVEIRA, Mara (Org.). Direitos humanos: emancipação e ruptura. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Direitos%2520Humanos&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/5711. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>FELIZARDO, A. R. Ética e direitos humanos: uma perspectiva profissional. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Direitos%2520Humanos&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/14843. Acesso em: 03 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |
| <p>BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. <i>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos</i>: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.</p> <p>DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. UNIC / Rio / OO5 – Dezembro, 2000.</p> <p>HADDAD, S. A Educação entre os Direitos Humanos. Autores Associados, Ação Educativa, 2006.</p> <p>BERAS, Cesar. Democracia, cidadania e sociedade civil. Curitiba: InterSaberes, 2016.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Democracia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/9971. Acesso em: 03 set. 2019.</p> | |

| | |
|----------|----|
| SEMESTRE | 2º |
|----------|----|

| | |
|---|--------------------------|
| COMPONENTE CURRICULAR | História Antiga Oriental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Analisar as especificidades da Antiguidade Oriental, através da discussão documental, historiográfica e conceitual. Observando as principais características do mundo oriental e como ele se relacionou com o ocidente. Ainda temos como objetivo trabalhar essa temática como prática de ensino. | |
| Ementa | |
| O Oriente Antigo e o Extremo Oriente. As relações sociais, políticas, econômicas e culturais no mundo do Oriente Médio – Egito, Mesopotâmia, Pérsia, Fenícia, Hebreus e outras – e do Extremo Oriente – Índia e China. O Oriente Antigo no ensino escolar. A influência na atualidade. | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>CARDOSO, C. F. Sociedades do Antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>CLINE, E. H.; GRAHAM, M. W. Impérios Antigos: da Mesopotâmia à Origem do Islã. São Paulo: Madras, 2012.</p> <p>GIORDANI, M. C. História da Antiguidade Oriental. Rio de Janeiro, Vozes, 2012.</p> <p>GNERRE, M. L. A.; POSSEBON, F. (orgs.). Cultura oriental: língua, filosofia e crença. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.</p> <p>JOÃO, M. T. D. Tópicos de história antiga oriental. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520Antiga%2520Oriental&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/6156. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>GUARINELLO, N. L. História Antiga. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/4133. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>PINSKY, J. 100 textos de história antiga. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520Antiga&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-3&section=0#/legacy/3477. Acesso em: 03 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |

AMIET, Pierre. **As civilizações antigas do Médio Oriente**. Europa-América, 1974. BAKOS, Margaret M. **Fatos e mitos do Antigo Egito**. Porto Alegre: Edipucrs, 1994. BOUZON, E. **O Código de Hammurabi**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

CARDOSO, C. F. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Deuses, múmias e Ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999

.Sete olhares sobre a Antiguidade.;Brasília: UNB, 1994.

.Antigüidade Oriental: política e religião. São Paulo: Contexto, 1990.

.Sociedades do Antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática, 1991.

GARELLI, P. **O Oriente próximo asiático: das origens às invasões dos povos do mar**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982. GNERRE, M. L. A.; POSSEBON, F. (orgs.). **Cultura oriental: língua, filosofia e crença**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EYLER, F. M. S. **História Antiga: Grécia e Roma, a formação do Ocidente**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=CIVILIZA%25C3%2587%25C3%2595ES%2520ANTIGAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/54232>. Acesso em: 03 set. 2019.

PINSKY, J. **As primeiras civilizações**. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520Antiga&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2220>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|--------------------|
| SEMESTRE | 2º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Teoria da História |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Em Teoria da História buscaremos perceber as diferentes teorias que permearam o estudo da História ao longo do tempo, e como elas são importantes para o estudo. Outro objetivo se materializa na forma das teorias atuais da História e como essas são passadas no ensino escolar. | |
| Ementa | |
| Importância da reflexão teórica para o desenvolvimento dos estudos históricos. As teorias que permeiam o estudo Histórico. Teorias de História do século XIX. Teorias de História do século XX. A História Política. A Escola dos Annales. Um Nova História Política. A História Cultural. | |
| Bibliografia Básica | |

GARDIER, P. **Teorias da História**. Trad. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1984.

NOVAES, A. (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

REIS, J. C. **História e Teoria** – Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

FONTOURA, A. **Teoria da história**. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520Antiga&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2220>. Acesso em: 03 set. 2019.

BARROS, J. A. **Teoria e a formação do historiador**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520da%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/155323>. Acesso em: 03 set. 2019.

GERVINUS, G.G. **Fundamentos da teoria da história**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520da%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/54225>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BLOCH, M. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2001.

BOURDÉ, G. e MARTIN, H. **As escolas históricas**. Mem Martins: Europa-América, 1990. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.

BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. FERNANDES, F. **Marx e Engels: História**. São Paulo: Ática, 1984,

HUNT, L. **A nova História cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WEHLING, A. **A invenção da história: estudos sobre historicismo**. Rio de Janeiro: Ed. Central da U. Gama Filho/Niterói: Ed. UFF, 1994.

BARROS, J. A. **Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. v.1. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520da%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-2§ion=0#/legacy/123431>. Acesso em: 03 set. 2019.

BARROS, J. A. **Teoria da história: os primeiros paradigmas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. v. 2. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520da%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/123432>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|---|
| SEMESTRE | 2º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Políticas Públicas e Legislação Educacional |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (80+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Conhecer a estrutura e funcionamento da legislação educacional. Proporcionar oportunidades de desenvolvimento de saberes, conhecimento, competências e habilidades no contexto do funcionamento estrutural do ensino. Analisar criticamente as políticas educacionais destinadas à educação, as formas de planejamento, financiamento e gestão, tendo em vista os desafios existentes para a construção de uma escola democrática e de qualidade. | |
| Ementa | |

Política, Estado e Democracia: relações com a educação. A educação na Constituição Federal de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os Planos Nacionais de Educação. Estudo das políticas educacionais do Brasil.

Estrutura e funcionamento da educação básica e ensino superior. Financiamento da educação.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C. da F. **Estrutura e funcionamento do ensino**. 1. ed. São Paulo: AVERCamp, 2002.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 22ª. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CURY, C. R. J. **O que você deve saber sobre Legislação Educacional Brasileira**. São Paulo: DP&A, 2002. LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ed. rev.e ampl.- São Paulo: Cortez, 2012

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. 23. ed. Campinas, SP: Papiros, 1997. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=ldb&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2825>. Acesso em: 03 set. 2019.

VIEGAS, L. de S. (Org.). **Políticas públicas na educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 2011. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Escolar&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/2472>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C. da F. **LDB: passo a passo**. São Paulo: Avercamp, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRUEL, A. L. O. **Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2010. (Disponível na biblioteca virtual Pearson)

MENDONÇA, E. A regra e o jogo. In: **Democracia e patriotismo na educação brasileira**. Campinas: FE/UNICAMP, Lappanae, 2000.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Ensino fundamental: da LDB à BNCC**. Campinas, SP: Papiros, 1997. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/168183>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|-------------------------|
| SEMESTRE | 2º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Fundamentos da Docência |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Refletir sobre a docência no ensino fundamental e médio, na perspectiva dos conhecimentos didático-pedagógicos. | |
| Ementa | |
| A docência no ensino fundamental e médio. Elaboração de aula, processo didático e seus elementos. O Planejamento e as possibilidades didáticas de organização de planos de ensino. Metodologias didáticas na docência no ensino fundamental e médio. Relação pedagógica na aula e mediação docente. Avaliação do processo ensino-aprendizagem: concepções teóricas e práticas, elaboração de instrumentos avaliativos. | |
| Bibliografia Básica | |

ALTHAUS, M. T. M.; ZANON, D. P. **Didática**. Ponta Grossa: Ed. UEPG/NUTEAD, 2010, 151 p.
Didática II. Ponta Grossa: Ed. UEPG/NUTEAD, 2010, 115 p.
 BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999.
 HAYDT, Regina Célia. Curso de didática geral. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/2092>. Acesso em: 03 set. 2019.
 CANDAU, Vera Maria (Org.). A Didática em questão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/53748>. Acesso em: 03 set. 2019.
 PILLETI, Claudino. Didática geral. 24. ed. São Paulo: Ática, 2010. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2§ion=0#/legacy/2058. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

MORIN, E. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortês, 2009.
 MORIN, E. *Os desafios da complexidade*. In: MORIN, E. (Org.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
 MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. Fundamentos da didática. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/5918>. Acesso em: 03 set. 2019.
 VASCONCELOS, Maria Lucia Carvalho. Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=FREIRE%2C%2520Paulo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/49228>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|-----------------------------|
| SEMESTRE | 3º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Medieval Ocidental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |

Objetivos

Fornecer uma visão de conjunto sobre a Idade Média na parte Ocidental; Analisar criticamente o significado dos séculos medievais, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais; Estabelecer articulações entre teoria (conceitos, abordagens) e prática historiográfica (pesquisa e escrita). Além de perceber esses estudos na prática de ensino.

Ementa

O Ocidente Medieval e suas características. A sociedade medieval e como ela estava distribuída. As inovações desse período. As pragas e as guerras que estiveram presente na Idade Média. O sistema político-econômico vigente.
 Desenvolvimento comercial e florescimento urbano. O cristianismo e seu papel na sociedade medieval. A importância desse período para a formação do Ocidente. O Estudo Medieval nas escolas.

Bibliografia Básica

CALAINHO, D. B. **História Medieval do Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Editora Estampa, 1980. PAIS, M. A. de O. **O despertar da Europa: a baixa Idade Média**. São Paulo: Atual, 2013.

SILVA, M. C. da. **História medieval**. São Paulo: Contexto, 2019. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520medieval&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/170122>. Acesso em: 03 set. 2019.

CARVALHO, C. **História Medieval**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520medieval&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/41656>. Acesso em: 03 set. 2019.

COSTA, S. P. M. **Idade média: mil anos no presente**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/52874>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BROWN, P. **A Ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999. DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982. LEGOFF, J. **As raízes Medievais da Europa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. TREVISAN, A. **Uma Viagem Através da Idade Média**. Porto Alegre: Age, 2014.

VERGER, J. **Cultura, ensino e Sociedade no Ocidente**. Bauru: EDUSC, 2001.

LE GOFF, J. **Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=idade%2520m%25C3%25A9dia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/114685>. Acesso em: 03 set. 2019.

SANTIAGO, T. **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=feudalismo&searchpage=1&filtro=todos&from=&page=4§ion=0#/legacy/31376>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|----------------------------|
| SEMESTRE | 3º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Medieval Oriental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |

Objetivos

Fornecer uma visão de conjunto sobre a Idade Média na parte Oriental; Analisar criticamente o significado dos séculos medievais, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais; Estabelecer articulações entre teoria (conceitos, abordagens) e prática historiográfica (pesquisa e escrita). Além de perceber esses estudo na prática de ensino.

Ementa

O Oriente Medieval e suas especificidades. O Islamismo. O Império Mulçumano. O Império Bizantino. A importância do estudo desse período para compreender a política mundial da atualidade. O Ensino do Oriente Medieval nas escolas.

Bibliografia Básica

DUCELLIER, A.; KAPLAN, M.; MARTIN, B. **A Idade Média no Oriente. Bizâncio e o Islã**. Lisboa: Dom Quixote, 1994. LEMERLE, P. **História de Bizâncio**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEWIS, B. **Os Árabes na História**. Lisboa: Editorial Etampa, 1983.

LEME, E. C. S. **História e historiografia medieval oriental**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520medieval&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/168158>. Acesso em: 03 set. 2019.

SILVA, M. C. da. **História medieval**. São Paulo: Contexto, 2019. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520medieval&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/170122>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ALCORÃO. São Paulo: Tangará, 1975. (ou a edição Nobre Alcorão. Alcorão Sagrado - Português/Árabe. Tradução: Dr. Helmi Nassr)

ANDRADE FILHO, Ruy. **Os Muçulmanos na Península Ibérica**. São Paulo: Contexto, 1997.

CAVALLO, G. **O homem bizantino**. Lisboa: Presenta, 1998.

DE BONI, L. A.; PICH, R. H. (orgs.) **A Recepção do pensamento Greco-romano, árabe e judaico pelo Ocidente Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRANCO JR, H. e ANDRADE FILHO, R. de O. **O Império Bizantino**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOURLANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1991.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. MAALOUF, A. **As cruzadas vistas pelos árabes**. São Paulo: Brasiliense, 2001. MANTRAN, Robert. **Expansão Muçulmana (séc. VII-XI)**. São Paulo: Pioneira, 1977. RUNCIMAN, S. **A civilização bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SACCO, Joe. **Palestina** (Edição especial). São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

DEMANT, P. **O mundo mulçumano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=povo%2520arabe&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/3487>. Acesso em: 03 set. 2019.

CARVALHO, C. **História Medieval**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520medieval&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/41656>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|-----------------------|
| SEMESTRE | 3º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Avaliação Educacional |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (20+20) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Conhecer a finalidade da avaliação escolar como meio de planejar e replanejar as ações didático-pedagógicas reconhecendo-a como meio que amplia a possibilidade de perceber os avanços e rupturas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Desenvolver estudos sobre as diferentes concepções de avaliação do ensino e da aprendizagem reconhecendo que as práticas avaliativas e a escolha de procedimentos e instrumentos de avaliação são resultantes da concepção adotada.</p> | |
| Ementa | |
| <p>Pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação. Tipos, métodos e instrumentos de avaliação. Avaliação escolar e institucional no contexto do sistema educacional brasileiro (SAEB, ENEM, ENADE, PROVA BRASIL, PISA).</p> | |
| Bibliografia Básica | |

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searc_hpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/149512. Acesso em: 03 set. 2019.

CASTILLO ARREDONDO, Santiago. **Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searc_hpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/6101. Acesso em: 03 set. 2019.

CASTILLO ARREDONDO, Santiago. **Avaliação educacional e promoção escolar**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searc_hpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/114785. Acesso em: 03 set. 2019.

CERVI, Regiane Medeiros. **Planejamento e avaliação educacional**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searc_hpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6219. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Banco de questões do ENEM**. (Exame Nacional do Ensino Médio). Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/enem/edicoes-antiores/provas-e-gabaritos>>. Acesso em: 10 set. de 2014.

GADOTTI, M. **Uma escola para todos os caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis: Vozes, 1991.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searc_hpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/54227. Acesso em: 03 set. 2019.

MOYSÉS, Lúcia. **O desafio de saber ensinar**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=compet%25C3%25AAncias%2520para%2520ensinar%2520&searc_hpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2336. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|------------------------------------|
| SEMESTRE | 3º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História da América Pré-Colombiana |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender a formação da América antes das chegada dos colonizadores; como estava estruturada as diferentes tribos que habitavam a região batizada de América. | |
| Permitir a instrumentalização do aluno para o ensino da história da América considerando: a densidade temporal e espacial dos povos encontrados pelos europeus no século XVI e com sua diversidade étnica e cultural; as diversas formas de interpretar e ler o passado indígena. | |

| Ementa |
|--|
| A América antes das navegações. As sociedades Maias, Incas, Astecas e as tribos que compunham o território americano antes das chegadas dos europeus. As particularidades do estudo desse momento histórico. A influências desses povos na cultura americana da atualidade. A América pré-colombiana nas escolas. |
| Bibliografia Básica |
| AQUINO, R. S. L. de. História das sociedades americanas . Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1981. CARDOSO, C. F. S. A América Pré-Colombiana . São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1984. SILVA, H. P.; RODRIGUES-CARVALHO, C. (orgs.). Nossa origem: o povoamento das Américas: visões multidisciplinares . Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. SANTOS, L. T. dos. História da América: das independências à globalização . Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/149590 . Acesso em: 03 set. 2019. RINKE, S. História da América Latina: das culturas pré-colombianas até o presente . Porto Alegre: EDPUCRS, 2016. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/54526 . Acesso em: 03 set. 2019. |
| Bibliografia Complementar |
| FAVRE, H. A civilização inca . Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987. GENDROP, P. A civilização maia . Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987. GÓMARA, F. L. de. História General de las Indias . Colección Obras Maestras, 2 vols., Barcelona, 1965. KARNAL, L. et. al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI . 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008. LAS CASAS, B. de. Obra indigenista . Ed. J. A. Franch, Madri, Alianza Editorial, 1985 MEGGERS, B. J. América pré-histórica . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. OLIVEIRA, L. L. Americanos . Representações da identidade nacional no Brasil e nas Estados Unidos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. SAUNDERS, N. J. Américas Antigas: as grandes civilizações . Tradução de Ana Paula Trindade B. da Silva. – São Paulo: Madras, 2005. SOUSTELLE, J. A civilização asteca . Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987. VAINFAS, R. (org.). América em tempo de conquista . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. PINSKY, J. História da América através de textos . 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/1702 . Acesso em: 03 set. 2019. PRADO, M. L. História da América Latina . São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/6974 . Acesso em: 03 set. 2019. |

| | |
|-----------------------|----------------------------|
| SEMESTRE | 3º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Moderna Ocidental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |

| Objetivos |
|--|
| Entender os processos que levaram a modernidade ocidental; as novas ideias que movimentaram o mundo ocidental e que culminaram nas revoluções que marcaram o período. Compreender a formação dos estados nacionais e como eles ditaram a política e a economia mundial. Buscar perceber a História |

Moderna Ocidental na prática escolar.

Ementa

As mudanças que marcam a entrada no era moderna. O Ocidente Moderno e suas características marcantes. O Humanismo, o Renascimento e o Iluminismo. As Reformas Religiosas. A Formação dos Estados Modernos. As Revoluções que abalaram o mundo; a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa. As grandes navegações e os “descobrimientos”. A História Moderna e seu legado para a atualidade. A História Moderna nas salas de aula.

Bibliografia Básica

BOBBITT, P. **A guerra e a paz na História moderna**: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CHAUNU, P. **Expansão europeia do século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.

FALCON, F.; RODRIGUES, A. E. **A formação do mundo moderno**: a construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII. RJ: Campus, 2006.

RODRIGUES, A. E. M. **História moderna**: os momentos fundadores da cultura ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/168200>. Acesso em: 03 set. 2019.

MICELI, P. **História moderna**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520moderna&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/4148>. Acesso em: 03 set. 2019.

LOBO, A. M. C. **Percursos da história moderna**. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520moderna&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/149609>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ÁRIES, P. e CHARTIER, R. **História da vida privada**. Da Renascença ao Século das Luzes. SP: Cia das Letras, 1990. Vol 3 ARRUDA, J. J. de A. **A Grande revolução Inglesa 1640-1780**. São Paulo: Hucitec/USP, 1996.

BERCÉ, Y.-M. **O rei oculto**: salvadores e impostores, mitos políticos populares na Europa moderna. Bauru: Edusc, 2003. BRAUDEL, F. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na graça de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1994.

BURCKARDT, J. **A cultura do renascimento na Itália**. Brasília: UNB, 1991. CORVISIER, A. **História moderna**. São Paulo: 1980.

LOPES, M. A. **A política dos modernos**. Cascavel: Ediunoeste, 1997.

LUTERO, M. **Obras selecionadas**. (Vol. V) São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1995.

MARQUES, A. et al. **História Moderna através de textos**. São Paulo: Contexto, 1989. MICHELET, J. **História da Revolução Francesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

MARQUES, A. et al. **História moderna através de textos**. SP: Contexto, 2001. ROSSI, P. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. SP: Cia das Letras, 1999. STONE, L. **Causas da Revolução Inglesa: 1529-1642**. Bauru/SP: Edusc, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante o e espírito do capitalismo**. 5ª edição. S.P.: Pioneira, 1987.

MARQUES, A. M. **História moderna através de textos**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520moderna&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/31378>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|---------------------------|
| SEMESTRE | 3º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Metodologia da Pesquisa I |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (20+20) |

| | |
|--|--|
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Capacitar o estudante a ler e interpretar as diferentes documentações e historiografia necessárias para a compreensão do período histórico, da escolha da metodologia científica e resultados de pesquisas acadêmico-científicas, para elaboração de pesquisas e preparação de trabalhos acadêmicos. | |
| Ementa | |
| Introdução geral à prática da pesquisa social de campo. Métodos e técnicas de pesquisa social: os principais problemas metodológicos e da aplicação das técnicas da pesquisa social. As diferentes fontes de informação: pesquisas fundamentais e pesquisas aplicadas. Tipos de pesquisas: a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa. Técnicas de pesquisa. As fases de um projeto de pesquisa de campo. A escolha do instrumental técnico de campo. Elementos constitutivos de um projeto de pesquisa. Localização, coleta, registro e tratamento dos materiais. A produção de gráficos e tabelas. Fase de interpretação e análise de dados. Normas da ABNT para elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Estudo sobre plágio. | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>ECO, U. Como escrever uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2017, 25ª ed.</p> <p>MARCONI, Marina A., LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 7ª Edição, 2008. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed., São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2&section=0#/legacy/341. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos da metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2&section=0#/legacy/419. Acesso em: 03 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |
| <p>AMBONI, N.; AMBONI, N. F. Metodologia para elaboração de trabalhos acadêmicos e empresariais. Florianópolis: Fundação ESAG, 2006.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed., São Paulo: Atlas, 2009. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>SANTOS, Selma Cristina dos. Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=trabalho%2520academico&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1&section=0#/legacy/114665. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>MARTINS Júnior, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=trabalho%2520academico&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/149506. Acesso em: 03 set. 2019.</p> | |

| | |
|-----------------------|---------------------------|
| SEMESTRE | 4º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Moderna Oriental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |

Entender os processos que levaram a modernidade oriental; as novas ideias que movimentaram o mundo oriental e que culminaram nos acontecimentos que marcaram o período. Compreender a relação entre o Oriente e o Ocidente.

Buscar perceber a História Moderna Oriental na prática escolar.

Ementa

O processo de formação da modernidade no Oriente Próximo. A formação, a expansão e a crise do Estado Islâmico. Formação, características e crise do Império Otomano. As relações entre o mundo islâmico e o Ocidente. O contexto asiático no período que denominamos de moderno para a cultura Ocidental. A cultura Oriental. O Oriente na sala de aula.

Bibliografia Básica

QUATAERT, D. B. **O Império Otomano: das Origens ao século XX**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FROMKIN, D. **Paz e Guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a Criação do Oriente Médio Moderno**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

CROWLWY, R. **Impérios do Mar**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

MICELI, P. **História moderna**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520moderna&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/4148>. Acesso em: 03 set. 2019.

MARQUES, A. M. **História moderna através de textos**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520moderna&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/31378>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

HOLLAND, T. **Fogo Persa**. São Paulo: Record, 2008

WATKINS, R. J. **Por Mares nunca dantes navegados: como Vasco da Gama abriu caminho para o Oriente**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

WELLS, C. **De Bizâncio para o Mundo: a saga de um Império Milenar**. São Paulo: DIFEL, 2011.

REVISTA CULTURA ORIENTAL. In: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/co>

LOBO, A. M. C. **Percursos da história moderna**. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520moderna&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/149609>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|------------------------|
| SEMESTRE | 4º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Psicologia da Educação |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Promover a discussão crítica sobre as principais teorias da psicologia aplicadas à educação escolar. Possibilitar que os estudantes se apropriem de princípios teóricos básicos dessa área do conhecimento, a fim de que desenvolvam a capacidade de análise das diferenças e divergências entre as correntes da Psicologia da Educação e de compreensão dos princípios e pressupostos que fundamentam os modelos de desenvolvimento e de ensino-aprendizagem delas decorrentes. Promover a reflexão sobre temas contemporâneos do campo da Educação à luz das teorias da psicologia estudadas.</p> | |
| Ementa | |
| <p>Fundamentos da Psicologia da Educação e do desenvolvimento humano. Principais abordagens teóricas. Revisão paradigmática dos conceitos de infância e juventude e suas implicações nas relações familiares e educativas. Fundamentos da Psicologia da Aprendizagem. Principais concepções da aprendizagem. Aspectos socioambientais, afetivos e relacionais da aprendizagem. Processos de ensino e de aprendizagem e relação com a prática pedagógica e educação inclusiva.</p> | |

Bibliografia Básica

- ARMSTRONG, T. **Inteligências múltiplas - na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- BOCK, A. M. e outros. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2005
- SALVADOR, C. C. ET. AL. **Psicologia da educação**: São Paulo: Artmed, 1999.
- AZZI, Roberta Gurgel; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves (Orgs.). **Psicologia e educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=psicologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/cy/3409>. Acesso em: 03 set. 2019.
- VILHA, Analúcia. **Psicologia da educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=psicologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/12896>. Acesso em: 03 set. 2019.
- COELHO, Wilson Ferreira. **Psicologia da educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=psicologias&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-11§ion=0#/legacy/22156>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. **As relações interpessoais na formação de Professores**. São Paulo, Loyola, 2000.
- ALVES, R. **Conversar com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Papirus, 2008.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina na Escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- PATTO, M. H. S. **Introdução a psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- QUEIROZ, T. D. **Dicionário prático da pedagogia**. São Paulo: Rideel, 2008.
- JACQUES, Maria da Graça Correia. **Psicologia social contemporânea**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=psicologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/cy/114717>. Acesso em: 03 set. 2019.
- PILETTI, Nelson. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=psicologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/6989>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|-------------------------------|
| SEMESTRE | 4º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Antropologia, Ética e Cultura |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (70+10) |
| PRÉ-REQUISITO | |

Objetivos

Desenvolver uma compreensão a respeito do papel desempenhado pela antropologia na compreensão do homem e suas complexidades; Discutir os problemas antropológicos que permeiam os diversos aspectos sociais, culturais, éticos e educacionais; Compreender o conceito de ética e sua relação com a moral; Relacionar a antropologia com a os temas éticos e culturais; Identificar e compreender o fenômeno cultural e suas relações com o homem contemporâneo.

Ementa

A construção do conhecimento antropológico, ético e cultural. Os grandes teóricos da Antropologia e da ética. O objeto de estudo e métodos em Antropologia, Antropologia filosófica, Ética, moral e cultura. Noções fundamentais dos problemas envolvendo Antropologia contemporânea e suas relações como ética e cultura.

Bibliografia Básica

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Tradução Celso Castro - 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

DA MATTA, R. 1983. "O Biológico e o Social" In: **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes.

MONDIN, B. **O homem, quem é ele**. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.

SCHELER. M. **A posição do homem no cosmos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

CHICARINO, Tathiana (Org.). **Antropologia social e cultural**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Evolucionismo%2520Cultural&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-13§ion=0#/legacy/22238>.

Acesso em: 03 set. 2019.

HERSFELD, Michael. **Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Antropologia%2520Social&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/49066>. Acesso em: 03 set. 2019.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=antropologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/1267>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BOFF, L. **O destino do homem e do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003. CHICARINO, T. (org). **Antropologia Social e Cultural**. Ped: Pearson Nacional.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIBEIRO, Alessandra Stremel Pesce. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=antropologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/42151>. Acesso em: 03 set. 2019.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Padr%25C3%25B5es%2520de%2520Cultura&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/114680>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|------------------------------|
| SEMESTRE | 4º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História da América Colonial |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender o processo de colonização das Américas e como as diferentes culturas se encontraram. Entender o papel que os colonizadores tiveram na construção das nações americanas. Entender os diferentes processos de colonizaçãonos diferentes espaços da América. Como trabalhar com essa temática na prática escolar. | |
| Ementa | |
| As Grandes Navegações. A conquista do México por Hernan Cortez. A conquista do Peru por Francisco Pizarro. Operíodo colonial espanhol. As colonizações inglesas, francesas e holandesas, e quais foram as suas características. A cultura político-econômica da América Colonial. As rebeliões dos século XVIII na América. A História da AméricaColonial na escola. | |
| Bibliografia Básica | |

SCHWATZ, S. B.; LOCKART, J. **América Latina na Época Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

O’GORMAN, E. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo. São Paulo: UNESP, 1992.

BONILLA, H. **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO, M. L. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6974>. Acesso em: 04 set. 2019.

SANTOS, L. T. dos. **História da América**: das independências à globalização. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/149590>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BETHELL, L. (org.). **América Latina colonial**. São Paulo: EDUSP, 1988.

BARROS, D. L. P. de. (org.). **Os discursos do Descobrimento**. São Paulo: Fapesp/EDUSP, 2000.

AQUINO, R. S. L. de. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1981.

CHAUNU, P. **Conquista e exploração dos Novos Mundos (Século XVI)**. São Paulo: EDUSP, 1984.

VAINFAS, R. (org.) **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

KARNAL, L.; PURDY, S.; FERNANDES, L. E.; MORAIS, M. V. de. **História dos Estados Unidos das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

BERNAND, C.; GRUZINSKI, S. **História do Novo Mundo**: da descoberta à conquista, uma experiência européia (1429- 1550). São Paulo: EDUSP, 1997.

PINSKY, J. **História da América através de textos**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/1702>. Acesso em: 04 set. 2019.

RINKE, S. **História da América Latina**: das culturas pré-colombianas até o presente. Porto Alegre: EDPUCRS, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/54526>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|--|-----------------------------|
| SEMESTRE | 4º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História do Brasil Colonial |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender os processos históricos, com suas documentações e historiografia, do Brasil Colonial. Entender a relação que existia entre Portugueses e o Brasil, como era a política, a economia, a cultura e a sociedade desse período, com suas especificidades. Tratar esse período na prática escolar. | |
| Ementa | |
| A chegada dos Portugueses a terra que seria nomeada de Brasil. As características que marcaram a colonização Portuguesa no Brasil. As capitânias hereditárias, os governos gerais e a exploração da terra no período colonial brasileiro. As ordens religiosas e seu papel na colonização portuguesa. A relação índio, europeu e africano e formação da cultura brasileira. O estudo do Brasil colonial nas escolas. | |
| Bibliografia Básica | |

- ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOLANDA, S. B. de. **Visões do Paraíso: os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- LIMA, O. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Topbooks/Publifolha, 2000.
- MESGRAVI, L. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520colonial&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/31216>. Acesso em: 04 set. 2019.
- VARELLA, F. **História e historiadores no Brasil**. Porto alegre, EDPUCRS, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520colonial&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/31216>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

- ABREU, J. C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1954. CARDOSO, C. F. **A Afro-América: a escravidão no novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CORTESÃO, J. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1994. **A EXPEDIÇÃO DE Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1994.
- FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzal**. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- KOSTER, H. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SCHWARTZ, S. B. **Doce lucro**. Revista de História.com.br, 1º julho 2013.
- MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520colonia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/149529>. Acesso em: 04 set. 2019.
- PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520colonia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2192>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|--|----------------|
| SEMESTRE | 4º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Didática Geral |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender o papel da Didática na construção do conhecimento; Refletir sobre as possibilidades que a didática possui na construção de uma educação crítica e humanizada; Relacionar didática e conhecimento voltada para a prática docente; Debater criticamente o papel da didática na prática docente; Compreender didática dentro de uma perspectiva multidimensional. | |
| Ementa | |
| Compreensão da função da Didática como elemento organizador e indispensável no processo de ensino e aprendizagem. Importância da Didática para o planejamento de ensino. Análise crítica sobre o papel da Didática quanto a seu potencial na construção do conhecimento. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem. | |

Bibliografia Básica

- GADOTTI, M. **O pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2009. HAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 2006.
- PILETTI, C. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2010.
- HAYDT, Regina Célia. **Curso de didática geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/2092>. Acesso em: 03 set. 2019.
- PILLETI, Claudino. **Didática geral**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2010. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2§ion=0#/legacy/2058. Acesso em: 03 set. 2019.
- MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Fundamentos da didática**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/5918>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

- ALVES, R. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.
- CASTRO, A. D. de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Organizadoras). **Ensinar a Ensinar- Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- QUELUZ, A. G. (Orientação); ALONSO, M. (Organização). **O Trabalho Docente Teoria & Prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas. Autores Associados, 1997.
- SCHON, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Artmed. 2008 ZABALZA, M. A. **Diários de Aula**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em questão**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=did%25C3%25A1tica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1§ion=0#/legacy/53748>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|--------------------------|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Estágio Supervisionado I |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 100 (15+85) |
| PRÉ-REQUISITO | |

Objetivos

Acompanhar as atividades desenvolvidas nas diferentes instâncias da instituição de ensino, inserindo-se como observador, coparticipante e participante do trabalho realizado. Ampliar a compreensão da organização pedagógica do trabalho com os anos iniciais do Ensino Fundamental, identificando as diferentes instâncias do trabalho (sala de aula, colegiados, núcleos de apoio e projetos institucionais), realizando tarefas supervisionadas e participando de fóruns de discussão. Desenvolver instrumentos pedagógicos para a construção de um processo autônomo de formação profissional a partir da proposição de uma modalidade organizativa do trabalho pedagógico. Identificar estratégias didáticas para o desenvolvimento dos diferentes conhecimentos discentes.

Ementa

Intervenção no espaço escolar: observações e vivência no ambiente educacional. Integração da prática com as diferentes disciplinas da matriz curricular perpassando o curso horizontal e verticalmente. Práxis educativa fundamentada na tríade: problematização; intervenção e produção do conhecimento; elaboração de relatórios.

Bibliografia Básica

- BURIOLLA, M. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001. FAZENDA, I. **Práticas**

Interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores.** Unidade Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2001.

PILETTI, Nelson. **Aprendizagem:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520de%2520aprendizagem&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/4127>. Acesso em: 03 set. 2019.

NOGUEIRA, Makeline. **Teorias da aprendizagem:** um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 3. ed. Curitiba: InterSaber, 2017. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520de%2520aprendizagem&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/158417>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ALVES, N. Formação de professores: pensar e fazer. v.30. São Paulo: Cortez, 2011

GEBRAS, R. A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

SCHON, D. Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

VEIGA, I. A. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papirus, 1999.

FOUCAULT, Michel. Transversais entre educação, filosofia e história. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=FOUCAULT&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36744>. Acesso em: 03 set. 2019.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Multiculturalismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/38430>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|---------------------------------------|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História da América Pós-Independência |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender como foram os processos de Independência na América. Analisar as características política, econômica, cultural e social que estavam presentes nesse momento da História americana. Como ficaram cada país após a Independência. Analisar esse processo na prática escolar. | |
| Ementa | |
| A Independência do Estados Unidos da América. A Independência das colônias espanholas. Formação e consolidação dos Estados nacionais. Fronteiras, guerras e identidades nacionais. O panorama sócio-político cultural e econômico da América Independente. A América no ensino. | |
| Bibliografia Básica | |

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. SP, UNESP, 2000

PAMPLONA, M. A.; MÁDER, M. E. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. Vol. 1 a 4: Peru e Bolívia. São Paulo: Paz e Terra, 2007-10.

REMOND, R. **História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1989.

PROBST, M. **Histórias das Américas: da era pré-colombiana às independências**. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=america%2520pos%2520independencia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/42153>. Acesso em: 04 set. 2019.

SANTOS, L. T. dos. **História da América: das independências à globalização**. Curitiba: InterSaber, 2018. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520da%2520Am%25C3%25A9rica%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/149590>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. SP, Edusp, 1998

CARVALHO, E. R. de. **América para a humanidade**. O americanismo universalista de José Martí. Goiânia: Editora UFG, 2003.

GIL, A. C. A. **Tecendo os fios da nação**. Soberana e identidade nacional no processo de construção do estado. Vitória: IHGES, 2001.

GUTIÉRREZ, H.; NAXARA, M. R. C.; LOPES, M. A. de (orgs.). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

JANCSÓ, I. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. A. (org). **História econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MÁDER, M. E. N. de S. “Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica”. In: **Revista de História**, São Paulo n. 159, 2008.

BANDEIRA, L. A. M. **Formação do império americano**. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira, 2006.

MOURA, G. **Estados Unidos e América Latina**. SP, Contexto, 1991.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre, UFRGS, 2003. VILLA, M. A. **A revolução mexicana**. São Paulo: Ática, 1993.

TULCHIN, J. S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=estados%2520unidos&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/37773>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|---|----------------------------|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História do Brasil Império |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender o sistema político brasileiro após a independência, analisando os processos econômicos, sociais e culturais que marcaram a sociedade brasileira no período Imperial. A mão-de-obra escrava e do colono que movimentaram a economia brasileira. Trabalhar com esse período na prática escolar. | |
| Ementa | |
| A chegada da Família Real no Brasil e o processo da Independência. A formação do Estados Unidos do Brasil e a Monarquia. Diversidade socioeconômica do Brasil no início do século XIX. As leis abolicionistas e a chegada dos colonos. A questão indígena. O Brasil Imperial na sala de aula. | |

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, L. F. de. **Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. CARVALHO, J. M. de (org). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil império**. São Paulo: Contexto, 2017. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520imperio&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/55657>. Acesso em: 04 set. 2019.

FELDMAN, A. **Brasil Império: história, historiografia e ensino da história**. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520imperio&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/168149>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo percurso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

.**A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed.

UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 8.ed. São Paulo: Globo, 1989.

JANCSÓ, I. (org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

KODAMA, K. **Os Índios no Império do Brasil: A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Ed. Fiocruz, 2009.

KRAAY, H. **Política racial, estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2011.

MALERBA, J. **A corte no exílio: interpretação do Brasil joanino (1808-1821)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NICOLAZZI, F. (Org.). **História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/52871>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|-----------------------|------------------|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História da Arte |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |

Objetivos

Compreender a Arte ao longo do tempo e a sua relação com homem. Perceber os espaços que a arte ocupou nas diferentes sociedades e tempos. Analisar a expressão artística como característica do seu tempo, assim, percebendo o que a arte tem a contribuir sobre o período que foi produzida. A História da Arte na prática escolar.

Ementa

Relações entre Arte e História. A formação da História da Arte (métodos, abordagens e teorias). A arte como fenômeno social. Sociedade e arte. O fenômeno artístico no contexto cultural dos diferentes períodos históricos. As Novas Tecnologias e o Ensino da Arte A Arte no Brasil. A História da Arte na sala de aula.

Bibliografia Básica

BARBOSA, A. M. T. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. GOMBRICH, E. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: Editora LTC. 2000.

ZAGONEI, B. **Metodologia do Ensino de arte: arte na educação escolar**. IBEPEx, 2008.

ARNOLD, D. **Introdução à história da arte**. São Paulo: Ática, 2008. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=HIST%25C3%2593RIA%2520DA%2520ARTE&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2118>. Acesso em: 04 set. 2019.

DALDEGAN, V.; DOTTORI, M. **Elementos da história das artes**. São Paulo: InterSaberes, 2016. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=HIST%25C3%2593RIA%2520DA%2520ARTE&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/2118>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ARGAN, G. C. **Guia de história da arte**. Lisboa: Editorial Estampa. 1994. BAUMGART, F. **Breve história da arte**. Rio de Janeiro: Martins Editora, 2007. CHILVERS, I. **Dicionário Oxford de Arte**. São Paulo: Martins Editora. 2007.

DEMPSEY, A. **Estilos, escolas e movimentos**. São Paulo: Cosac e Naify. 2011.

JANSON, H.W; JANSON, A. **Iniciação à História da Arte**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes. 2009.

PORTO, H. **Estética e história da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=HIST%25C3%2593RIA%2520DA%2520ARTE&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-7§ion=0#/legacy/129402>. Acesso em: 04 set. 2019.

NUNES, B. **Introdução a filosofia da arte**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=HIST%25C3%2593RIA%2520DA%2520ARTE&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/2233>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|---|--------------------|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Econômica |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Examinar o processo histórico que levou ao estabelecimento dos pressupostos do capitalismo; a inter-relação da economia com as dimensões políticas, social e cultural ao longo dos processos históricos. Analisar as perspectivas da História Econômica na prática escolar. | |
| Ementa | |
| A Economia para o estudo histórico. Os fundamentos da economia. A economia inter-relacionada com as dimensões política, social e cultural. A economia ao longo da história e suas diferentes faces. A formação do capitalismo atual. A formação econômica e social do Brasil. A História econômica nas escolas. | |
| Bibliografia Básica | |

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SILVA, T. T. da (org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

VILAR, P. **Desenvolvimento econômico e análise histórica**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

OLIVEIRA, Renata Eliza de. **Formação do pensamento social, político e econômico do Brasil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=pensamento%2520pol%25C3%25ADtico&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-9§ion=0#/legacy/22237>. Acesso em: 03 set. 2019.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: fundamentos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=economia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-4§ion=0#/legacy/1090>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis RJ: Vozes, 1999.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1997

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KUENZER, A. **A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

PARO, V. H. (org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

RUMMERT, S. M. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo/Niterói: Xamã/Intertexto, 2000.

WEBER, M. **História geral da economia**. São Paulo: Mestre Jou, s/d. WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PAULA, João Antonio de (Org.). **O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Marx%2C%2520Karl&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36796>. Acesso em: 03 set. 2019.

PARKIN, Michael. **Economia**. 8. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=economia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-4§ion=0#/legacy/251>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|----------------------------|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Metodologia da Pesquisa II |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (20+20) |
| PRÉ-REQUISITO | Metodologia da Pesquisa I |
| Objetivos | |
| <p>Conhecer e usar os fundamentos, os métodos e as técnicas de elaboração da pesquisa histórica. Compreender e empregar as diretrizes do trabalho científico para formatação, indicação de citações, uso de fontes de informação e organização de referências. Ampliar o domínio de conhecimento sobre gêneros textuais acadêmicos. Elaborar e apresentar projeto de pesquisa de artigo científico. Avaliar o papel na Universidade como instituição produtora e disseminadora do conhecimento científico. Usar a pesquisa para melhorar a prática escolar.</p> | |
| Ementa | |

Fundamentos da metodologia científica; normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; métodos e técnicas de pesquisa; a comunicação entre os orientados/orientadores; o projeto preliminar de pesquisa; o projeto de pesquisa; o experimento; a comunicação científica; a organização do texto científico Aspectos formais da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

ABNT. NBR: 6023, 6004, 6027, 6028, 10520, 1474.

ANDRÉ, M. (Org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 18. ed. Campinas, SP: 2012. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/168757>. Acesso em: 03 set. 2019.

FERRAREZI Júnior, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto a redação final: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Trabalho%2520Cient%25C3%25ADfco&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/3447>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. **Como apresentar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

MARTINS Júnior, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=trabalho%2520academico&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/149506>. Acesso em: 03 set. 2019.

section=0#/legacy/149506. Acesso em: 03 set. 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/341>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|---|
| SEMESTRE | 5º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao ensino de História |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (35+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Estudar as tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à educação histórica, como possibilidade de orientação da postura didática e investigativa do professor de história. | |
| Ementa | |
| Os aspectos históricos da tecnologia. Apropriação da Tecnologia pela Educação. O contexto socioeducativo dos recursos tecnológicos e sua apropriação no tempo e no espaço. Abordando os conceitos básicos das diferentes linguagens tecnológicas de expressão, informação e comunicação. Novos ambientes virtuais de aprendizagem. A tecnologia a serviço do ensino de História. | |
| Bibliografia Básica | |

MILTON, Vargas. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1994.

MORAN, J.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ, F. **Tecnologias para transformar a educação**. Artmed, Porto Alegre, 2006.

TAJRA, S. F. **Informática na Educação**. São Paulo: Érica: 2004.

BRITO, G. S. **Educação e novas tecnologias: um (re)pensar**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=NOVAS%2520TECNOLOGIAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6093>. Acesso em: 04 set. 2019.

CARVALHO, F. C. A. de. **Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias da informação e da comunicação**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=NOVAS%2520TECNOLOGIAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_6§ion=0#/legacy/1237. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

Integração das Tecnologias na Educação: Salto Para o Futuro. Disponível em:
<http://www.tvebrasil.com.br/salto/livro.htm>. Capturado em 16/06/2010.

LÉVY, Pierre. **Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: ed. 34, 2006. Mídias na Educação. Disponível em <http://webeduc.mec.gov.br/>. Capturado em 28/04/2010

OLIVEIRA NETTO, A. **Novas tecnologias e universidade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PRETTO, N. L. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 11, p. 75-85, 1999.

SILVA, Valdirene Cássia da; COUTO, Edvaldo Souza. “Convergência cultural-midiática: as tecnologias e a fluidez da juventude na cibercultura”. In: **IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14165.pdf>. Capturado em 02/05/2010

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2015. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=NOVAS%2520TECNOLOGIAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/31476>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|--|---------------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Estágio Supervisionado II |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 100 (15+85) |
| PRÉ-REQUISITO | Estágio Supervisionado I |
| Objetivos | |
| Oferecer ao licenciando uma vivência participativa na situação real de trabalho, além da oportunidade de realização das competências exigidas para a atividade profissional docente. | |
| Ementa | |
| Análise e reflexão crítica da prática educativa desenvolvida na escola. Estudo comparativo entre teoria estudada e prática vivenciada. Incurião do aluno na prática pedagógica da escola na função de assistente. Incurião do aluno nas práticas de gestão escolar. Elaboração do projeto de estágio para o ensino fundamental. Planejamento de atividades didáticas: Plano de curso, plano de unidades, plano de aula, minicursos e regência. Produção e utilização de material didático. | |
| Bibliografia Básica | |

BURIOLOLA, M. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001. FAZENDA, I. **Práticas Interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**. Unidade Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2001.

PICONEZ, E. C. B. (Coord.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papyrus, 2015. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=est%25C3%25A1gio&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/2260>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ALVES, N. **Formação de professores: pensar e fazer**. v.30. São Paulo: Cortez, 2011

GEBRAS, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SCHON, D. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

VEIGA, I. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papyrus, 1999.

MOREIRA, A. F. B. (org.) **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papyrus, 1997.

POOLI, João Paulo [et al.]. **Projetos interdisciplinares**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=projetos&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6108>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|------------------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História do Brasil República |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |

Objetivos

Compreender os processos históricos que culminaram com a proclamação da República brasileira. Perceber os aspectos político, econômico, social e cultural que propiciaram a República no Brasil. Analisar as diferentes fase da República brasileira e como ela se desenvolveram. Discutir como trabalhar a república em sala de aula.

Ementa

O esgotamento da Monarquia e construção da República no Brasil. O ideais Abolicionistas e republicanismo. Os primeiros anos da República e seu contexto sócio-político cultural e econômico. A Era Vargas. O Estado autoritário: política cultural e política econômica. Anos 1950: nacionalismo e desenvolvimentismo. O estudo da República brasileira nas salas de aula.

Bibliografia Básica

COSTA, E. V. da. A proclamação da República. In: **Da Monarquia à República**. São Paulo: EDUNESP, 1999.

DELGADO, L. de A. (org.) **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2003.

GOMES, A. de C. **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República**. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520do%2520Brasil%2520Rep%25C3%25BAblica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/39146>. Acesso em: 04 set. 2019.

HAAG, F. R. **História e historiografia do Brasil República**. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria%2520do%2520Brasil%2520Rep%25C3%25BAblica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/169740>.

Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

- BEIGUELMAN, P. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASTRO, C. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CHALLOUB, S. **Visões de liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, Tomo III (O Brasil Republicano). Vols. 1 e 2. (ou vols. 8 e 9).
- GOMES, Â. C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. HOLANDA, S. B. de. **Do Império à República**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. JANOTTI, M. de L. M. **O Coronelismo**. São Paulo: Brailiense, 1992.
- MOURA, G. **A campanha do petróleo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. 4a ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BENEVIDES, M. V. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- NICOLAZZI, F. (Org.). **História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/52871>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|---|-------------------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Educação Especial e Inclusiva |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (35+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Instrumentalizar-se, por meio de conhecimentos teóricos e metodológicos, para o trabalho pedagógico com as diferenças, objetivando a adoção de uma prática inclusiva de ações intencionais e éticas, vislumbrando a permanência do educando com deficiência, com Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação no espaço escolar com qualidade e acesso ao conhecimento. | |
| Ementa | |
| Diversidade e diferença no contexto escolar. Abordagem histórica da Educação Especial no Brasil. Fundamentos da educação inclusiva. O atendimento educacional especializado. O currículo na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações de acesso ao currículo. Acessibilidade. O processo de escolarização do aluno com: deficiência física, intelectual, sensorial; Transtornos Globais de Desenvolvimento; Altas Habilidades. Projetos educacionais na escola inclusiva. | |

Bibliografia Básica

- CEDI. **Educação de jovens e adultos. Subsídios para a elaboração de políticas municipais.** São Paulo, CEDI, 1990. COLL, C. e outros (orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação – Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem,** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004 (v. 3).
- GONZÁLES, E. **Necessidades Educacionais Específicas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** Cortez, 2011.
- PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças.** São Paulo: Artmed, 2001.
- STAINBACK S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão.** Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=inclus%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6406>. Acesso em: 03 set. 2019.
- LOPES, Maura Corsini. **Inclusão e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=inclus%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36763>. Acesso em: 03 set. 2019.
- STOBAUS, Clauss Dieter; MOSQUEIRA, Ruan José Mourino (Org.). **Educação e inclusão: perspectivas desafiadoras.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/52843>. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

- AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola – alternativas teóricas e práticas,** 2 ed., São Paulo: Summus, 1998.
- CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre, Mediação, 2004.
- CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- . **Temas em educação especial.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- FARAH, I. **Somos todos iguais?** São Paulo: Memnon, 2006.
- MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro: WVA, 2000. MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005. RAMOS, R. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva.** São Paulo: SUMMUS, 2010.
- DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=inclus%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36761>. Acesso em: 03 set. 2019.
- SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=inclus%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6199>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|--|------------------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Educação de Jovens e Adultos |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (35+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender o papel social, político e cultural da educação de jovens e adultos no contexto atual; Conhecer e analisar as políticas públicas no âmbito da educação de jovens e adultos; Conhecer e problematizar os processos de ensino- aprendizagem e as alternativas metodológicas na educação de jovens e adultos. | |

| Ementa |
|---|
| <p>Políticas públicas na educação de jovens e adultos (EJA). Alfabetização de jovens e adultos: fundamentos teórico- metodológicos. A construção do projeto político-pedagógico de EJA. Programas e alternativas metodológicas na área de EJA. Os novos suportes técnicos-informacionais, a educação à distância em EJA.</p> |
| Bibliografia Básica |
| <p>CARVALHO, C. Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, 1989.</p> <p>CEDI. Educação de jovens e adultos. Subsídios para a elaboração de políticas municipais. São Paulo, CEDI, 1990. GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo, Cortez, 1995.</p> <p>ALBULQUERQUE, E. B. C. de. Alfabetização de jovens e adultos: perspectiva de letramento. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=EJA&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3&section=0#/legacy/3652 6. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização. Nelo horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=EJA&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3&section=0#/legacy/36544. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>PEREIRA, M. L. A construção do letramento na educação de jovens e adultos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=EJA&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3&section=0#/legacy/36495. Acesso em: 04 set. 2019.</p> |
| Bibliografia Complementar |
| <p>AQUINO, J. G. (org.). Diferenças e preconceito na escola – alternativas teóricas e práticas, 2 ed., São Paulo: Summus, 1998.</p> <p>.(org.). Erro e Fracasso Escolar – alternativas teóricas e práticas, São Paulo: Summus, 1997.</p> <p>MAGLAIVE, G. Ensinar adultos. Portugal, Porto editora, 1995.</p> <p>RAAB. Práticas educativas e a construção do currículo. In: Revista de educação de jovens e adultos: Alfabetização e cidadania. São Paulo, nº 11, abril, 2001.</p> <p>LEAL, T. F. Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=EJA&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3&section=0#/legacy/36530. Acesso em: 04 set. 2019.</p> |

| | |
|-----------------------|---|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |

| Objetivos |
|--|
| <p>Analisar e compreender os princípios e fundamentos do planejamento, do currículo e da avaliação a partir de uma leitura historiográfica das tendências pedagógicas no Brasil;</p> <p>Elaborar, refletir e executar por meio de projetos o planejamento escolar em seus diferentes níveis de ensino; Compreender e identificar as diferentes teorias do Currículo e suas implicações na prática pedagógica; Analisar e compreender as concepções e parâmetros da avaliação da aprendizagem a partir dos referenciais das Diretrizes Curriculares Nacionais e de modelos adotados em outros países.</p> |

| Ementa |
|---|
| <p>O Planejamento da Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade. Análise das políticas educacionais e dos planos e diretrizes para a educação básica. Estrutura e organização do sistema de ensino brasileiro. Políticas educacionais e legislação de ensino: LDB, DCNs, PCNs. Aprendizagem e subjetividade. Psicologia do desenvolvimento e relações com a prática educativa. Teoria Tradicional, teoria crítica e pós crítica do currículo suas continuidades e rupturas. Avaliação na educação básica e os instrumentos oficiais: SAEB e ENEM.</p> |
| Bibliografia Básica |
| <p>BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96). BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.</p> <p>BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001. CHARLOT, B. Da relação com o saber. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.</p> <p>TAILLE, Y.de La. O erro na perspectiva piagetiana. In: AQUINO, J.G. Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed., 4ª.ed, 1997.</p> <p>APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994, p. 39-57.</p> <p>KLIEBARD, H. Burocracia e teoria de currículo. In: MESSIK, R.; PAIXÃO, L.; BASTOS, L. (Orgs.). Currículo: análise e debate. São Paulo: Zahar, 1980. p.107-126.</p> <p>KLIEBARD, H. Os princípios de Tyler. In: MESSIK, R.; PAIXÃO, L.; BASTOS, L. (Orgs.) Currículo: análise e debate. São Paulo: Zahar, 1980. p.107-126.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. MOREIRA, A. F. B. A crise da teoria curricular crítica. 1999.</p> <p>SILVA, M. R. da. Perspectivas curriculares contemporâneas. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=DIRETRIZES%2520CURRICULARES&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/3620. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>MACEDO, R. S. Atos de currículo e autonomia pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=DIRETRIZES%2520CURRICULARES&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/49141. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>CERVI, Regiane Medeiros. Planejamento e avaliação educacional. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/6219. Acesso em: 04 set. 2019.</p> |
| Bibliografia Complementar |

BRZEZINSKI, I. (Org.) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEWEY, J. **Pode a educação participar na reconstrução social?** Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p.189-193, jul/dez,2001.

MENEZES, L.C **O novo público e a nova natureza do ensino médio**. Estudos Avançados,15 (42), 2001. SOUSA, S. Z. **A que veio o ENEM?** Revista de Educação AEC, n.113, out/dez,1999, p.53-60.

OLIVEIRA, M. K. Sobre diferenças individuais e diferenças culturais: o lugar da abordagem histórico cultural. In: AQUINO, J.G. **Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Ed., 4ª.ed, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília. 1998. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências naturais**. Brasília. 1998. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AVALIA%25C3%2587%25C3%2583O%2520EDUCACIONAL%2520%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/54227>. Acesso em: 04 set. 2019.

NOGUEIRA, Makeline. **Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico**. 3. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520de%2520aprendizagem&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/158417>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|---|----------------------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Contemporânea Ocidental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| A disciplina tem o propósito de apresentar e debater algumas das possíveis interpretações da história cultural, social e conceitual da Europa ocidental durante o longo século XIX (1789-1914). Também tem o objetivo de problematizar as relações políticas, econômicas e culturais entre o continente europeu e as demais regiões do mundo no contexto deste recorte temporal. | |
| Ementa | |
| Liberalismo e Socialismo. A consolidação do Capitalismo e os movimentos sociais do século XIX. Uma análise das origens da situação pré-Primeira Guerra Mundial e suas consequências imediatas. O impacto da Revolução Russa. A crise de 1929. A ascensão do nazismo e a segunda grande Guerra. Guerra Fria e descolonização. O mundo pós-guerra. Sociedade pós-industrial e Globalização. A História contemporânea na sala de aula. | |
| Bibliografia Básica | |

BARRACLOUGH, G. Introdução à História Contemporânea. São Paulo: Círculo do Livro, 1980
 HART, L. As grandes guerras da história. 6ª ed. São Paulo: IBRASA, 2005.
 MOURA, G.; FALCON, F. A Formação do Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1983.
 PESAVENTO, S. J. História e história cultural. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
 Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36714>. Acesso em: 04 set. 2019.
 BARROS, J. A. História Comparada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/54234>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ARENDE, H. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
 CROUZET, M. História Contemporânea (3 volumes).in HGC. Rio de Janeiro:Difel, 1968.
 FERNANDES, L. URSS: ascensão e queda. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.
 HARDT, M.; NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001. HILL, C. Lênin e a Revolução Russa. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
 HIRST, P.; THOMPSON, G. Globalização em Questão. Petrópolis: Vozes, 1998
 HOBSBAWN, E. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
 .A Era dos Extremos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras,1995.
 .A Era dos Impérios. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
 HUNTINGTON, S. P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.
 Kernshaw, I. Hitler: um perfil do poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993
 LABROUSSE, E. e MOUSNIER, R. O Século XVIII (2 volumes) in HGC. São Paulo:Difusão Européia do Livro, 1989. LEFEBVRE, G. 1789 (O surgimento da Revolução Francesa). Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1989.
 MAURO, F. História Econômica Mundial: 1790-1970. São Paulo: Zahar, 1977. RÉMOND, R. O Século XX. São Paulo: Cultrix, 1990.
 Said, E. W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
 FONSECA, T. N. de L. História e ensino da história. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historia%2520contemporanea&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/36588>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|---|--------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História da África |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Apresentar ao aluno um panorama geral da história e da historiografia do continente africano. Fornecer materiais para investigação complementar (documentos escritos, imagens e fontes orais). Analisar a História da África na prática escolar.</p> | |
| Ementa | |

A África na historiografia. Aspectos introdutórios: definições e conceitos. A África Pré-Colonial e as migrações dos povos banto. Povos e impérios do Saara e do Sahel. O Reino do Congo. A África e a Escravidão Moderna. A diáspora africana.

Colonização e descolonização do continente africano nos séculos XIX e XX. A África na sala de aula.

Bibliografia Básica

HERNANDEZ, L. L. **África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008. MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2014.

THORNTON, J. K. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520da%2520africa&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6729>. Acesso em: 04 set. 2019.

VISENTINI, P. F. **História da África e dos africanos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520da%2520africa&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/38431>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BONZATTO, E. A. **Aspectos da História da África, da Diáspora africana e da escravidão**. São Paulo; Icone, 2011. COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. São Paulo: Cortez, 2011.

FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1997

LOPES, N.; MACEDO, J. R. **Dicionário de História da África – século VII a XVI**. São Paulo: Autêntica Editora, 2017. LOVEJOY, P. E. **A escravidão na África**. Uma história e suas transformações, tradução Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, El. **África negra**. História e civilizações. Salvador / São Paulo: EDUFBA / Casa das Áfricas, 2009.

OLIVA, A. R. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, 2003, pp. 421-461.

PEREIRA, A. D; VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D. T. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SARDE NETO, E. **História e historiografia da África**. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520da%2520africa&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/173304>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|--|--------------------------------------|
| SEMESTRE | 6º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Língua Brasileira de Sinais - Libras |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (20+20) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Entender os conceitos da Libras através de um percurso histórico dos Surdos, além de informá-los na prática da Língua Brasileira de Sinais, ampliando o conhecimento dos alunos. | |
| Ementa | |
| Esta disciplina objetiva desenvolver as habilidades necessárias para a aquisição de Libras - a língua da modalidade visual e gestual da Comunidade Surda. Abrange os conteúdos gerais para comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e da Cultura Surda. Aspectos históricos da surdez e da modalidade gestual-visual de fala na Antiguidade e na Modernidade; os surdos como uma minoria linguística; as correntes filosóficas; a educação de | |

surdos no Brasil e a legislação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, E. C. de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais de Libras**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2004.

MAZZOTA, M. J. da S. **Educação Inclusiva - uma escola para todos**. In: Anais do Seminário Nacional do INES - Desafios para o Próximo Milênio, 2000.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

BAGGIO, Maria Auxiliadora. **Libras**. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=libras&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/129456>. Acesso em: 03 set. 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (Org.). **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=libras&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/169745>. Acesso em: 03 set. 2019.

CHOI, Daniel. [et. al.]. **Libras: além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=libras&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_6§ion=0#/legacy/2658. Acesso em: 03 set. 2019.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F. C.; Walkiria Duarte Raphael. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue: Língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2010.

GESSER, A. **Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

HONORA, M. F.; ESTEVES, M. L. **Livro ilustrado de língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

MAZZOTA, M. J. da S. **Educação Inclusiva - uma escola para todos** In: *Anais do Seminário Nacional do INES - Desafios para o Próximo Milênio*, 2000.

Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Rafael Dias (Org.). **Educação bilíngui e língua brasileira de sinais: libras**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=libras&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/30955>. Acesso em: 03 set. 2019.

LOPES, Maura Corsini. **Surdez e educação**. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=surdez&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/115240>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|-----------------------|----------------------------|
| SEMESTRE | 7º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Estágio Supervisionado III |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 100 (15+85) |
| PRÉ-REQUISITO | Estágio Supervisionado II |

| Objetivos |
|---|
| Oferecer ao discente a oportunidade de experimentar situações de efetivo exercício profissional como professor de história em escolas do ensino fundamental e médio. |
| Ementa |
| Elaboração de diagnóstico a partir das observações. Propor projetos de intervenção na realidade escolar. Elaboração do projeto de estágio para o ensino médio. Planejamento de atividades didáticas: Plano de curso, plano de unidades, plano de aula, minicursos e regência. Produção e utilização de material didático. Elaboração de relatórios. |
| Bibliografia Básica |
| <p>BURIOLLA, M. Estágio Supervisionado. São Paulo: Cortez, 2001. FAZENDA, I. Práticas Interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores. Unidade Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>PICONEZ, E. C. B. (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papyrus, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=est%25C3%25A1gio&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/2260. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>POOLI, João Paulo [et al.]. Projetos interdisciplinares. Curitiba: InterSaber, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=projetos&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/6108. Acesso em: 03 set. 2019.</p> |
| Bibliografia Complementar |
| <p>ALVES, N. Formação de professores: pensar e fazer. v.30. São Paulo: Cortez, 2011</p> <p>GEBRAS, R. A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>SCHON, D. Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 2000.</p> <p>VEIGA, I. A. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papyrus, 1999.</p> <p>PILETTI, Nelson. Aprendizagem: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teoria%2520de%2520aprendizagem&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/4127. Acesso em: 03 set. 2019.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Multiculturalismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/38430. Acesso em: 03 set. 2019.</p> |

| SEMESTRE | 7º |
|---|---------------------------------|
| COMPONENTE CURRICULAR | Democracia e Ditadura no Brasil |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| O objetivo do curso é compreendermos o processo democrático no Brasil, seus percalços e consolidação. A interposição da Ditadura e como ela marcou a sociedade brasileira e sua democracia. O processo ditatorial e abertura democrática nas perspectivas política, econômica, social e cultural. A Democracia e a Ditadura na prática escolar. | |
| Ementa | |

Economia Política e Sociedade na República Trabalhista Após Vargas. Economia, Política e Sociedade sob o Regime Militar. A Transição Democrática Brasileira. Uma Transição Negociada. A Crise do Desenvolvimentismo e a solução Neoliberal. Política Social na Década de 1990: retração e resistências. A Ditadura e a democracia na sala de aula.

Bibliografia Básica

FICO, C. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar, RJ/SP, Record, 2004. LAVAREDA, A. **A Democracia nas Urnas**. Rio, Rio Fundo Ed. / IUPERJ, 1991.

SALLUM, B. **Crise do Estado e Redemocratização**. Labirintos: dos generais à nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASALECCHI, J. E. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=ditadura%2520brasil&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/35259>. Acesso em: 04 set. 2019.

FICO, C. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=ditadura%2520brasil&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/35259>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

ABREU, A. A. (org) **A Democratização do Brasil**: Atores e Contextos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, Vozes, 1989.

AQUINO, R. S. L. **Um Tempo para não Esquecer**: 1964-1985. Rio de Janeiro, Coleitovo/Achiamé, 2010. BADARÓ, M. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/EdUNB, 2001.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERREIRA, J. (org) **O Populismo e sua História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, J. e REIS, D.A. **Revolução e Democracia (1964 ...)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CORTELLA, M. S. [et al.]. **Verdades e mentiras**: ética e democracia no Brasil. Campinas, SP, Papirus 7 Mares,

2017. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=democracia%2520brasil&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/52083>. Acesso em: 04 set. 2019.

VARELLA, F. **História e historiadores no Brasil**. Porto alegre, EDPUCRS, 2015. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=brasil%2520colonial&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/31216>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|-----------------------|---------------------------------|
| SEMESTRE | 7º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História Contemporânea Oriental |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |

Proporcionar uma visão geral da história da Ásia do início do século XIX aos dias atuais, com ênfase nas regiões do extremo Oriente, Ásia meridional e Sudeste asiático. Discutir o conceito de “Oriente” e como ele influencia os estudos sobre a Ásia no mundo ocidental. Analisar os diversos aspectos das experiências de colonização e descolonização no continente. - Estudar a história do Oriente não apenas a partir de textos de autores ocidentais, mas também de autores do próprio oriente. Estimular reflexões sobre as perspectivas futuras dos países do Oriente. Trabalhar com tema na prática escolar.

Ementa

A Ásia e suas regiões tem coerência histórica, contatos econômicos e ideológicos? O significado do encontro desigual da Ásia com o mundo ocidental. O papel do radicalismo muçulmano no Oriente Médio. Tensões entre identidades étnicas, regionais e religiosas em relação ao Estado na Ásia meridional. A virada pós-comunista na China. Os "Tigres Asiáticos". Diferenças e semelhanças entre rumos regionais de desenvolvimento no período pós-Guerra Fria e suas causas anteriores.

Bibliografia Básica

- BIANCO, L. **Ásia Contemporânea**. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. SEGRILLO, A. (ed.) **História Revisionista da Ásia e Outros Ensaio do Laboratório de Estudos da Ásia da USP**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.
- PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3§ion=0#/legacy/36714>. Acesso em: 04 set. 2019.
- BARROS, J. A. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/legacy/54234>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

- FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China, uma Nova História**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- GIORDINI, M. C. **História da Ásia anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOURLANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PANIKKAR, K.M. **A dominação ocidental na Ásia: Do século XV a nossos dias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. MISHRA, P. **Tentações do Ocidente: a modernidade na Índia, no Paquistão e mais além**. São Paulo: ed. Globo, 2007.
- MORTON, W. S. **China: história e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986
- REIS FILHO, D. A. **A Construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHWARTZ, G. **Lições da Economia Japonesa**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SEGRILLO, A. **Ásia e Europa em Comparação Histórica: o debate entre eurocentrismo e asiacentrismo na história econômica comparada de Ásia e Europa**. Curitiba: editora Prismas, 2014.
- .;PENNAFORTE, C. (eds.) **A Ásia no Século XXI: olhares brasileiros**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.
- SHENG, S. **A História da China Popular no Século XX**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.
- SPENCE, J. D. **Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FONSECA, T. N. de L. **História e ensino da história**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=historia%2520contemporanea&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/36588>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|-----------------------|---------------------------------------|
| SEMESTRE | 7º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Educação Ambiental e Sustentabilidade |

| | |
|--|-----------|
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Despertar no acadêmico do curso de Licenciatura em História valores éticos e de formação da cidadania, que os leve a compreender e usar de modo sustentável os complexos sistemas ambientais dos quais fazemos parte. | |
| Ementa | |
| Vivemos tempos de crise ambiental. Faz-se necessário criar práticas pedagógicas que abordem as dimensões ambientais, conforme sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Introdução do aluno à discussão entre educação e meio ambiente. Conscientização das questões fundamentais em meio ambiente. Promoção de práticas pedagógicas que facilitem tornar conhecidas, debatidas e propagadas com interdisciplinaridade, políticas públicas em favor do meio ambiente. | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>CASCINO, F. Educação ambiental: princípios, história, formação de professores. São Paulo: SENAC, 2000.</p> <p>HOGAN, D. et al. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: MCT- Signus, 2000.</p> <p>MEDINA N. M.; SANTOS, E. C. Educação Ambiental: Uma Metodologia Participativa de Formação. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>MENDONÇA, Francisco de Assis. Meio ambiente e sustentabilidade. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=meio%2520ambiente&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2&section=0#/legacy/168146. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>PELLIZZOLI, M. L. Ética e meio ambiente para uma sociedade sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Sociedade%2520e%2520meio%2520ambiente&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/53766. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |
| <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: DP&A, 2000. v.9.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução Brasília: DP&A, 2000. v.1.</p> <p>CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Natureza. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>LUZZI, Daniel. Educação e o meio ambiente: uma relação intrínseca. Barueri, SP: Manole, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Sociedade%2520e%2520meio%2520ambiente&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-17&section=0#/legacy/3330. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>CURRIE, Karen L. Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática. Campinas, SP: Papyrus, 2016. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=meio%2520ambiente&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-1&section=0#/legacy/38878. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| SEMESTRE | 7º |

| | |
|---|---|
| COMPONENTE CURRICULAR | Metodologia e Prática de Ensino em História I |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (20+60) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Proporcionar a compreensão do que é ser sujeito de sua própria história. Conhecer a trajetória da História como disciplina escolar. Conhecer algumas propostas pedagógicas para o ensino de História, produzidas pelas Secretarias de Estados e Municípios brasileiros e pelo Ministério da Educação. Apresentar as diversas correntes historiográficas e sua contextualização social. Possibilitar o trabalho com os conceitos básicos articulados pelos historiadores.</p> | |
| Ementa | |
| <p>Introdução às características epistemológicas do campo das Ciências Humanas e da História. O surgimento da História enquanto área de conhecimento desde o século XIX. Os conceitos históricos contemporâneos e sua contextualização social. As principais tendências historiográficas. A História enquanto campo de pesquisa e a História escolar. A percepção da realidade cotidiana através de conceitos históricos; a possibilidade de compreensão do homem enquanto sujeito da História. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de História. A História ensinada nos livros didáticos: análise comparativa e prática.</p> | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. KARNAL, L. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004. SILVA, T. N. M. B.; RABELLO, H. J. O ensino de História: utilização do documento escrito. Niterói, UDUFF, 1992. CAVAZZANI, A. L. Ensino da história: itinerário histórico e orientações práticas. Curitiba: InterSaber, 2017. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/122475. Acesso em: 04 set. 2019. GUIMARÃES, S. Didática e prática de ensino de história: experiências reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/21438. Acesso em: 04 set. 2019. AVELAR, A. de S. Os desafios do ensino de história: problemas, teorias e métodos. Curitiba: InterSaber, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/5993. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |
| <p>BITTENCOURT, C. M. F. (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papyrus, 2007. PENTEADO, H. Metodologia de Ensino de História e Geografia. São Paulo: Cortez, 1994. PINSKY, J. O Ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009. PROENÇA, M. C. Ensinar e Aprender História. Liboa: Belo Horizonte, 1990. SCHMIDT, M, CAINELLI, M. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.</p> | |

VEIGA, I. P. da.; SILVA, E. F. da. (org.). **A escola mudou**. Que mude a formação de professores! Campinas: Papirus, 2010.

PAULINO, C. V. [et al.]. **Perspectivas do ensino de história: teorias, metodologias e desafios para o século XXI**. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/160321>. Acesso em: 04 set. 2019.

VACONCELOS, J. A. **Metodologia do ensino de história**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6052>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|--|----------------------------------|
| SEMESTRE | 7º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Trabalho de Conclusão de Curso I |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Dirigir o estudante ao desenvolvimento de atividades práticas realizadas no contexto de uma organização. Capacitar o estudante ao planejamento da pesquisa (formulação do projeto de pesquisa) que norteará as atividades relacionadas ao programa de Estágio Supervisionado. | |
| Ementa | |
| Orientação das Atividades realizadas no Estágio Supervisionado. Relatório de Estágio. Estudo exploratório. Questões de pesquisa. Objetivos da pesquisa. Fixação de parâmetros. Planejamento operacional de pesquisa. A escolha do Tema. Elementos constitutivos do projeto de Estágio Supervisionado. Formatação do tema. Elaboração do problema. Formulação do método de análise. Definição das técnicas de material. Elaboração do cronograma. | |
| Bibliografia Básica | |
| GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica . 7ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2011. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed., São Paulo: Cortez, 2007. MARTINS Júnior, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=trabalho%2520academico&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/149506 . Acesso em: 04 set. 2019. FERRAREZI Júnior, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto a redação final: monografia, dissertação e tese . São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Trabalho%2520Cient%25C3%25ADfco&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2&section=0#/legacy/3447 . Acesso em: 04 set. 2019. | |
| Bibliografia Complementar | |

AMBONI, N.; AMBONI, N. F. **Metodologia para elaboração de trabalhos acadêmicos e empresariais.** Florianópolis: Fundação ESAG, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2 Edição, São Paulo: Cortez, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, J. M. **Manual de Metodologia de Pesquisas Científicas.** 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia.** 12. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VERGARA, S.C. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 13ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2§ion=0#/legacy/341. Acesso em: 04 set. 2019.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos da metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:
https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2§ion=0#/legacy/419. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|---|----------------------------|
| SEMESTRE | 8º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Estágio Supervisionado IV |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 100 (15+85) |
| PRÉ-REQUISITO | Estágio Supervisionado III |
| Objetivos | |
| Reforçar o encontro discente com o cotidiano escolar. Possibilitar aos futuros professores a compreensão das estratégias cotidianas de sala de aula no ensino médio, abrindo espaço para que eles possam desenvolver propostas diversas (observação, organização de materiais, fichamentos, correção de materiais, regência de turmas...) na relação ensino-aprendizagem da História, no segmento de 1º a 3º do ensino médio. Oportunizar ao futuro docente a experiência de realizar a transposição didática dos conteúdos acadêmicos de História para a educação básica. (Estágio Supervisionado baseado nas deliberações da Lei 9394/199). | |
| Ementa | |
| Participação no cotidiano escolar. Entendimento das relações discência-docência no ensino médio. Desenvolvimento de estratégias e metodologias de aprendizagem na História do ensino básico. Regência de aulas no segmento de 1º a 3º ano do ensino médio, em escolas de rede do ensino médio. | |
| Bibliografia Básica | |

ABREU, M. e SOIHET, R. (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2a ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CAVAZZANI, A. L. **Ensino da história: itinerário histórico e orientações práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/122475>. Acesso em: 04 set. 2019.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de história: experiências reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2015. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/21438>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BALDIN, N. **A História dentro e fora da escola**. Florianópolis: Ed. da EFSC, 1989.

BICUDO, M. A. V. (org.). **Formação de professores: da incerteza à compreensão**. São Paulo: EDUSC, 2003. DAVIES, N. (org.) **Para além dos conteúdos do ensino de História**. Niterói, EdUFF, 2000.

DAYRELL, J. (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. FARIA, A. L. **Ideologia no Livro Didático**. São Paulo: Cortez (Col. Polêmicas do nosso tempo, 17).

FAZENDA, I. C. A. e outros. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. São Paulo: Papirus, 1991 (Col. Formação e Trabalho Pedagógico).

MARTINS, M. do C. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NEME, A. L. L. e MARTINS, J. C. **Didática de história: o tempo vivido**. São Paulo: FTD, 1996.

NEVES, M. A. M. **Ensinando e aprendendo História**. São Paulo: EPU, 1985.

PINSKI, J. **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988. REIS, C. E. dos. **História social e ensino**. Chapecó: Argos, 2001.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Centro de Estudos Libertadores.

PICONEZ, E. C. B. (Coord.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 2015. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=est%25C3%25A1gio&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/2260>. Acesso em: 03 set. 2019.

| | |
|---|--|
| SEMESTRE | 8º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Metodologia e Prática de Ensino em História II |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (20+60) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Delimitar os fundamentos teórico-metodológicos da prática de ensino de história no Ensino Fundamental e Médio. Contextualizar as práticas pedagógicas do ensino de História ao longo do tempo. Analisar os currículos e programas de História nas instituições públicas e privadas. Identificar os conceitos básicos para o Ensino e História. Discutir estratégias e recursos para o Ensino de História. Refletir sobre o papel e as estratégias de avaliação no Ensino de História. Analisar as questões atuais do ensino.</p> | |

| Ementa |
|--|
| <p>Compreender os processos de ensino e de aprendizagem. Teoria e metodologia para o ensino. O conhecimento histórico e suas interpretações. O estudo temático como instrumento para o ensino de história. O método retrospectivo como instrumento da percepção da realidade histórica do aluno. Trabalho com documentos Projetos pedagógicos e sua aplicabilidade. A organização do trabalho docente e a construção dos projetos didáticos: planejamento, execução e avaliação. O Plano de Aula/ação e seus elementos: elaboração e desenvolvimento. Avaliação: conceituação, concepções, funções, instrumentos e resultados.</p> |
| Bibliografia Básica |
| <p>QUELUZ, Ana Gracinda (Orientação); ALONSO, Myrtes (Organização). O Trabalho Docente Teoria & Prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>SCHON, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Artmed. 2008</p> <p>ZABALZA, Miguel A. Diários de Aula. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>PAULINO, C. V. [et al.]. Perspectivas do ensino de história: teorias, metodologias e desafios para o século XXI. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/160321. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>VACONCELOS, J. A. Metodologia do ensino de história. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/6052. Acesso em: 04 set. 2019.</p> |
| Bibliografia Complementar |
| <p>CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Organizadoras). Ensinar a Ensinar- Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê?. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MONTEIRO, A. M. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: ARTMED, 2000.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Docência do Ensino Superior. Cortez. 2014.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Técnicas de ensino: por que não?. 18. ed. Campinas: Papirus, 2007. KARNAL, L. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>GUIMARÃES, S. Didática e prática de ensino de história: experiências reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/21438. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>AVELAR, A. de S. Os desafios do ensino de história: problemas, teorias e métodos. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520e%2520pratica%2520do%2520ensino%2520de%2520hist%25C3%25B3ria&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/5993. Acesso em: 04 set. 2019.</p> |

| | |
|--|--|
| SEMESTRE | 8º |
| COMPONENTE CURRICULAR | Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (75+5) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| <p>Analisar a formação cultural e social do Brasil, compreendendo as diferenças étnicas e culturais presentes na formação do Brasil. Perceber a construção da Identidade brasileira. Os indígenas, africanos e europeus na formação da sociedade nacional. Analisar como debater em sala de aula a Identidade brasileira.</p> | |
| Ementa | |
| <p>Os indígenas, os europeus e os negros africanos em terras brasileira. A relação deles ao longo da História do Brasil. A construção da Identidade brasileira e a importância de dos indígenas e dos negros. A identidade fluída que permite repensar e reconstruir a identidade do país. A cultura africana e indígena nas escolas.</p> | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>ALBURQUERQUE, W.; FRAGA, W. Uma História do Negro no Brasil. Salvador: CEAO; Brasília: Fundação Palmares, 2006.</p> <p>ALMEIDA, M. R. C. de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.</p> <p>MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001.</p> <p>MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Padr%25C3%25B5es%2520de%2520Cultura&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2&section=0#/legacy/1467. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>SALAINI, Cristian Jobi. Globalização, cultura e identidade. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=globaliza%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2&section=0#/legacy/3242. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>MÜLLER, Cíntia Beatriz. Teoria dos movimentos sociais. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Movimento%2520oper%25C3%25A1rio%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/9957. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, M. R. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

FUNARI, P. A arqueologia e a cultura africana nas Américas. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 17, n. 2, 1991, p. 61- 72.

MONTEIRO, J. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, J. **Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência). Campinas: UNICAMP, 2001.

OLIVEIRA, J. P. de (org). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1999.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, P. R. **A questão racial e a educação**. São Paulo, Folha de São Paulo, 2001.

MOREIRA, Cláudia R. B. S. **História do Brasil: sociedade e cultura**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=hist%25C3%25B3ria%2520do%2520brasil&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6390>. Acesso em: 04 set. 2019. .

LOEWE, Daniel. **Multiculturalismo e direitos culturais**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2011. Disponível em:
<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Multiculturalismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2§ion=0#/legacy/3085>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|--|---|
| SEMESTRE | 8º |
| COMPONENTE CURRICULAR | ECA e Adolescente em conflito com a lei |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| Compreender os princípios e garantias constitucionais. Analisar os princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Proporcionar estudos sobre os princípios e regras que se aplicam aos menores de dezoito anos – no Brasil, sua evolução, a posição da criança e do adolescente na família e na sociedade, o tratamento dado ao adolescente em conflito com a lei. Analisar o sistema de direitos e garantias da criança e do adolescente. Situar a criança ou o adolescente como sujeito de direitos e alvo de proteção do ordenamento jurídico pátrio. | |
| Ementa | |
| Contexto histórico da proteção jurídica e social da infância brasileira. Teoria da Situação de Risco e Doutrina da Proteção Integral. Aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito fundamental. Política de atendimento. Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. O Adolescente em Conflito com a Lei. Atos infracionais. Medidas socioeducativas. Justiça da infância e da juventude. Crimes e infrações administrativas. O Estatuto da Criança e do Adolescente na realidade brasileira. Aspectos críticos e Perspectivas. | |
| Bibliografia Básica | |

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

CURY, GARRIDO; MARÇURA. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado**. São Paulo: Revista dos Tribunais. ELIAS, R. J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva.

ISHIDA, V. K. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Atlas. LIBERATI, W. D. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros.

Gestão da Políticas de Direito ao Adolescente em Conflito com a Lei. Editora Letras Jurídicas, 2012.

PAULA, P. A. G. de. **Conselho Tutelar: atribuições e subsídios para o seu funcionamento**. São Paulo: CBIA.

Menores, direito e justiça: apontamentos para um novo direito das crianças e dos adolescentes. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VOLPI, M. **O Adolescente e o Ato Infracional**. Editora Cortez, 2005.

ZAGAGLIA, R. A. **Criança e adolescente**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=ECA&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/37852>. Acesso em: 04 set. 2019.

LAMENZA, F. **Estatuto da criança e do adolescente interpretado**. Barueri, SP: Manole, 2012. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Estatuto%2520da%2520Crian%25C3%25A7a%2520e%2520do%2520Adolescente%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-17§ion=0#/legacy/3332>. Acesso em: 04 set. 2019.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.068/90)**. Brasília: 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE** (Lei nº 12.594). Brasília: CONANDA, 2012. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de Internação**. Relatório – Programa Justiça ao Jovem, 2012.

FALEIROS, V. de P. *Infância e processo político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene. PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009

GUALBERTO, J. das G. **G Educação escolar de adolescentes em contextos de privação de liberdade: um estudo de política educacional em escola de centro socioeducativo**. 2011. 126 f. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_GualbertoJG_1.pdf

MACHADO, M. T. **A proteção constitucional de criança e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri, SP: Manole, 2003. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Estatuto%2520da%2520Crian%25C3%25A7a%2520e%2520do%2520Adolescente%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/1136>. Acesso em: 04 set. 2019.

| | |
|-----------------------|------------------------|
| SEMESTRE | 8º |
| COMPONENTE CURRICULAR | História da Tecnologia |

| | |
|--|-----------|
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 40 (40+0) |
| PRÉ-REQUISITO | |
| Objetivos | |
| O Objetivo dessa disciplina é perceber a evolução da tecnologia ao longo do tempo, desde a construção da roda as mais recentes tecnologias. Compreender a tecnologia em suas especificidades temporais e como elas foram implantadas e importantes ao longo da História. Perceber a Tecnologia na prática escolar. | |
| Ementa | |
| Conceitos de tecnologia. énicas e Religião na Idade Média. Tecnologia e Ciência no Renascimento. Tecnologia, Iluminismo e Revolução Industrial (1750-1850). Tecnologia e Modernidade (1850-1900). Tecnologia e Modernidade no Brasil (1890-1930). Tecnologia, Urbanização e Sociedade do Espetáculo (1930-1990). A Tecnologia no ensino de História na escola. | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>GAMA, R. História da Técnica e da Tecnologia. São Paulo: EDUSP, 1985.</p> <p>VARGAS, M. História da Técnica e da Tecnologia no Brasil. São Paulo: UNESP, 1995.</p> <p>OROZCO, G. G. Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI. Comunicação e educação. São Paulo: n. 23, p. 57-70, jan./abr. 2002.</p> <p>CARVALHO, F. C. A. de. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias da informação e da comunicação. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=NOVAS%2520TECNOLOGIAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_6&section=0#/legacy/1237. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=NOVAS%2520TECNOLOGIAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/31476. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |
| <p>FERREIRA, C. A. L. A importância das novas tecnologias no ensino de História in Universa. Brasília, n. 1, fevereiro de 1999.</p> <p>FIGUEIREDO, L. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>GAMA, R. A Tecnologia e o Trabalho na História. São Paulo: Nobel/Edusp, 1986. GIMPEL, J. A Revolução Industrial na Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. ROSSI, P. Os Filósofos e as Máquinas. São Paulo: Cia das Letras, 1989. MORAN, J. M. Tecnologias para uma nova educação. São Paulo: USP, 1997.</p> <p>SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ, F. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006. SANTOS, L. G. dos. Tecnologia, natureza e a redescoberta do Brasil. In: Politizar as novas tecnologias. O impacto sócio técnico da informação digital genética. São Paulo: Editora 34, 2003.</p> <p>VALENTE, J.A. (org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: NIED/Unicamp, 1999.</p> <p>BRITO, G. S. Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=NOVAS%2520TECNOLOGIAS&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4&section=0#/legacy/6093. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| SEMESTRE | 8º |

| | |
|---|-----------------------------------|
| COMPONENTE CURRICULAR | Trabalho de Conclusão de Curso II |
| CARGA HORÁRIA (T+P) | 80 (20+60) |
| PRÉ-REQUISITO | Trabalho de Conclusão de Curso I |
| Objetivos | |
| Dirigir o estudante ao desenvolvimento de atividades práticas realizadas no contexto de uma organização. Capacitar o estudante ao planejamento da pesquisa (formulação do projeto de pesquisa) que norteará as atividades relacionadas ao programa de Estágio Supervisionado. | |
| Ementa | |
| Preparo do aluno, por meio de conceitos e pesquisas, a entender a interdisciplinaridade do curso e trabalhar em grupo e preparar um trabalho acadêmico, levando sempre a ideia de desenvolvimento de um projeto, usando sempre metodologia, referências bibliográficas, redação e apresentação final. | |
| Bibliografia Básica | |
| <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 7 Edição, São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed., São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MARTINS Júnior, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=trabalho%2520academico&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1&section=0#/legacy/149506. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos da metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2&section=0#/legacy/419. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |
| Bibliografia Complementar | |
| <p>AMBONI, N.; AMBONI, N. F. Metodologia para elaboração de trabalhos acadêmicos e empresariais. Florianópolis: Fundação ESAG, 2006.</p> <p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2 Edição, São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed., São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>PEREIRA, J. M. Manual de Metodologia de Pesquisas Científicas. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. VERGARA, S. C. Métodos de Pesquisa em Administração. 13ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=_2&section=0#/legacy/341. Acesso em: 04 set. 2019.</p> <p>FERRAREZI Júnior, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto a redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Trabalho%2520Cient%25C3%25ADfco&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=2&section=0#/legacy/3447. Acesso em: 04 set. 2019.</p> | |

6 CORPO DOCENTE

6.1 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Funcionamento de instância(s) coletiva(s) de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do curso.

6.1.1 Estrutura Organizacional

São órgãos da administração da Faculdade:

- Diretoria
- Conselho Acadêmico
- Coordenação Pedagógica

São órgãos acadêmicos:

- Coordenadorias
- Colegiado de curso

Poderão integrar à estrutura organizacional da EDUCA+ outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativo.

Na EDUCA+ existem duas instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do Curso de Licenciatura em História: o NDE — Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso.

6.1.2 Composição do NDE - Núcleo Docente Estruturante e Colegiado

O NDE — Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso de Licenciatura em História são compostos pelo seguinte quadro docente, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do PPC - Projeto Pedagógico do Curso. O NDE e o Colegiado do referido curso são compostos por:

- **Composição do NDE e do Colegiado do Curso**

| Docentes | Titulação | Experiência Magistério (anos) | |
|----------------------------------|-----------|-------------------------------|-----------------|
| | | Educação Básica | Ensino Superior |
| Elton Oliveira Souza de Medeiros | Doutor | - | 5 |

| | | | |
|-------------------------------|--------|----|-----|
| Nilo Dias de Oliveira | Doutor | 12 | 7 |
| Helena Wakim Moreno | Mestre | 1 | 5 |
| Danielle do Nascimento Rezera | Mestre | 3 | 7 |
| Alexandre Queiroz de Oliveira | Mestre | 1 | 1,5 |

Todos os docentes do NDE participam da implementação e consolidação do presente PPC do curso em questão.

6.1.3 Titulação do NDE e Colegiado

Os docentes que compõem o NDE do Curso de Licenciatura em História possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Todos nomeados conforme portaria de nomeação, e evidenciados no quadro anterior.

6.1.4 Experiência Profissional do NDE e Colegiado

Os docentes, evidenciados no quadro disponibilizado anteriormente, e responsáveis pelo NDE do Curso de Licenciatura em História, da EDUCA+, fazem parte de uma das faces do tripé que envolve as seguintes características: o domínio na área do conhecimento; a experiência profissional naquela área; e o domínio didático-pedagógico.

6.1.5 Regime de Trabalho do NDE

Dos docentes que compõem o NDE do Curso de Licenciatura em História, 100% deles já trabalham em regime de tempo parcial.

6.1.6 Titulação, Formação Acadêmica e Experiência do Coordenador do Curso

A coordenação do Curso de Licenciatura em História, que conta com o apoio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante, se realizada pelo Prof. Dr. Elton O. S. Medeiros. Graduou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 2006 defendeu dissertação de mestrado e em 2011 defendeu sua tese de doutorado – ambas na área de História Social, também na USP. Entre 2013 e 2014 fez um estágio pós-doutoral de um ano na Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade de Winchester, na Inglaterra, com apoio da CAPES. Tem experiência na área de História Antiga, Medieval e Moderna com ênfase em História e Literatura Medieval norte-europeia, atuando principalmente no campo da

História Política, História Militar, Crítica Literária, História da Religiosidade e História do Esoterismo Ocidental. Atua também em grupos de pesquisa nacionais e internacionais - como o Brathair (Grupo de Estudos Celtas e Germânicos) e a ISAS (International Society of Anglo-Saxonists).

6.1.7 Atuação do Coordenador do Curso

A participação dos coordenadores de cursos e professores em órgãos Colegiados está prevista no Regimento Interno da EDUCA+ no Conselho Acadêmico. A gestão e a coordenação didático-pedagógica da EDUCA+ será exercida pelo Coordenador Pedagógico designado pela

Mantenedora e, assim, o coordenador do curso possui habilitação condizente ao curso, com condições de um melhor acompanhamento do curso, sendo suas atribuições:

- Definir ou redefinir a concepção, os objetivos e finalidades e o perfil do profissional a ser formado pelo curso;
- Colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a ser formado e com as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- Promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- Fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- Estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares;
- Executar periodicamente a auto-avaliação do curso e a avaliação institucional;
- Opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- Apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- Decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto neste Regimento e em normas do Conselho Acadêmico;
- Definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;

- Estimular o programa de monitoria;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- Estimular práticas de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- Exercer outras atribuições conferidas por este Regimento e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

6.1.8 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

A partir da aprovação/MEC deste PPC o coordenador estará contratado em regime integral de 40 (quarenta) horas para coordenar o Curso de Licenciatura em História, por esta IES.

Portanto, o coordenador do curso em questão, deve ser contratado em regime de tempo integral (40 horas), dedicada as atividades acadêmicas e administrativas. Considera-se importante, também, que ao menos uma parte da carga horária do coordenador seja dedicada à docência para que mantenha um contato estreito com o cotidiano acadêmico do curso. O coordenador do curso, também é o presidente do Conselho de Curso, do NDE e participa, regularmente, nas reuniões dos órgãos colegiados da EDUCA+.

6.2 Quadros / Demonstrações do Corpo Docente

O processo de preparação dos materiais envolve equipes especializadas de multiprofissionais: professores, tutores, *designers*, editores, servidores e técnicos administrativos, que atuam em conjunto; e, de forma atingir os objetivos propostos, os colaboradores recebem capacitação das equipes envolvidas pelas Oficinas de Preparação de Professores e Tutores para a EaD, com a finalidade de garantir a qualidade do curso.

Desta feita, tem como política a contratação e reposição de professores com considerável experiência profissional aliada a uma sólida formação acadêmica.

Considerando sua missão, visão e o caráter fortemente vocacional de seus currículos, a prioridade em termos de composição do corpo docente é para professores que atuem profissionalmente nas áreas em que lecionam, porém sem desconsiderar a

titulação acadêmica. A IES busca combinar estes indicadores com outros fatores, tais como: pluralidade de origem institucional onde se formaram os docentes e equilíbrio em termos de faixa etária, com participação de jovens que iniciam sua trajetória acadêmica ao longo dos últimos cinco anos e outros docentes bastante experientes.

Há uma efetiva preocupação com a aderência dos professores em relação aos conteúdos ministrados; os docentes são incentivados, durante as reuniões acadêmico-pedagógicas, pelas coordenações dos cursos de graduação e suas respectivas diretorias, à socialização de suas experiências profissionais e acadêmicas com os demais colegas. Essa transferência de conhecimento e análise crítica dos planos de ensino das respectivas disciplinas proporcionam oportunidade ímpar para atualização dos conteúdos e consequente aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

A IES acredita ser fundamental compor seu quadro docente com professores que estejam alinhados com a estrutura institucional e com seus objetivos mais legítimos, que acabam por se constituir como identidade da EDUCA+ e seu PPI: ou seja, um grupo de docentes que não apenas se identifica com este PPC como, também, contribui de forma vigorosa para seu aperfeiçoamento e gradual eficácia teórica e metodológica.

A referência a essa aderência do perfil docente em face da concepção do presente PPC é relevante na medida em que o 'Projeto' é socialmente construído, e que um de seus atores principais é exatamente o grupo de professores que o realiza cotidianamente, a partir de suas próprias perspectivas sobre a educação: são as competências e habilidades do corpo docente que, afinal, tornam concreto o que é apenas intenção. Assim, PPCs e currículos deixam de serem abstrações, apenas quando se materializam em forma de práticas e resultados alcançados.

Em decorrência de sua missão, em relação ao corpo docente, a EDUCA+ pretende atender aos requisitos legais em relação à titulação dos professores, ou mesmo ultrapassá-los na medida da conveniência e possibilidade. O planejamento acadêmico-pedagógico da área contempla como essencial nos processos para seleção e contratação de docentes uma avaliação de perfil psicológico-profissional por meio de uma prova situacional, teste de personalidade, dinâmica específica e entrevista individual. Agregue-se a essas medidas uma apresentação pessoal com a simulação de uma aula, a partir de tema escolhido em comum acordo com o docente.

6.2.1 Titulação e % de Participação da Titulação do Corpo Docente

A princípio, os quadros que seguem dos docentes do Curso de Licenciatura em História mostram os 15 (quinze) professores que iniciarão o curso e a % das respectivas titulações no curso:

| TITULAÇÃO | Quant. | % |
|-----------|--------|------|
| DOUTOR | 04 | 27% |
| MESTRE | 11 | 73% |
| TOTAL | 15 | 100% |

Abaixo, segue a lista com a titulação máxima de cada professor.

| Corpo Docente | Titulação |
|--|-----------|
| Alexandre Queiroz de Oliveira | Mestre |
| Camila Biasotto de Araujo Schwarzinger | Mestre |
| Claudinéia Alves | Mestre |
| Danielle do Nascimento Rezera | Mestre |
| Danielle Oliveira Mercuri | Mestre |
| Elton Oliveira Souza de Medeiros | Doutor |
| Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva | Mestre |
| Fabricio Trevisan Florentino da Silva | Mestre |
| Helena Wakim Moreno | Mestre |
| Lia Sipaúba Proença Brusadin | Mestre |
| Michelle Tasca | Doutora |
| Natália Frazão José | Doutora |
| Nilo Dias de Oliveira | Doutor |
| Rosemeire Coelho N. Gonçalves | Mestre |
| Vírginia Vieira Marcondes | Mestre |

6.2.2 Número de disciplinas por Docentes

O Curso de Licenciatura em História da EDUCA+ possui 50 disciplinas (básicas e gerais) em sua grade curricular; e, se considerando que ele é ministrado durante 8 (oito) semestres, e que o número de docentes do curso a princípio serão 15 docentes, temos a média de 3 a 4 disciplinas por docente.

Os docentes que compõem o Curso de Licenciatura em História atendem o que está expresso no PDI da IES, por meio do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, publicado em maio de 2018.

Abaixo, segue um quadro dos docentes e o respectivo regime de trabalho de cada um:

| Corpo Docente | Regime |
|--|---------------|
| Alexandre Queiroz de Oliveira | Parcial |
| Camila Biasotto de Araujo Schwarzinger | Parcial |
| Claudinéia Alves | Parcial |
| Danielle do Nascimento Rezera | Parcial |
| Danielle Oliveira Mercuri | Parcial |
| Elton Oliveira Souza de Medeiros | Parcial |
| Ewerton Luiz Figueredo Moura da Silva | Parcial |
| Fabricio Trevisan Florentino da Silva | Parcial |
| Helena Wakim Moreno | Parcial |
| Lia Sipaúba Proença Brusadin | Parcial |
| Michelle Tasca | Parcial |
| Natália Frazão José | Parcial |
| Nilo Dias de Oliveira | Parcial |
| Rosemeire Coelho N. Gonçalves | Parcial |
| Vírginia Vieira Marcondes | Parcial |

6.2.3 Experiência Profissional do Corpo Docente

Abaixo, segue a lista dos docentes com o número de anos de experiência de magistério superior de cada um deles:

| Nome | Experiência Magistério (anos) | |
|--|--------------------------------------|------------------------|
| | Educação Básica | Ensino Superior |
| Alexandre Queiroz de Oliveira | 1 | 1,5 |
| Camila Biasotto de Araujo Schwarzinger | 8 | - |
| Claudinéia Alves | - | 14 |
| Danielle do Nascimento Rezera | 3 | 7 |
| Danielle Oliveira Mercuri | 6 | 1 |
| Elton Oliveira Souza de Medeiros | - | 5 |
| Ewerton Luiz Figueredo Moura da Silva | 8 | - |
| Fabricio Trevisan Florentino da Silva | 1 | - |
| Helena Wakim Moreno | 1 | 5 |
| Lia Sipaúba Proença Brusadin | - | 5 |
| Michelle Tasca | - | 3 |

| | | |
|-------------------------------|----|----|
| Natália Frazão José | 3 | - |
| Nilo Dias de Oliveira | 12 | 7 |
| Rosemeire Coelho N. Gonçalves | 14 | 10 |
| Vírginia Vieira Marcondes | 32 | 5 |

6.3 Estrutura Técnico-Administrativa

O corpo técnico-administrativo da EDUCA+ está estruturado de modo a dar suporte com qualidade, eficiência e rapidez à atividade fim da instituição: o ensino. Para tal, há departamentos administrativos que atendem à instituição como um todo. Esses setores são:

- Departamento Financeiro – Localizado na sede da mantenedora, entretanto, mantém um representante na sede da mantida.
- Departamento de Comunicação – Localizado na sede da mantenedora; entretanto, mantém um representante na sede da mantida.
- Recursos Humanos e Departamento Pessoal – Localizado na sede da mantenedora, entretanto, mantém um representante na sede da mantida.
- Tecnologia da Informação (TI) - Localizado na sede da mantenedora, entretanto, mantém um representante na sede da mantida.
- Secretaria – Localizada no andar térreo da mantida, com estrutura adequada para o atendimento das demandas do alunado.

6.4 Sobre os Cursos Oferecidos a Distância

6.4.1 Material didático e instrucional

Conforme já descrito minuciosamente nesse PPC no item 3.6, referente ao Corpo Docente e Técnico Administrativo, ressaltamos aqui que o material didático será constituído por apostilas (livros da disciplina) e videoaulas: as apostilas serão disponibilizadas de forma digital, com direito de impressão para o estudante. Serão escritas, preferencialmente, pelos professores de cada disciplina (conteúdistas), com base nas ementas e bibliografias indicadas, e seguirão a cronologia de oferta do curso. Os temas de cada disciplina serão apresentados por meio de textos descritivos e explicativos, permeados por imagens ilustrativas, de acordo com a sua natureza.

As videoaulas serão gravadas e disponibilizadas no AVA — Ambiente Virtual de Aprendizagem, para acesso do estudante. Não serão permitidas cópias e a única forma de assistir a elas será por meio do AVA. As aulas tratarão dos temas de cada disciplina na sequência prevista na ementa e utilizarão diferentes tecnologias e metodologias de ensino. Poderão ser expositivas, na forma de debates com convidados especiais; gravadas em ambientes externos; ou de outras formas, apropriadas à abordagem dos temas. Estas videoaulas serão disponibilizadas para os estudantes seguindo a cronologia de oferta do curso, em consonância com a matriz curricular. Uma vez postadas no ambiente virtual, ficam disponíveis para acesso a qualquer tempo, permitindo ao estudante a flexibilidade de tempo e a possibilidade de revisão a qualquer tempo.

As leituras complementares poderão ser indicadas por meio de arquivos em PDF para *download* ou por meio de *links* que levem às páginas de conteúdos internos do AVA, ou até mesmo externos.

O Guia Geral do Curso é documento digital construído com textos, imagens e *links* para vídeos, que tem por finalidade disponibilizar ao estudante todas as informações relativas ao funcionamento do curso, cujo conteúdo será indexado para facilitar o acesso e o entendimento. Nele constarão informações relativas à estrutura do curso, seu funcionamento, duração, dentre outras, consistindo em um resumo do PPC- Projeto Pedagógico do Curso, em questão, didaticamente construído para que o estudante possa ter uma visão total do curso.

O Guia Geral do Estudante terá a mesma estrutura do Guia Geral do Curso. Nesse caso, tratará das questões relativas especificamente ao estudante diante do curso. Nele constarão: o cronograma das atividades do curso; as informações de como funciona o AVA, inclusive com indicação de links para os tutoriais; as formas de comunicação com tutores, com endereços eletrônicos, fóruns e chats com dias e horários, no caso do atendimento síncrono. Muitas informações serão comuns a ambos os guias.

6.4.2 Equipe Profissional Multidisciplinar

A oferta da educação a distância requer uma equipe multidisciplinar capaz de planejar, produzir e distribuir todas as atividades educacionais, de tal maneira que facilite ao máximo a realização do curso pelo estudante.

No caso dos cursos oferecidos pela EDUCA+ o planejamento e a oferta do curso estarão a cargo do Coordenador Geral, acompanhado pelos professores de cada disciplina e por uma equipe técnica de produção e distribuição de mídias.

As questões pedagógicas serão fornecidas pelos professores, tais como a definição do conteúdo de cada aula e das atividades de verificação do aprendizado, e serão encaminhadas à equipe de produção de mídia, para formatação e gravação das videoaulas, quando, por fim, serão postadas no AVA para acesso dos estudantes.

Esse processo ocorre dinamicamente ao longo do oferecimento do curso, seguindo sua cronologia. Dessa forma é possível realizar as adequações que se fizerem necessárias e percebidas nos processos de avaliação da aprendizagem realizados ao final de cada módulo do curso ou em decorrência das manifestações dos estudantes nos ambientes próprios do AVA.

6.4.3 PFC — Programa de Formação Continuada de Tutores, Técnicos e Administrativos

A EDUCA+ proporcionará aos tutores, aos técnicos e aos administrativos uma formação continuada com o objetivo de, aos seus conhecimentos específicos, acrescentar outros que sejam importantes para que realizem suas atividades com maior competência e qualidade.

A formação continuada será oferecida em ciclos anuais, por meio de dois módulos denominados inicial e continuado, com duração de 10 e 40 horas, respectivamente, utilizando metodologia a distância. A participação dos colaboradores na formação continuada é obrigatória e será aferida por meio da entrega de atividades no AVA, específico para esse fim.

Os temas oferecidos no módulo inicial – de preferência, antes do início da atividade ou nas suas primeiras semanas de trabalho – destinam-se a profissionais recém contratados que ainda não possuem grande experiência. O colaborador contratado que comprovar experiência de pelo menos 2 (dois) anos estará dispensado de cumprir o módulo inicial. O módulo continuado será cumprido por todos, independente a formação ou do tempo de serviço.

A cada execução de um ciclo do PFC, no módulo continuado, os conteúdos dos temas serão modificados, de forma que o colaborador tenha acesso a uma atualização permanente. No módulo inicial, os conteúdos serão aqueles mínimos para o início das suas atividades em sala de aula. A cada cumprimento de um ciclo de formação continuada, o colaborador receberá um certificado, no qual estarão especificados os temas e conteúdos com a respectiva carga horária.

7 INFRAESTRUTURA

7.1 Instalações Gerais (observar PDI)

| Dependências/Serventias | Quantidade | M ² |
|---|------------|----------------|
| Sala de Direção | 01 | 16,04 |
| Sala de Coordenação (6º andar) | 01 | 60,604 |
| Sala de Coordenação (térreo) | 04 | 47,43 |
| Sala de Professores | 01 | 41,25 |
| Sala de Recursos Materiais/Almoxarifado | 01 | 37,45 |
| Salas de Aula | 28 | 50,40 |
| Sanitários Fem. | 06 | 39,56 |
| Sanitários Masc. | 05 | 39,56 |
| Sanitário Deficiente | 07 | 9,24 |
| Sanitário dos Professores (masc./fem.) | 02 | 4,94 |
| Pátio Coberto/Área de Lazer/Convivência | 01 | 464,75 |
| Setor de Atendimento/Tesouraria | 02 | 14,96 |
| Secretaria | 02 | 16,27 |
| Praça de Serviços/Praça de Alimentação | 01 | 464,75 |
| Laboratórios de Informática | 01 | 77,90 |
| Auditório | 01 | 97,70 |
| Laboratório Experimental | 01 | 51,04 |
| Biblioteca | 01 | 119,28 |
| Hall de Recepção | 01 | 61,04 |
| Área de Convivência | 01 | 464,75 |
| Outras dependências | 01 | 218,00 |

7.2 Infraestrutura Específica para o Curso

A infraestrutura específica descrita neste tópico refere-se aos recursos de biblioteca de suporte ao Curso de Licenciatura em História, o Laboratório Experimental e o Laboratório de Informática.

As demais instalações e componentes da infraestrutura são elementos do PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional, do qual este projeto é parte integrante.

- Recursos de Biblioteca e de Suporte ao Curso

A biblioteca de uma IES possui um papel primordial ao dar o suporte ao ensino difundido dentro dela, assim como às atividades de pesquisa e extensão realizadas pela IES a qual pertence. Além disso, com um bom acervo de livros, periódicos e publicações dos mais variados assuntos, bem como a presença de espaços físicos acolhedores, que promovam a interação entre os frequentadores, a simples existência da biblioteca dentro de uma IES já funciona como um grande incentivo ao hábito da leitura. Por tudo isso, é importante que as bibliotecas nas IES sejam valorizadas e preservadas, e que os professores da instituição incentivem a utilização desse espaço de saber em seus alunos, indicando bibliografias e livros presentes no acervo.

Assim, para garantir a ampliação e assegurar a qualidade do acervo à biblioteca da EDUCA+ conta com uma Política de Desenvolvimento de seu acervo, que determina a inclusão de lançamentos atualizados do mercado editorial, nas áreas de atuação dos cursos desta IES, e que contribuam com a formação educativa e profissional do corpo docente e discente da instituição.

Desta forma, o acervo é composto pela sugestão bibliográfica feita pelos professores e alunos, catálogos atualizados de diversas editoras, livrarias e pesquisas em outras bibliotecas. A biblioteca atende sugestões bibliográficas dos coordenadores de curso. Também, docentes, funcionários e alunos, podem solicitar ao coordenador, que repassa, se necessários, diretamente para a gerência da biblioteca.

A EDUCA+ disponibiliza a Biblioteca Virtual Universitária da Pearson Education do Brasil, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) como acervo de mais de 4.000 títulos em diversas áreas do conhecimento, que pode substituir parte da bibliografia básica e até 100% da biblioteca complementar. Permite, também, a integração com outros acervos da biblioteca tradicional, facilitando as buscas. Dentre as facilidades estão: consulta a milhares de obras, leitura integral na tela do computador, bem como editor de texto e anotações eletrônicas nas páginas, além da possibilidade de marcar como favoritos determinados títulos para pesquisas específicas.

A aquisição do acervo se apresenta sob as seguintes formas:

Compra: centraliza o processo de compra de publicações e materiais informacionais. Ao atender sugestões para aquisição, existe um processo de prioridade para compra; literatura básica, indicação de leitura (feita pelo professor), sugestões de funcionários e alunos.

Doação: o processo de recebimento de doação contempla livros, periódicos e outros suportes informacionais; havendo interesse para o acervo, são encaminhados para análise,

verificando a pertinência temática e o estado de conservação do material. Sendo que esta avaliação é de responsabilidade da equipe bibliotecária.

Os serviços oferecidos pela Biblioteca para os usuários são: consultas, reservas, empréstimos para os diversos usuários e empréstimos domiciliares. O serviço de empréstimo, consultas e reservas obedecem a regulamento próprio.

Por fim, a biblioteca é dirigida por profissional devidamente habilitado na área, com formação em biblioteconomia, contratada pela mantenedora, com as seguintes atribuições:

- ✓ Registrar, catalogar, classificar e conservar o material bibliográfico da EDUCA+;
- ✓ Organizar coleções de referência bibliográfica e mantê-las atualizadas;
- ✓ Manter serviços de informações e intercâmbios;
- ✓ Exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento Interno da EDUCA+, ou as que lhe forem conferidas pela diretoria.

Funcionando como fonte de consultas e referências, a Biblioteca cumpre um importante papel na formação e na vida profissional do educando, e não deixa de ser uma das grandes possibilidades laboratoriais para o aprendizado acadêmico.

Atuando, também, como centro de documentação e informação da EDUCA+, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso é livre, mediante a comprovação da vinculação a Faculdade.

Além do acervo específico da área, a Biblioteca manterá à disposição dos alunos de Licenciatura em História, obras de referência, acervo abrangente a outras áreas de conhecimento e futuramente disponibilizará, aos alunos e professores, uma biblioteca eletrônica, que poderão ser utilizados nos computadores disponíveis, contribuindo para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

Como já informado anteriormente, ressaltamos que com a rápida expansão da sociedade do conhecimento, informações ágeis e eficientes são indispensáveis. Por este motivo, a biblioteca da EDUCA+ tem como responsabilidade apoiar, organizar e disseminar todas as formas de conhecimento necessárias ao desenvolvimento acadêmico do corpo docente, corpo discente, e de outros usuários que possam vir a integrar a comunidade assistida pela biblioteca através de convênios, trabalhos assistenciais ou qualquer outro projeto institucional que se dirija para fora dos portões da Faculdade. Para que estes propósitos se realizem, a biblioteca da EDUCA+ disponibilizará:

- ✓ Acervo plenamente inserido nos padrões de qualidade exigidos, composto por ampla quantidade de material informacional atualizado;
 - ✓ Instalações adequadas, conforme exigências do MEC, atendendo necessidades de conforto assim como de segurança;
 - ✓ Tratamento técnico de todo material, contando ainda com programa para administração do mesmo;
 - ✓ Serviços e produtos em constante processo de melhoria, desenvolvidos por pessoal técnico capacitado.
- Espaço Físico: a área total da Biblioteca é de 119,28 m², distribuídos conforme quadro a seguir:

| INFRA-ESTRUTURA | Nº | Área |
|---|----|--------------|
| Disponibilização do Acervo /Consulta ao acervo | 01 | 25,00 |
| Leitura em grupo/circulação | 01 | 41,00 |
| Leitura individual | 06 | 14,00 |
| Administração e processamento técnico do acervo/recepção e atendimento ao usuário | 01 | 6,00 |
| Acesso a Internet | - | sim |
| Ambiente privado para estudo em grupo | 02 | 8,00 |
| TOTAL | | 94,00 |
| Legenda: | | |

Nº é o número de locais existentes; Área é a área total em m².

- **Horário de funcionamento:** o quadro a seguir apresenta os horários em que a biblioteca está disponível aos seus usuários:

| HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO | | | | | | |
|--------------------------|--------|-----|--------|-----|--------|-----|
| Dias da semana | MANHÃ | | TARDE | | NOITE | |
| | INÍCIO | FIM | INÍCIO | FIM | INÍCIO | FIM |
| Segunda a sexta-feira | - | - | 13h | 18h | 18h | 22h |
| Sábado | 7h | 12h | | | | |

- **Acervo do Curso**

- ✓ Livros

O acervo específico para o curso de Licenciatura em História conta com livros, obras de referência, obras clássicas de autores nacionais e estrangeiros e obras contemporâneas.

Dentre esses exemplares, estarão, obrigatoriamente, os títulos relacionados como bibliografia básica das disciplinas neste projeto, em quantidades de volumes plenamente adequadas ao número de alunos (um volume para cada seis alunos na bibliografia básica).

Além desse acervo específico que é priorizado, a Biblioteca terá à disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento que serão utilizados nos computadores, à disposição dos alunos, e que contribuirão para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

| LIVROS | | PERIÓDICOS (Assinaturas Correntes) | PERIÓDICOS (Assinaturas Correntes online) |
|---------|------------|--|---|
| TÍTULOS | EXEMPLARES | | |
| 692 | 6.959 | 0 | 0 |

| ÁREAS | TÍTULOS | VOLUMES | PERIÓDICOS | Audiovisual | | |
|---------------------------------|------------|--------------|----------------------------|-------------|------------|-----------|
| | | | (Assinaturas Correntes) | Vídeos | CD-ROMs | DVDs |
| Ciências Humanas | 188 | 2.330 | 0 | 1 | 22 | 36 |
| Ciências Sociais e Aplicáveis | 208 | 2.632 | | - | 47 | 0 |
| Linguagens e Artes | 158 | 1.031 | | - | 10 | - |
| Ciências Matemáticas e Naturais | 138 | 966 | | - | 54 | - |
| TOTAL | 692 | 6.959 | 0 | 1 | 133 | 36 |

- Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A EDUCA+ aprovou políticas de expansão e de atualização do acervo bibliográfico a partir da consciência de que a biblioteca é setor primordial para se obter um bom patamar de desempenho. Organizada de forma matricial, a biblioteca funciona como uma espécie de *umbilicus institutionis* - capaz de satisfazer as demandas de conhecimento nas áreas de ensino, pesquisa, tecnologia e serviços.

As diretrizes básicas que orientam o enriquecimento e a atualização da bibliografia à disposição dos usuários estão assim sumarizadas:

- ✓ Consignação de recursos anuais no Planejamento Econômico-Financeiro, para aquisição de títulos e de periódicos do curso pleiteado;
- ✓ Realização de campanhas junto às comunidades atingidas diretamente pela Faculdade, visando a doação de livros e periódicos;

- ✓ Reuniões periódicas com professores e alunos para indicação de títulos de bibliografia básica das disciplinas do curso interessado ou de áreas conexas, seguindo-se, na elaboração das listas, as referências adotadas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. As indicações serão encaminhadas para análise do setor competente;
- ✓ Levantamento das estatísticas sobre a demanda dos títulos disponíveis nas estantes, para avaliar o grau de aceitação entre os usuários;
- ✓ Consultas periódicas a professores e alunos, para indicação de títulos que alarguem o acervo das matérias/disciplinas de cada curso ministrado na Faculdade;
- ✓ Verificação de catálogos de livrarias e editoras, para conhecer os novos lançamentos, seja de livros, seja de periódicos e posterior discussão com os professores e alunos sobre o encaminhamento de novos pedidos;
- ✓ Intercâmbio epistolar com editoras e livrarias, inclusive com solicitação de exemplares em regime de consignação, para conhecimento do corpo docente;
- ✓ Celebração de convênios com instituições similares, com vistas à permuta de livros e periódicos e a troca de experiências de gestão de biblioteca;
- ✓ Convites a editoras e livrarias para que utilizem espaços de convivência internos, com exposição de livros, revistas e material bibliotecário;
- ✓ Avaliação anual do sistema de catalogação e disposição do acervo nas estantes, tendo em vista a otimização dos serviços.

As consultas serão otimizadas com a utilização das assinaturas de convênios com outras bibliotecas, centros educacionais e científicos e ligação em rede, via Internet, para acesso a base de dados e acervos amplos, indispensáveis ao incremento das funções do ensino superior.

- **Equipamentos:**

- ✓ Equipamentos de Informática

O quadro a seguir exposto demonstra a estrutura tecnológica existente na EDUCA+, com as respectivas configurações e softwares utilizados:

Quadro dos Equipamentos e mobiliários

| DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA | |
| Ar condicionado de 18.000 btu's | 3 |
| servidor com link de 50 MB/Core i7 4.7 Ghz | 2 |
| Microcomputadores/Core i5 2.5 Ghz | 55 |

| | |
|---------------------------------|---|
| Roteadores/Gigabit RV 320-K9-NA | 2 |
| Impressora HP 930 C | 2 |

✓ **Recursos Audiovisuais e Multimídia**

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a IES propiciará à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, de acordo com o quadro seguinte:

| TIPO DE EQUIPAMENTO | QUANTIDADE |
|-----------------------------------|------------|
| Monitores | 16 |
| Videocassete | 02 |
| DVD | 03 |
| Retroprojektor | 15 |
| Projektor multimídia | 08 |
| Microsystem com CD e fita cassete | 09 |
| Máquina Fotográfica Digital | 01 |

✓ **Existência da rede de comunicação (internet)**

| TIPO DE EQUIPAMENTO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Telas/ monitores | 5 |
| Notebooks | 55 |
| Projetores | 08 |
| Scanner de voz para deficientes visuais | 1 |
| Máquina fotográfica digital | 2 |

7.3 Dimensões, Indicadores, Processos e Instrumentos da Autoavaliação

| DIMENSÕES | INDICADORES | PROCESSOS/ METODOLOGIA | INSTRUMENTOS |
|-------------------------------------|--|--|--|
| PDI | Documentos legais; Objetivos, duração e carga horária do curso; Perfil profissiográfico; Necessidades e expectativas do sistema produtivo. | Levantamento, organização, análise do regulamento | Fichas de registro e relatórios. |
| Projeto Pedagógico | Matriz curricular: Ementário; Planos e programas de ensino. Regime acadêmico. Disciplinas; Atividades complementares de ensino Estágio supervisionado. | Compatibilidade das disciplinas x carga horária. Análise do perfil profissional x perspectivas do mercado de trabalho. Metodologia e articulação com o processo ensino-aprendizagem. Eficiência e eficácia do estágio, em relação à interação do processo ensino aprendizagem x sistema produtivo. | Registro dos documentos e analise. Registros dos documentos e analise. Ficha de registros. |
| Corpo docente | Regime de trabalho (integral, parcial) carga horária. Qualificação Acadêmica (titulação). Adequação de professores à disciplina do curso (qualificação e experiência profissional relativa à disciplina) Critérios de seleção. Relação professor/ aluno por disciplina. Produtividade do corpo docente (trabalhos publicados, participação em seminário etc.) Autoestima e avaliação dos pares. Avaliação do desempenho do professor pelos alunos. Indicie de satisfação e insatisfação dos alunos. | Compatibilização dos alunos aprovados x quantidade de profissionais necessários ao mercado; análise da produtividade x regime de trabalho e carga horária; Análise do professor pelos alunos; Análise da relação estágio supervisionado x docente envolvido; Organização análise, descrição e interpretação dos dados levantados. | Questionários, fichas de registros, reuniões, palestras, seminários, recursos audiovisuais |
| Corpo Técnico-administrativo | Formação. Regime de trabalho. | Compatibilidade entre a quantidade x qualidade, em relação às demandas operacionais. | Reuniões, pesquisa através de questionários. |
| Responsabilidade social | Empregabilidade x trabalhabilidade. Acessibilidade: ingresso, permanência e promoção dos indivíduos e cidadãos. | Impacto para o desenvolvimento regional e nacional. Relação setor público e privado. Política de ação inclusiva para o fortalecimento da democracia. | Pesquisa junto à comunidade discente, e o sistema produtivo, utilização de questionários, desenvolvimento de |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | | | atividades. |
| Comunicação com a sociedade | Recursos e qualidade da comunicação, interna e externa. Quais meios de comunicação utiliza? Divulgação das informações. | Compatibilização dos recursos utilizados, clareza, precisão, frente às demandas. | Coleta e análise dos instrumentos utilizados para divulgação, como: Planos de marketing, meios eletrônicos, folder, etc. |
| Organização e Gestão da Instituição | Planos de gestão e de metas. | Gestão orientada para resultados ou processos? Centralização ou descentralização. Compatibilizar gestão colegiada com democracia. | Atas de órgão colegiados, regulamentos internos, normas acadêmicas, mecanismos de controle de normas acadêmicas e organogramas. |
| Infra-estrutura física. | Salas de aula, biblioteca, laboratórios, área de lazer, transporte, equipamentos de informática. | Compatibilizar quantidade x qualidade sua plena utilização e conservação. | Quadro da Instituição – central e setorial |
| Egressos | Pesquisas ou estudos | Dados sobre a ocupação dos egressos, opinião sobre a formação recebida, nível de participação na instituição. | Sociograma. |
| Sustentabilidade de Financeira | Políticas de captação e alocação de recursos. | Compatibilidade entre : PDI, PPI e programas de ensino, pesquisa e extensão. | Planilhas de gastos Folhas de pagamento. Planilha de liberação de verbas para formações corpo docente e técnico administrativo. |
| Plano de avaliação Institucional | Políticas e ações para uma cultura de avaliações já existentes. | Leitura e análise dos indicadores existentes e a correção de rumos. | Relatórios. Gráficos. |